

Antonio de Ruggiero
Leonardo de Oliveira Conedera
(Orgs.)

Entre a Itália e o Brasil Meridional

História Oral e
narrativas de imigrantes



Os textos que compõem este livro resultam de estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros que se depararam com a temática da História da Imigração Italiana, abordando as relações entre a Itália e o Brasil através do uso de fontes orais. Nos últimos anos, o uso da metodologia da História Oral tem recebido um destaque em diversas investigações históricas (livros, teses, dissertações e artigos científicos). Algumas se referem às representações e às memórias identitárias elaboradas em âmbito familiar e comunitário pelos descendentes dos imigrantes pioneiros chegados no Brasil no final do século XIX e início do XX. Mas ainda mais o uso da metodologia se expandiu, especialmente, nos estudos sobre o período sucessivo à Segunda Guerra Mundial, assim como sobre mobilidades humanas mais recentes do Tempo Presente, quando os entrevistados são os protagonistas diretos dessas experiências.



Entre a Itália e o Brasil Meridional



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Entre a Itália e o Brasil Meridional

História Oral e narrativas de imigrantes

Organizadores:

Antonio de Ruggiero

Leonardo de Oliveira Conedera



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Fotografia de Capa: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Historicus - 22

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RUGGIERO, Antonio de; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (Orgs.)

Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes [recurso eletrônico] / Antonio de Ruggiero; Leonardo de Oliveira Conedera (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

179 p.

ISBN - 978-65-5917-021-0

DOI - 10.22350/9786559170210

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Imigrantes; 3. Itália; 4. Brasil; 5. História Oral; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	9
Antonio de Ruggiero Leonardo de Oliveira Conedera	
1	13
Crenças e práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – Século XX	
Karina Bortolanza Maíra Ines Vendrame	
2	39
Um grupo minoritário: relatos sobre a vivência metodista na colônia italiana do nordeste gaúcho	
Vicente Dalla Chiesa	
3	69
Indústria têxtil na colônia italiana no Sul do Brasil: da pesquisa documental à história oral	
Vania B.M Herédia	
4	88
Memórias orais arquivadas: a escolarização de imigrantes no meio rural na região nordeste do Rio Grande do Sul (1910-1940)	
Luciane Sgarbi Santos Grazziotin	
5	112
História oral e narrativas biográficas no estudo da trajetória do marmorista italiano Leone Lonardi	
Regina Zimmermann Guilherme	
6	138
Um <i>Lucano</i> no Novo Mundo: a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco em Porto Alegre	
Leonardo de Oliveira Conedera	
7	158
“Eu ficava ali, olhando o céu” : Narrativas, imagens, objetos, personagens e lugares em pesquisas etnográficas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil e na Itália	
Maria Catarina Chitolina Zanini	

Apresentação

Antonio de Ruggiero
Leonardo de Oliveira Conedera

Os textos que compõem este livro resultam de estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros que se depararam com a temática da História da Imigração Italiana, abordando as relações entre a Itália e o Brasil através do uso de fontes orais. Nos últimos anos, o uso da metodologia da História Oral tem recebido um destaque em diversas investigações históricas (livros, teses, dissertações e artigos científicos). Algumas se referem às representações e às memórias identitárias elaboradas em âmbito familiar e comunitário pelos descendentes dos imigrantes pioneiros chegados no Brasil no final do século XIX e início do XX. Mas ainda mais o uso da metodologia se expandiu, especialmente, nos estudos sobre o período sucessivo à Segunda Guerra Mundial, assim como sobre mobilidades humanas mais recentes do Tempo Presente, quando os entrevistados são os protagonistas diretos dessas experiências.

É importante salientar que, quando se investigam questões identitárias referentes ao fenômeno, a história oral é uma metodologia preciosa para compreender o cotidiano, os hábitos, a vida privada, as formas de sociabilidade, o idioma que os imigrantes falavam em casa e muitos outros elementos relacionados. Nesse sentido, na perspectiva do teórico italiano Giovanni Contini (2001), a boa utilização da História Oral nos permite criar uma relação entre a pequena história individual contada pelo entrevistado, e a grande história que aprendemos por intermédio dos documentos “tradicionais”. O pesquisador social terá a habilidade de variar as escalas investigativas, maximizando a fonte oral para compreender o tipo de subjetividade dentro de uma coletividade específica, enquanto

reduzirá o campo a ser esclarecido dentro dos grandes acontecimentos históricos. Ou seja, podemos criar um espaço social intermédio, que se diferencia do micro e também do macro, através da coleta de várias narrativas biográficas, que além dos aspectos individuais, deixam aparecer uma tipologia da memória que se torna igual ou parecida em diferentes entrevistas. Trata-se de uma espécie de “memória coletiva” não extrema, como a entende Halbwachs, mas que se apresenta como lembrança de um passado comum dentro uma coletividade que constrói e reconstrói uma própria identidade compartilhada. Como demonstram os estudos de caso publicados nesse livro, esta lógica funciona com as comunidades mais ou menos numerosas de imigrantes italianos, tanto no espaço urbano como no colonial.

O primeiro texto de Maíra Vendrame e Karina Bortolanza analisa entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes italianos residentes na comunidade de São José, localizada na Serra Gaúcha, na cidade de Farroupilha. A finalidade é compreender as explicações conferidas a determinadas práticas de cura, a partir de sujeitos considerados possuidores de poderes sobrenaturais, para combater enfermidades e garantir auxílios diversos. Nesse sentido, as autoras procuram explorar a questão da crença popular na força do “feitiço” e na “bruxaria”, elementos presentes até hoje na cultura camponesa em algumas regiões de colonização italiana da Serra Gaúcha.

No segundo capítulo, Vicente Dalla Chiesa aborda, a partir de relatos orais, a questão das relações sociais e das práticas culturais de um grupo minoritário de italianos de religião metodista em localidades maciçamente católicas da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Os depoimentos nos permitem de refletir sobre dinâmicas raramente registradas na produção historiográfica tradicional, relacionadas com episódios de violências e limitações na prática do culto, discriminação e conflito em uma região considerada culturalmente homogênea.

O terceiro capítulo de Vania B.M Herédia descreve em forma sintética a trajetória da primeira grande indústria têxtil da Região de Colonização

Italiana no Sul do Brasil, que surgiu como cooperativa têxtil em 1894, fundada por um grupo de italianos provindos do Norte da península, de uma região caracterizada pela produção de lã. Depois de ter passado por inúmeras gestões e uma grave crise enfrentada no final do século XX, o patrimônio industrial retornou para a gestão de operários descendentes de italianos. Através de entrevistas recentes dos trabalhadores que enfrentaram esta experiência, a autora percorre as estratégias de luta e negociação para que a mesma não desaparecesse. A utilização destas memórias permitiu estabelecer relações com as dinâmicas históricas que estimularam a saída dos operários italianos pioneiros, que depois das greves de 1890-1891 na região de origem, resolveram se mudar para a Serra Gaúcha.

No quarto capítulo, Luciane Sgarbi Santos Grazziotin aborda a temática da educação em contextos migratórios, analisando comparativamente os processos de escolarização no meio rural, em espaços geográficos localizados no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Valorizando um rico patrimônio documental de entrevistas depositadas em dois diferentes arquivos, a autora apresenta os resultados de uma investigação sobre tais práticas escolares na região rural entre as décadas de 1910 e 1940.

O quinto capítulo, de Regina Zimmermann Guilherme, nos informa sobre a perspectiva teórico-metodológica ligada à utilização da História Oral, que orientou o desenvolvimento da dissertação de mestrado da mesma autora. Através do recurso a entrevistas orais, complementares a várias outras fontes, Regina foi capaz de penetrar mais a fundo no mundo de um marmorista italiano que chegou em Porto Alegre na década de 1920, se inserindo em um setor de mercado favorável naquele contexto. A partir da trajetória individual, a autora explora a questão da imigração qualificada, do transnacionalismo, das redes e dos recursos étnicos utilizados por imigrantes italianos especializados nas artes plásticas.

No sexto capítulo, Leonardo de Oliveira Conedera analisa o percurso individual do imigrante italiano Giuseppe Antonio Marramarco, que se estabeleceu em Porto Alegre em 1946. Através do depoimento oral do

protagonista, que teve uma trajetória empreendedora na capital gaúcha no segundo pós-guerra, se reflete a respeito do fenômeno de uma emigração espontânea expressiva de italianos na cidade no mesmo período; bem como sobre as estratégias utilizadas na organização associativa e na defesa de elementos identitários na sociedade receptora.

No último capítulo, Maria Catarina Chitolina Zanini apresenta os resultados de pesquisas etnográficas que vêm sendo por ela realizadas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil (desde 1997) e na Itália (desde 2012). No texto se enfatiza o importante papel desempenhado pelas imagens, objetos, lugares e personagens nas narrativas a respeito do pertencimento ao “mundo italiano” pelos descendentes de imigrantes.

Porto Alegre, outubro de 2020.

Crenças e práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – Século XX

*Karina Bortolanza*¹

*Maíra Ines Vendrame*²

Em 1875, os primeiros grupos de imigrantes italianos começaram a chegar ao território sul-rio-grandense para ocupar colônias criadas por iniciativa do Império brasileiro. Na região da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul, foram fundadas as três primeiras colônias, sendo elas: Colônia Caxias, hoje compreendendo a atual cidade de Caxias do Sul e Farroupilha; colônia Conde d'Eu, hoje Garibaldi; e a colônia Dona Isabel, correspondente à cidade de Bento Gonçalves. Posteriormente, em 1877, foi criado um quarto núcleo de colonização italiana, esse localizado na região central do Rio Grande do Sul, próximo à cidade de Santa Maria. Deve-se ressaltar que a divisão política/geográfica quando da fundação das áreas coloniais não permaneceu a mesma. Lugares que, atualmente, pertencem ao município de Farroupilha, antes faziam parte do território de Bento Gonçalves.³ Este é o caso da comunidade de São José, local em que centramos nossa pesquisa.

¹ Graduada em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi bolsista de iniciação científica UNIBIC.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisa financiada pelo projeto ARD/FAPERGS.

³ A emancipação de Farroupilha ocorreu em 11 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 5.779. Fonte: site da prefeitura de Farroupilha (<http://farroupilha.rs.gov.br/cidade/historia/>). Acesso: 28 de abril de 2019.

Os camponeses saíram da Itália nutrindo a expectativa de encontrar um mundo melhor, já que o país recém-unificado (1861) colocava uma série de dificuldades para eles, tanto do ponto de vista econômico quanto político e cultural. Além disso, as crises agrícolas faziam aumentar a quantidade de camponeses insatisfeitos, cada vez mais preocupados com a sobrevivência das suas famílias no campo. Especialmente na região norte da península itálica estava se tornando difícil viver nas aldeias, e não eram apenas os camponeses que sentiam essa dificuldade, mas também os párocos. Por conta disso, alguns padres atuaram como incentivadores dos deslocamentos de seus paroquianos, estimulando a emigração para lugares como o Brasil. Além de incentivarem grupos de famílias camponesas a buscarem oportunidades na América, muitos sacerdotes decidiram partir junto com seus paroquianos, estabelecendo-se com eles nas comunidades recém-constituídas, como os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul (VENDRAME, 2016).

A fundação da comunidade de São José – constituída pelas Linhas República, Cafundó, Jacintho e 24 de Maio –, localizada no interior do município de Farroupilha, teve por base famílias que possuíam vínculos na Itália. Valores centrados na família e na vida comunitária, como a fraternidade, auxílio-mútuo e assistência entre os vizinhos, marcavam as relações cotidianas. Apesar disso, não se pode negar a existência de desavenças, inimizades, fofocas e intrigas entre aquelas pessoas, aspectos estes causadores de confrontos e atritos entre os imigrantes.

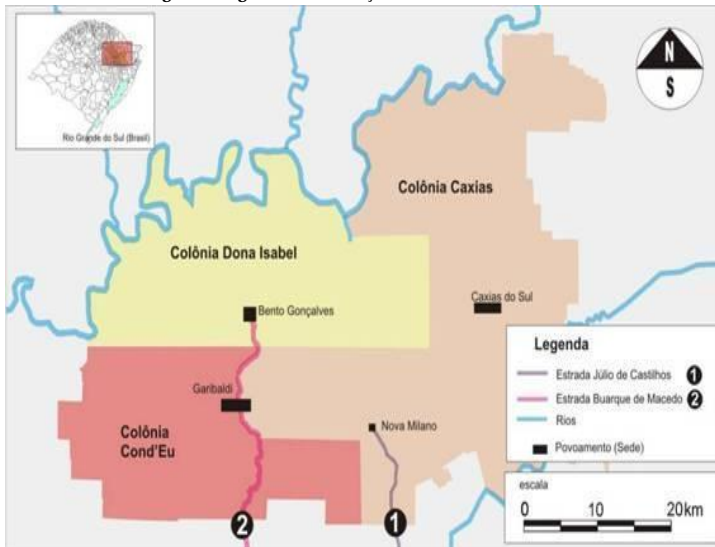
A comunidade que é tomada como local de estudo no presente trabalho não difere em termos culturais de outras existentes nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Ela, como as outras, caracterizava-se por ser um espaço onde eram vivenciados, por exemplo, hábitos alimentares comuns, valores morais, devoções e crenças que tiveram origem no mundo camponês italiano, sua aldeia de saída na península itálica. Apesar de nem sempre as famílias vizinhas serem originárias de um mesmo local, nos núcleos coloniais do sul do Brasil elas irão partilhar afinidades, experiências e percepções que permitirá a constituição de

discursos de pertencimento. O fortalecimento das redes de apoio e conexões irá ocorrer através das vivências sociorreligiosas nas novas comunidades. Não mais na Itália, mas em terras gaúchas, que os “imigrantes italianos acionarão estratégias de sobrevivência, reafirmando ou modificando normas, valores e crenças em relação aos diversos aspectos da vida familiar e comunitária” (VENDRAME, 2016). A partir da convivência nas comunidades coloniais, das demandas surgidas e dos contatos com outras culturas, os italianos aprenderão técnicas para sobreviver na nova terra.

O presente texto irá analisar as entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes residentes na comunidade de São José. Antes disso, faremos uma apresentação das comunidades da Serra Gaúcha, fundadas nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Considerada “Berço da Imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul”, a cidade de Farroupilha se emancipou em dezembro de 1934, desagregando-se dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Montenegro. Inicialmente, quando da chegada das primeiras famílias de imigrantes – Stefano Crippa, Tomazo Radaelli e Luigi Sperafico – em 1875, vindas da província de Milão, norte da Itália, o lugar fazia parte da colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves). No alto da serra, um grupo de italianos milaneses fundou a comunidade de Nova Milano, local este onde nas últimas décadas do século XIX foram se estabelecendo grupos de famílias de imigrantes.

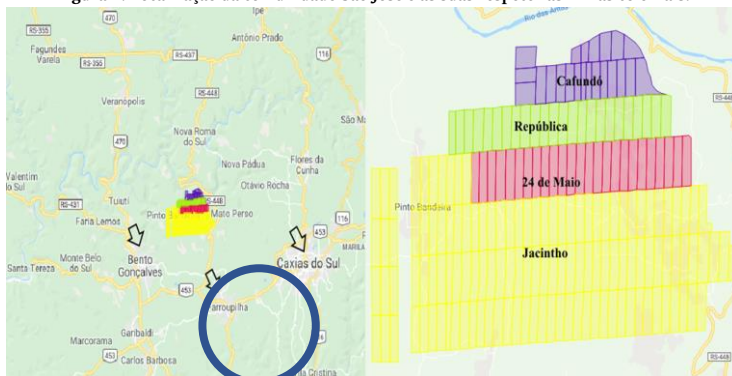
Nos mapas apresentados abaixo é possível verificar (Figura 1 e 2) a localização das três primeiras colônias fundadas na região da Serra Gaúcha. Em destaque (figura 2) a comunidade de São José, que engloba as linhas coloniais Cafundó, República, 24 de Maio e Jacintho.

Figura 1: Regiões de colonização italiana da Serra Gaúcha



Fonte: Mapa adaptado de Gallo (1976). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n3/pt_1982-6125-rbtur-10-03-00416.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

Figura 2: Localização da comunidade São José e as suas respectivas linhas coloniais.



Fonte: Mapa que destaca a região estudada (localiza-se entre as cidades de Bento Gonçalves, Pinto Bandeira, Farroupilha, Nova Roma do Sul e Caxias do Sul), a partir dos lotes coloniais e linhas (Cafundó, República, 24 de Maio e Jacintho), que pertencem à comunidade de São José. (Mapa adaptado através da ferramenta "Colônias". Disponível em: <<http://colonias.heuser.pro.br/app/>>. Acesso: 12 de maio de 2019.

Partindo das entrevistas realizadas com descendentes de italianos (da terceira geração), buscaremos compreender as explicações conferidas a determinadas práticas de cura, especialmente o entendimento de que algumas pessoas tinham poderes sobrenaturais para combater enfermidade

e garantir auxílios diversos. A crença na força do “feitiço” e na “bruxaria” é outro aspecto que se faz presente na cultura camponesa da população que ainda vive nas regiões de colonização italiana da Serra Gaúcha, conforme iremos perceber nas entrevistas que serão apresentadas na sequência.

Entendendo que “a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento”, conforme afirma Verena Alberti (2005, p. 29), optamos, portanto, por realizar entrevistas semiestruturadas. Tendo em vista as dificuldades de as pessoas falarem sobre crenças e poder de determinados procedimentos sobrenaturais, como o feitiço e o poder das bruxas, decidiu-se por fazer entrevistas coletivas e não individuais. Portanto, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, duas delas com sete moradores da comunidade de São José e uma outra com apenas uma moradora do lugar.⁴ A escolha pelos entrevistados ocorreu devido ao fato de conhecermos a população e as histórias que circulavam entre as pessoas que residiam no lugar. Esse conhecimento prévio estava ligado à nossa vivência local enquanto integrante da comunidade que se tornou lócus da pesquisa.

A historiografia que trata do tema da imigração italiana e dos modos de viver desse grupo nas regiões de colonização pouco destaque deu para as crenças e práticas ligadas à cura, especialmente para as compreensões presentes entre a população de que certas pessoas tinham poderes sobrenaturais para curar e causar malefícios. Sacerdotes e curandeiros (as) eram procurados para, através de suas bençãos e rituais, propiciar a cura de enfermidades, afastar malefícios e garantir a proteção em relação a feitiços e possessões. O entendimento de que as doenças estavam ligadas ao sobrenatural, e que esse era acessado por pessoas que tinham certo poder, era algo presente entre os imigrantes e descendentes (VENDRAME, 2007).

⁴ Ao total foram realizadas sete entrevistas coletivas: Entrevista n° 1, dois entrevistados; entrevista n° 2, quatro entrevistados; entrevista n° 3, apenas uma entrevistada. Todas as entrevistas se encontram publicadas na íntegra na monografia intitulada “Me Gá contato cozi”: crenças e práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos em Farrroupilha, século XX, (BORTOLANZA, 2019).

Frente à presença de tais crenças e práticas, a falta de médicos nas regiões de colonização italiana foi apresentada – conforme veremos na discussão que será apresentada na sequência – como justificativa para explicar a existência de alguns procedimentos e o próprio abandono em que ficaram as famílias de imigrantes italianos nas comunidades coloniais. Entendemos que a busca por curandeiros, sejam eles padres ou não, benzedoras e a crença no poder de determinados rituais mágicos não deve ser entendida frente a ausência de profissionais como os médicos. A própria afirmação de que os imigrantes italianos durante muito tempo ficaram desassistidos por médicos deve ser relativizada, uma vez que parte da ideia de que o grupo era dependente dos procedimentos de cura realizados apenas por tais profissionais.

Quando nas comunidades coloniais imigrantes ou descendentes ficavam doentes, esses, como primeira alternativa, preferiam permanecer em casa junto às pessoas conhecidas e familiares e receber a visita dos benzedores ou curandeiros. “Os curandeiros eram respeitados e suas práticas de cura eram aceitas e compreendidas por essa população migrante” (VENDRAME, 2007, p. 265). Até porque as práticas dos profissionais da saúde ainda não eram bem aceitas e compreendidas pela população, sendo os médicos e o internamento (no hospital) procurado quando não podia mais contar com o atendimento em suas próprias casas, ou quando estivesse em situação de extrema gravidade (...). Isso foi destacado em vários estudos sobre hospitais e instituições assistenciais do Brasil (WEBER, 1999, p. 150). Durante muito tempo, em algumas realidades, as doenças estavam ligadas ao sobrenatural, sendo a busca por bênçãos e rituais mágicos escolhas consideradas legítimas. A essas se somavam a utilização de chás e unguentos.

O entendimento de que algumas mulheres, por conta de seus poderes ligados à cura, são consideradas como “bruxas” é uma crença que se encontra presente nas regiões de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Passando de geração em geração, certos saberes e compreensões ainda são vistos como maneiras legítimas para afastar determinados males. A partir

de alguns depoimentos a respeito de práticas de cura, poderemos visualizar rituais e crenças que ainda permeiam a cultura dos descendentes de imigrantes italianos. E ainda, obter mais informações sobre as pessoas que são associadas a feiticieras e bruxas por praticarem rituais de cura. Além de analisar as crenças ligadas à cura, buscaremos entender a relação entre determinados procedimentos curativos e o poder que algumas mulheres alcançavam ao atuarem como benzedoras nas comunidades de descendentes de imigrantes italianos.

“Quase não havia médicos”: a saúde na colônia

A historiografia tradicional sobre as regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, ao tratar de questões de saúde entre os imigrantes italianos, ressalta a ausência de médicos nas comunidades.⁵ Essa ideia foi ressaltada no livro comemorativo intitulado *o Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud* (2000, p. XVIII). A falta de recursos e profissionais de medicina aparece como um dos problemas enfrentados nas primeiras décadas da colonização. “Nos primórdios, as distâncias, devido às péssimas vias de comunicação, eram enormes, e os recursos, poucos. Faltavam hospitais. Quase não havia médicos”. A ausência de profissionais da saúde também é destacada nos relatórios dos agentes consulares que circularam pelas áreas urbanas e rurais onde viviam as famílias italianas, na última década do século XIX e início do XX.⁶

O imigrante Júlio Lorezoni (1975), que chegou ao Rio Grande do Sul nos últimos anos da década de 1870 e se instalou com familiares e conhecidos na Colônia Silveira Martins, ressalta em suas memórias os recursos ligados à cura, afirmando que o “óleo de rícino, o sal, as pílulas de Bristol, o Pagliano e algum outro preparado eram os remédios que tomavam

⁵ Sobre a ideia de escassez de médicos nas regiões de colonização italiana, destacam-se os seguintes autores: Luis A. de Boni (1996) e Olívio Manfroi (1975).

⁶ Os relatórios dos agentes consulares que visitaram as regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX foram agrupados e publicados no livro intitulado “L’emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)”, organizado por Gianpaolo Romanato e Vânia Merlotti Herédia (2018).

nossos colonos quando não se sentiam bem [...]”. O mesmo imigrante aponta para a falta de médicos, farmácias e parteiras, destacando ainda a presença de muitos charlatões na região colonial (LORENZONI, 1975, p. 75). Ao se utilizar as memórias de Lorenzoni para analisar os aspectos que marcavam o cotidiano da população colonial, como os recursos acionados para tratar das doenças, dos procedimentos de cura e os remédios utilizados, não podemos deixar de questionar o fato de tais escritos apresentarem uma narrativa que representa o italiano como alguém que muito sofreu frente às dificuldades e carências presentes nos núcleos coloniais.

A ausência de médicos é, portanto, apontada como um aspecto que propiciou o aparecimento de “charlatões” e curandeiros entre a população imigrante. Recorrer a tais curadores aparece como uma alternativa viável, uma vez que as famílias que residiam nas colônias e povoados rurais se encontravam totalmente desassistidas. No entanto, entendemos que essa perspectiva que explica a busca por curandeiros devido à não presença de médicos é algo que precisa ser relativizada. Mesmo frente ao progresso e desenvolvimento econômico das antigas áreas de colonização italiana, algumas práticas de curas muito presentes desde o início da ocupação continuaram a existir. A presença de médicos não inibiu que antigos procedimentos fossem realizados e nem eliminou a crença no poder de curandeiros e seus ritos. Para entender as crenças ligadas às doenças e à cura entre a população colonial, tanto de imigrantes como de descendentes, utilizaremos, nesta parte do trabalho, alguns estudos que analisaram as práticas de cura no Rio Grande do Sul do final do século XIX e início do XX.

No que diz respeito às condições relativas à saúde e aos doentes nas regiões coloniais, os agentes consulares também apontaram para a falta de médicos e farmacêuticos.⁷ Além das dificuldades em encontrar profissionais da medicina que pudessem atender os doentes, os cônsules

⁷ Ministero degli affari esteri. Commissariato dell'emigrazione. Bollettino dell'emigrazione. Anno XII, 15 Agosto 1913, n. 10. ROMANATO; HERÉDIA, 2018, p. 766.

ressaltam em seus relatórios a presença de curandeiros.⁸ Enquanto uns não viam como problema a atuação de tais práticos de cura, outros, não simpatizantes, declaravam que a presença de curandeiros/as era um dos males presente nos núcleos coloniais.⁹ Sobre a colônia de Bento Gonçalves, um dos agentes consulares, durante uma de suas visitas no ano de 1904, destaca a situação como a seguinte: “existem três farmácias; o serviço de saúde é prestado por um único médico formado na Itália e por dois curandeiros”,¹⁰ concluindo que a situação do local era satisfatória.

A autora Yonissa Wadi (2009, p. 169) retrata também a situação sanitária nas colônias italianas da Serra Gaúcha. Ressalta que, ao lado de médicos, alguns não diplomados atuavam “curandeiros, parteiras, benzedoras” e “giusta-óssi [arrumador de ossos]”. Apesar de a região colonial contar com médicos, mesmo que poucos, a maior parte da população não tinha acesso a eles, uma vez que não podia pagar por seus serviços. É provável que os mencionados profissionais ficassem nas sedes das antigas colônias, sendo procurados nos momentos em que o paciente não apresentava melhora com os procedimentos de cura mais acessíveis.

No rastro dos primeiros grupos de imigrantes camponeses que passaram a se fixar nas regiões de colonização como agricultores, chegaram também conterrâneos que haviam saído da Itália sem o diploma de médico. A presença de médicos nas diferentes colônias e nos espaços rurais pode ser conferida em estudos já realizados¹¹, como também através das fontes judiciais, onde muitos destes profissionais aparecem como réus em processos-crimes.

Em relação à consolidação da medicina no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República Rio-Grandense (1889 - 1928), Beatriz

⁸ Ministero degli affari esteri. Commissariato dell'emigrazione. Bollettino dell'emigrazione. Anno XII, 15 Agosto 1913, n. 10. 789. ROMANATO; HERÉDIA, 2018, p. 789.

⁹ Ministero degli affari esteri. Commissariato dell'emigrazione. Bollettino dell'emigrazione. Anno XII, 15 Agosto 1913, n. 10. ROMANATO; HERÉDIA, 2018, p. 766.

¹⁰ Ministero degli affari esteri. Commissariato dell'emigrazione. Bollettino dell'emigrazione. Anno 1904, n. 18. ROMANATO; HERÉDIA, Vania B. M. 2018, p. 474.

¹¹ Leonor Carolina Baptista Schwartzmann (2008), no livro intitulado “Olhares do médico-viajante italiano Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914)”, analisa a presença dos médicos italianos nas regiões que receberam imigrantes no estado sul-riograndense.

Teixeira Weber (1999) constata que a população gaúcha acionava diferentes recursos para tratar de seus males. Os padres, bem como os curandeiros, atendiam os doentes receitando chás e benzendo as pessoas. Esse fator afetava a tentativa de estabelecer uma medicina de formação acadêmica – médicos formados – que tinha métodos desconhecidos para a população. Os médicos, além disso, não contavam com a preferência da clientela, muito porque os colonos não acreditavam nas receitas deles.

Sobre as funções que os padres assumiam nas regiões coloniais do território gaúcho, Vendrame analisa de que maneira eles foram conquistando espaço e certa fama entre a população imigrante ao atender as mais diversas demandas. A crença de que a doença podia ser consequência de um malefício, bem como a visão de que certos sacerdotes tinham o poder de curar doenças e perturbações através de ritos mágicos e exorcismos, fazia com que as pessoas recorressem a determinados padres. Na visão dos imigrantes, o “mal físico” normalmente era entendido dentro de um “contexto que não era naturalista, e sim cósmico”, motivo pelo qual alguns males somente seriam afastados quando da realização de bênçãos e ritos apropriados (2007, p. 271).

O surgimento de um embate entre curandeiros e médicos, bem como a preocupação desses últimos em ganhar espaço e combater aqueles que eram vistos como “charlatões”, passou a ser mais presente no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, especialmente a partir da proclamação da República. As ideias positivistas buscavam firmar a ciência médica dentro do estado, procurando as autoridades republicanas tornar a “cidade mais saudável”. Para isso era necessário a institucionalização das práticas de cura, bem como o incentivo à higienização pública.

Diante dessas novas ideias, surgiu a necessidade de combater os práticos de cura que não tinham uma formação científica. Existia uma coesão de médicos com diploma contra o livre exercício da profissão, afirmando que seus métodos eram mais eficazes do que os dos curandeiros. A partir disso é possível identificar não só uma intervenção das autoridades no

controle daqueles, mas também uma pressão por parte dos diplomados sobre os práticos de cura sem formação. Para justificar as práticas realizadas por pessoas não formadas, os médicos acusavam os curandeiros de serem ignorantes. Apesar do combate realizado pelos representantes da medicina oficial aos curadores, parte da população sentia receio e “medo” das práticas realizadas pelos médicos (WEBER, 1999, p. 114-15).

No início do século XX, inúmeras pessoas buscavam sobreviver, nos espaços urbanos e rurais do território sul-rio-grandense, por meio de práticas que atendessem seus problemas de saúde. A população procurava contornar as “exigências” que a sociedade médica impunha, continuando a praticar suas formas de cura. Já os médicos, conforme destaca Weber (1999, p. 115), estavam empenhados em “demonstrar a sua diferença em relação a todas as concepções e práticas populares sobre doença e cura”, reforçando, assim, a “sua autoridade ‘científica’ contra a ignorância dos que não se utilizavam dos conhecimentos ‘civilizados’ difundidos pelas instituições médicas”. Era, portanto, bastante comum ouvir médicos desvalorizando curandeiros e os diminuindo enquanto práticos da cura. Queriam criar uma hierarquia¹² no espaço da saúde. Pela medicina, os curandeiros eram vistos como indivíduos que buscavam abusar da ignorância das pessoas.

Por utilizarem métodos menos invasivos e conferir explicações que iam ao encontro dos modos de pensar da população, os curandeiros acabavam desfrutando também de maior confiança, o que fazia com que fossem procurados como curadores preferenciais no trato dos malefícios. Os populares apenas recorriam à medicina quando haviam esgotado as opções que consideravam mais confiáveis (WITTER, 2001). E, apesar de residirem numa mesma comunidade e partilharem dos mesmos costumes e valores, as pessoas não percebiam os curadores de igual maneira.

¹² Witter (2001) destaca a hierarquia criada no campo da cura pelos médicos diplomados em relação aos curandeiros. “Na medida em que se avança para o fim do século, os médicos formados aprofundam suas ações no sentido de diferenciar-se de seus congêneres. Os métodos usados nessa separação, entre quem deveria ter o poder de curar e quem não deveria, foram múltiplos” (WITTER, 2001, p. 82).

Na percepção popular, as doenças também eram entendidas como consequência de malefícios causados por pessoas que tinham acesso ao sobrenatural. Sobre os “feiticeiros”, o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1975, p, 182) ressalta:

[...] a crença do feiticeiro reside na eficácia de suas técnicas; depois, a do doente de que ele trata ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; e, finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam continuamente uma espécie de campo de gravitação no interior do qual se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça.

A presença de mulheres atuantes no universo da cura possivelmente era maior do que a de homens, sendo aquelas também consideradas “bruxas”. Mesmo que o curandeirismo fosse praticado por ambos os sexos, era mais frequente associarem as mulheres à prática de feitiçaria. Essa questão será retomada na sequência do presente do trabalho.

“(...) elas benzem e o mal passa”

A prática de benzer era muito comum entre os imigrantes italianos que chegaram ao sul do Brasil nas últimas décadas do século XIX. Crenças e ritos próprios de uma cultura agrária camponesa foi transplantada da Itália para as regiões de colonização do Rio Grande do Sul. Muitos padres irão adquirir prestígio entre os imigrantes por atenderem aos pedidos dos paroquianos de realizar bênçãos e exorcismos para afastar as pragas que destruíam as plantações, consumiam os produtos das colheitas, faziam adoecer os animais e doenças que atingiam as pessoas. A tolerância dos padres para com as crenças populares das populações rurais é uma questão que irá marcar a história da Igreja Católica mesmo após o Concílio Trento.¹³ Foi impossível evitar que uma série de rituais mágicos fosse

¹³ Keith Thomas (1991, p. 40), ao analisar as crenças populares na Inglaterra do século XVI e XVII, ressalta o papel dos sacerdotes na realização de exorcismos para “tornar os campos férteis, velas sagradas para proteger os animais, e pragas formais para afastar lagartos e ratos e matar ervas daninhas”. A Igreja atuava como “repositório de poderes sobrenaturais, que podiam ser distribuídos aos fiéis para auxiliá-los em seus problemas cotidianos”. A permanência

compreendida como eficaz no controle dos mais variados problemas cotidianos. Objetos religiosos e ritos eram percebidos como detentores de poderes sobrenaturais, motivo pelo qual deviam ser acionados para garantir proteções para as pessoas e seus bens.

Como já mencionamos, os padres das regiões coloniais do Rio Grande do Sul irão buscar atender muitos dos pedidos dos imigrantes no sentido de realizar rituais e bênçãos, conquistando, assim, certo prestígio. Além de procurar manter os paroquianos próximos do seu controle, atender aos pedidos da população tornou-se uma estratégia utilizada pelos sacerdotes para garantir o domínio sobre determinados ritos que eram realizados por curandeiros e outros práticos (VENDRAME, 2007). Os padres que atuaram entre os imigrantes nos diferentes locais de colonização reclamavam do “espírito supersticioso” da população, uma vez que acreditavam na força dos feitiços, em bruxas e buscavam persegui-las. Porém, contra isso deveriam lutar através das pregações e advertências, buscando, assim, esclarecer a população que não existia “feitiçaria” e “bruxas” (D’APREMONT; GILLONNY, 1976, p. 109-114).

Além de terem transplantado para o sul do Brasil uma série de crenças e práticas próprias do mundo camponês europeu, ao chegarem ao solo gaúcho, os imigrantes passaram a entrar em contato com novos saberes, passando a utilizar ervas e outros procedimentos para alcançar a cura das enfermidades e as proteções contra os malefícios que podiam causar infortúnios diversos. Foi através do contato com a população local (índios, negros e luso-brasileiros) que aprenderam a respeito dos poderes curativos de certas plantas, recorrendo a essas para tratar os mais diversos males.

Nas entrevistas realizadas,¹⁴ a prática das benzeduras é mencionada como algo bastante frequente ao longo da vida. Apresentamos, na sequência, alguns dos procedimentos curativos realizados por mulheres. De

de uma série de procedimentos religiosos sob a coordenação dos padres continuou a existir para garantir a proteção dos campos e das colheitas em aldeias europeias do século XVIII, conforme ressalta Peter Burke (1992, p. 121).

¹⁴ Entrevista com um casal de moradores da comunidade São José, Marina (75 anos) e Paulo (82 anos). (Entrevista 1). Usamos pseudônimo quando fazemos referência aos depoentes (Entrevista, In: BORTOLANZA, 2019).

acordo com a depoente Marina as benzeduras eram utilizadas frequentemente para curar a dor de cabeça, denominada por ela como “solana”:

Elas benzem e passa. É tudo simpatia, a solana é uma dor de cabeça que dava de noite ou de noite ou de manhã cedo se era de noite era a da lua e se era de manhã era a solana [...]. Então tu aia benzer elas tinham uma simpatia de dobrar as toalhas, para que fique sempre pro lado de fora as pontas né, fazia isso, fazia acho que fazia isso também, botava a toalha na cabeça com um copo de água virado pra baixo era a benzedura isso dai [...]. E a água ia descendo e a água fervia dentro do copo e ia descendo, ia umas três vezes e passava a dor de cabeça.¹⁵

É importante ressaltar que não eram todas as benzeduras que podiam ser realizadas na própria residência do doente, devendo alguns procedimentos de cura serem realizados por curandeiros na casa deles. Esse é o caso da benzedura para curar a inflamação do nervo ciático. Em depoimento, Marina descreve como uma curandeira local procedia em tais casos:

[...] tipo a Sandra tu vai benzer a ciática, ela benze com uma vela com um tijolo. A ciática¹⁶ né? Ela começa faz as rezas dela, ela vai com a vela até o tijolo faz aquela cruz. Passa por tudo e faz as cruzes dela, faz as benzeduras dela. E ela vai... [...]. Ela vai lá em baixo ela faz aquela cruz no tijolo, e melhora.¹⁷

A afirmação de que a dor passa após a benzedura demonstra que a entrevistada acredita em tal procedimento curativo. Sendo assim, como ressalta Webber (1999, p. 227), para esses grupos a saúde é mais que o bem-estar físico, é também conforto, socialização, proteção e explicação para seus problemas a partir de um universo compreensível a eles. Contudo, durante a entrevista, dona Marina deixa transparecer o “receio” em dizer que frequentava a benzedura e que acredita na eficácia dos métodos.

¹⁵ Entrevista de Marina (75 anos, casada, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

¹⁶ Ciática denominação utilizada para se referir à inflamação do nervo ciático.

¹⁷ Entrevista de Marina (75 anos, casada, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

É certo que os curandeiros tinham respeito e suas práticas de curas eram aceitas pelos imigrantes, uma vez que partilhavam da visão de mundo das pessoas que os procuravam, conferindo explicações compreensíveis e creditadas pela população sobre a origem dos seus males. Esse aspecto demonstra que por mais que exista receio por parte dos entrevistados em mostrar que frequentavam curandeiros/as, as pessoas os procuram para tratar das mais diversas enfermidades (VENDRAME, 2007, p. 265).

Em relação à temática das práticas cura e o constrangimento em confessar que acreditam e recorrem aos curandeiros, é possível relacionar com os comportamentos e crenças de outro grupo de descendentes de imigrantes europeus. Joana Bahia (2011, p. 320), ao analisar os saberes e procedimentos praticados pelos pomeranos,¹⁸ afirma que ao serem acrescentados “gestos e palavras mágicas às suas descrições, a reação inicial era sorrir e afirmar que “não faziam mais”. Os entrevistados tinham inclusive receio de mencionar as palavras que utilizavam, atribuindo “as práticas aos antigos, seus parentes já falecidos, ou aos vizinhos.” E simplesmente sorriam, afirmando em pomerano: “Dat ist ouwagloba!” (Ah, isto é superstição!). Ou então afirmavam: “Eu não sou bruxo, mas o vizinho é...!”, “O vizinho acredita nessas coisas, eu não...!”.

Diante disso, é possível encontrar semelhanças entre as práticas realizadas entre os descendentes de imigrantes pomeranos e italianos. Ambos os grupos reviveram em terras brasileiras crenças e práticas mágicas de cura trazidas dos seus países de origem.

A depoente Sandra¹⁹, conhecida como benzedeira, mencionou algumas das benzeduras por ela praticadas, que tinham por objetivo aliviar as dores nas costas, na cabeça, a inflamação do nervo ciático e dos poros. Também ressalta conhecer simpatias contra mau-olhado e para “segurar namorado”. Para qualquer dessas atividades, menciona não cobrar valor

¹⁸ Pomeranos, denominação alemã para o povo originário da região da Pomerânia. Para saber mais, indico a leitura do livro de Joana Bahia (2011) intitulado “*O tiro da Bruxa*”.

¹⁹ A entrevista de Sandra (81 anos, benzedeira e residente na comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

algun pelos prestados, aceitando, porém, o que lhe for conferido de maneira espontânea. Todas as pessoas que recorrem às bênçãos e simpatias da benzedeira costumavam dar algo a ela. Essa questão pode ser entendida como uma forma de troca, retribuição e compensação. A ideia de que essa relação entre a curandeira gerava uma relação de “dom” e “contra dom” (GODELIER, 1996), de dívida que se manifestava na ideia de respeito e temor em relação a tais curadores.

Quando questionada sobre como começou a benzer, a entrevistada Sandra afirma que aprendeu com o seu pai, que antes deste seu avô e bisavô também benziam. “Eu faço qualquer coisa, benzo de tudo né, eu tenho um [que] posso te ensinar”. O “dom” aqui era uma herança de família que havia sido passado pelos antepassados homens até chegar na depoente. Era um poder que estava associado ao grupo parental e familiar e que havia sido transmitido a um integrante da família. Sobre a transmissão do dom, a depoente declara que tinha uma “benção” que poderia “ensinar” para a própria entrevistadora, caso desejasse. É certo a curandeira deveria transmitir tudo o que sabia para um familiar, uma vez que durante gerações o saber havia sido transmitido por linhagem paterna, sendo passado do patriarca para o filho e filha. A confiança e o interesse eram questões que podiam marcar a transmissões de alguns saberes, porém não todos, como ressalta a entrevistada. Mais do que um “saber e poder” que era transmitido de pais para os filhos, que permanecia por gerações dentro de grupo familiar e conferia prestígio e fama, os conhecimentos passados eram algo que, certamente, eram reconhecidos como associados a determinados indivíduos na família.

Dentre as benzeduras que realizava, a depoente descreve algumas, afirmando que ela fazia “qualquer coisa, benzo tudo”. Porém, é certo que alguns desses ritos não deviam ser compartilhados ou comunicados. Dentre as bênçãos e ritos que podiam ser contados, afirma que para colocar “de volta no lugar” um nervo, osso ou músculo, era necessário ter uma bacia, um copo/xícara, um barbante e cinco ou sete pedacinhos de pau com um “nozinho”. A execução da prática foi descrita da seguinte maneira:

“então precisa botar um barbante assim e uma caneca cheia de água, vira para trás, reza o pai nosso e antes de começar, né, conta sete ou cinco (...), reza o *pai nosso* e sai (...)”.²⁰ Segundo a depoente, qualquer coisa que saísse do lugar no corpo, como deslocamento de ossos, podia regressar através da referida benzedura.

Outra benzedura apresentada é a utilizada para amenizar os problemas ligados ao nervo ciático. Novamente, neste caso, aparecem elementos religiosos católicos no procedimento para curar as dores de ciático. O procedimento é descrito da seguinte maneira: “vamos lá fora, eu ascendo uma vela, se deve fazer o sinal da cruz, e tu e ele, devem então dizer quatro *pai nosso* (...)”.²¹ A benzedeira deve ir ao redor da pessoa rezando a oração do “pai nosso” quatro vezes e, em seguida, pronunciar a seguinte frase: “ciático sito andoe, sota la escala ti vá fora par de quá”²² (ciático, tu está aonde, debaixo da escada, tu vai para fora por aqui). Depois do procedimento descrito, o nervo ciático “desinflama” e a dor desaparece, segundo a depoente.²³

Sobre as diferentes benzeduras apresentadas pela depoente, é possível destacar um aspecto que se sobressai em todas as práticas, que era a oração do “pai nosso”. Ao ser questionada do por que da oração do pai nosso ela me respondeu, “É... o *pai nosso* qualquer coisa vale”²⁴. A utilização de oração católica era uma maneira de obter maior aceitação em relação as práticas realizadas, visto serem os descendentes de imigrantes italianos na maior parte católicos. Os próprios padres se utilizavam de bênçãos e orações, bem como da realização de exorcismos para afastar pragas das lavouras ou curar pessoas e animais.

Assim, a “pedido do povo”, alguns sacerdotes que passaram a trabalhar nas comunidades fundadas por imigrantes italianos percorreram as casas da população para benzer animais, as pessoas enfermas, os produtos

²⁰ Entrevista Sandra (81, viúva, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

²¹ Idem

²² Tradução da língua dialetal para o português.

²³ Entrevista (81, viúva, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

²⁴ Entrevista, Sandra (81, viúva, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

agrícolas, os galpões e as residências. Isso tudo porque era muito presente o entendimento de que bênção tinha o poder de modificar diversas situações, sendo, portanto, usada para resolver os problemas físicos, proteger os animais e bens, bem como evitar os mais diversos infortúnios. Assim, os padres tiveram que legitimar as crenças que faziam parte da visão de mundo dos imigrantes, buscando, através disso, controlar as atividades exercidas por curandeiros e benzedores. Uma das estratégias para garantir prestígio pelos sacerdotes que chegavam à região colonial era atender as diferentes solicitações utilizando ritos mágicos, buscando conquistar a confiança e trazer para o seu controle as atividades acreditadas para acessar o sobrenatural (VENDRAME, 2007). Procurando assumir a posição como os únicos que podiam ser procurados para realizar bênçãos e afastar os infortúnios, os padres, através de suas prédicas, passaram a condenar as visitas às benzedoiras, associando as práticas realizadas por essas como responsáveis por desencadear os mais diversos prejuízos às pessoas que a elas recorriam.²⁵

Indicando a relação não amistosa entre um sacerdote e um benzedor, um dos entrevistados²⁶ faz o seguinte relato: durante uma missa na comunidade, foi perguntado pelo pároco se o coroinha tinha coragem de pegar na sua estola e olhar para o teto da igreja, pois ao fazer isso ele veria todas as bruxas da localidade. O garoto “el gá varda alto e gá visto una par una” (olhou alto e viu uma por uma). Ao fazer isso, o padre buscava lançar acusações sobre o comportamento de algumas pessoas conhecidas por suas práticas, bem como demonstrar controle sobre as próprias “bruxas” ao atrair e identificar as mesmas dentro da igreja.

Acrescentando outras informações em relação ao comportamento das lideranças religiosas, outra entrevistada afirma que o sacerdote solicitou na comunidade que quem tinha o livro “São Cipriano” – material sobre práticas sobrenaturais – deveria levá-los até a igreja para que ele desse o

²⁵ A essa questão está associado o fato de muitos descendentes de imigrantes negarem terem em algum momento da vida procurado por benzedoiras (os), apesar de saberem da existência das mesmas nas regiões coloniais, bem como conhecer que elas realizavam bênçãos e também afastavam feitiços (MERLOTTI, 1979, p. 73-5).

²⁶ Entrevista de Everton (69, casado, morador da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

devido destino aos livros. Um exemplar foi então levado na missa e também entregue “de noite para não ver quem tinha”.²⁷ Através da fala da entrevista é possível perceber que o padre que estava buscando recolher os livros de “San Cipriano” o fazia para controlar as crenças locais e comentários que circulavam na comunidade que afirmavam que aqueles que possuíam o livro tinham poderes sobrenaturais, eram feitiçeras e bruxas.

Na comunidade em que residem os entrevistados, é bastante recorrente as afirmações sobre a existência do livro de São Cipriano e dos poderes que esse dá a quem o possui. Apesar de não ter sido possível encontrar maiores informações sobre o livro entre os descendentes, além é claro de que algumas pessoas do lugar possuíam o mesmo, Cipriano teria sido um feitiçeiro que se dedicou ao estudo do ocultismo e obteve muitos ensinamentos de uma jovem bruxa, antes de se converter ao cristianismo. O livro de São Cipriano apareceu apenas no século XIX, muito tempo depois da morte do mesmo, que viveu em Antioquia. Conhecido na cultura popular europeia, o registro era uma espécie de almanaque de saberes ligados a magia e feitiçaria, bem como crenças agrárias muito presentes no mundo camponês (FERREIRA, 1992).

Para um dos entrevistados, o livro teria sido escrito por São Cipriano para aqueles que tinham o poder de curar, para poderem ajudar as pessoas, e também “pra fazer mal também”.²⁸ A indicação da existência do mencionado material apontava para a crença de que existiam “streghe” (bruxas) e “stregoni” (feitiçeiros) na comunidade, que eram temidos e procurados pela população para resolver os mais diversos problemas e impasses cotidianos. A associação entre o livro de São Cipriano e os poderes sobrenaturais de certas pessoas, conhecidas como bruxas e feitiçeras, faz parte de uma tradição popular europeia que havia se perpetuado nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

²⁷ Entrevista de Marina (casada, 75 anos de idade, moradora da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

²⁸ Entrevista de Everton (69, casado, morador da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

“Streghe” e “stregoni”: bruxas e feiticheiros

Como vimos anteriormente, nas comunidades coloniais a crença de que existiam bruxas e feiticheiros que podiam auxiliar no combate as doenças e aos infortúnios, mas também possuíam poderes para causar maléficis, era muito presente entre a população, estando, portanto, ligada a uma herança cultural agrária camponesa que havia chegado com os imigrantes italianos. A força de tais entendimentos persistiu apesar da atuação dos padres no combate das mesmas. Essa persistência pode ser verificada nos relatos dos entrevistados sobre a presença de grupos de bruxos e feiticheiros. Na comunidade de São José, o grupo de “bruxos” era conhecido como *Brondeti* e *Pinhatei*²⁹, palavras do dialeto “talian”, para definir as pessoas que haviam se fixado inicialmente na região e que possuíam poderes sobrenaturais. Em relação ao primeiro nome, um dos depoentes declara, “Os brondeti estão do nosso lado”, tendo eles “se instalado na cabeceira da linha República”. Indicando que era um grupo conhecido como feiticheiro, deixa a entender que aqueles seriam do bem, pois “os pinhatei te fea morir” (os pinhatei te fazem morrer).³⁰

Apesar de num primeiro momento parecer que se referiam a um mesmo grupo, podemos perceber que indicam que existia uma diferenciação, um deles estava do “nosso lado” e outros, “te fazem morrer”. Mesmo frente à impossibilidade de estabelecer diferenciações mais claras em relação aos mencionados grupos, “os pinhatei” e os “brondeti”, é certo que ambos eram temidos e possuíam poderes. Eles também eram acusados de possuírem o livro de São Cipriano, sendo as pessoas que eram consideradas feiticieras/os ou bruxas possuírem ligação parental. Nesse sentido, os sobrinhos/as, primos/as, filhos/as com ascendentes bruxos/as são acusados de possuírem o “livro negro” por herança e carregarem um legado sobrenatural (BORTOLANZA, 2019).

²⁹ Entrevista de Tamara (69 anos, casada) e Everton (69 anos, casado). No dialeto italiano local, *Brondeti* significa uma panela grande (caldeirão) e *Pinhatei* uma panela que antigamente era utilizada para buscar água (BORTOLANZA, 2019).

³⁰ Entrevista de Everton (69, casado, morador da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

Por meio dos depoimentos, percebemos que os temores em relação aos feitiçeiros(as) eram marcados também por questões de gênero. Se entre os vizinhos podiam ser identificados “streghe” e “stregoni” do bem, enquanto entre aqueles mais afastados eram os do mal, as mulheres que atuavam como benzedeadoras eram associadas à feitiçaria e bruxaria. Esse era o caso da depoente que realizava benzeduras para os diversos tipos de doenças e infortúnios, conforme apresentado anteriormente. Logo, o entendimento de que as mulheres que sabiam curar podiam também causar danos variados, era um entendimento que se encontrava presente nas comunidades rurais de descendentes de imigrantes italianos. Vistas como velhas “streghe” e “esquirata”, com seus poderes podiam ocasionar a morte de animais e doenças nos vizinhos rivais.³¹

Os poderes sobrenaturais poderiam ser acionados para o bem e para o mal, bem como para alcançar vantagens diversas. De acordo com relato de um dos depoentes, na comunidade de São José tinha uma mulher que era vista como bruxa pelo fato de ser “muito vaidosa” e interessada nos negócios familiares, tendo seu esposo se tornado um dos proprietários de terras mais ricos da região³². Não somente as mulheres que eram parteiras, curandeiras e benzedeadoras podiam ser definidas como bruxas e temidas nas localidades onde residiam. A ascensão social e o sucesso em algumas escolhas poderiam ser interpretadas, por vizinhos e conhecidos, como resultantes de pactos com entidades sobrenaturais. Nesse sentido, o êxito em relação as práticas de cura conferiam ascendência e prestígio entre a população, garantindo ao mesmo tempo também certa desconfiança e temor. Essa questão é percebida nas entrevistas realizadas, bem como no fato de existir um maior número de mulheres que eram consideradas bruxas se comparado com os homens.³³

³¹ Entrevistas de Everton (69 anos, casada) e Tamara (69 anos, casado). Ambos moradores da comunidade São José (BORTOLANZA, 2019).

³² Entrevista de Everton (69, casado, morador da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

³³ Entrevista de Everton (69, casado, morador da comunidade de São José), (BORTOLANZA, 2019).

³³ Entrevistamos três homens e quatro mulheres, dentre elas uma benzedeadora. Dos entrevistados seis se referem a mulheres ao se tratar de bruxaria, entre as citadas foi possível destacar no mínimo três mulheres apontadas como

As acusações de bruxaria e feitiçaria apontam para os temores e disputas que marcavam a realidade cotidiana nas comunidades rurais. Conforme ressalta Joana Bahia (2011, p. 325), que estudou questões semelhantes entre os descendentes de imigrantes pomeranos no estado de Santa Catarina, as incriminações revelavam as diferenças e divisões internas entre a população de um determinado povoado. O rompimento das reciprocidades locais na vizinhança podia ser um fator para o surgimento de acusações, conforme aponta um dos depoentes ao contar um evento ocorrido ligado à negação, por parte de um vizinho, de vender uma vaca para uma “esquirata”. Essa, descontente, afirmou: “está bem, tu não me vendes, mas a vaca vai morrer”; depois de três dias, a vaca morreu.³⁴

A falta de solidariedade e caridade, ao não querer emprestar algo para alguém, ou mesmo não prestar assistência a um vizinho, fazia surgir divergências, motivando instabilidades e o aparecimento de temores. O vizinho ou vizinha não atendido/a poderia lançar malefícios ao outro, gerando, desse modo, algum temor.

Considerações finais

O presente trabalho procurou analisar crenças relacionadas às práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos na Serra Gaúcha. Através de entrevistas com moradores de uma comunidade rural, buscamos perceber os procedimentos de cura empregados para tratar algum malefício físico, bem como as explicações de que enfermidades e infortúnios podiam ser causados por forças sobrenaturais. Nesse campo, a figura feminina aparece como protagonista nas práticas de cura, logo, as mesmas são as mais acusadas de bruxaria.

Analisou-se que o papel das mulheres nas regiões de colonização italiana está intimamente associado aos saberes transmitidos de geração para

as suspeitas de praticarem o sobrenatural. Contudo é importante salientar que dois entrevistados (um homem e uma mulher) citam um homem como sendo suspeito por suas práticas (leitura de cartas), além das benzeduras.

³⁴ Depoente Everton (69, casado, morador da comunidade de São José).

geração. Por atuarem como benzedoras, curandeiras e serem conhecedoras das propriedades medicinais de plantas diversas, bem como por darem continuidade às práticas realizadas pelos antepassados, muitas delas passaram a ser conhecidas como “esquirata” e “stregue”, denominação que significava bruxas. Nas questões ligadas aos cuidados dos males que afligiam a população, a figura feminina irá encontrar um espaço de atuação que garantirá poder. Detentoras dos saberes mágicos, “guardiãs” da memória do grupo, eram elas os principais alvos das acusações de bruxaria nas comunidades rurais, especialmente nos momentos em que surgiam conflitos entre os vizinhos, quando do não cumprimento das normas de convivência e de assistência.

Entendemos que existe uma relação entre feitiço e práticas de cura porque a população camponesa compreende que determinados males podem ser tratados através das benzeduras realizadas por pessoas que possuem certo poder de curar, mas também de causar malefícios. Dessa maneira, ser possuidor de poderes sobrenaturais pode trazer tanto respeito quanto desconfiança, como é o caso quando se é acusada/o de feitiçaria. Caracteriza-se o grupo “brondeti” e “pinhatei” como sendo aqueles que possuem o livro de São Cipriano, chamado de “Livro Negro”, pessoas com ligação com o sobrenatural e práticas “ocultistas”. É importante salientar que os mencionados termos são atribuídos àquelas pessoas que eram vistas como bruxos/as, apesar de parecer existir uma diferenciação entre eles.

Apesar de os padres terem atuado nas comunidades coloniais empenhando-se em combater e controlar determinadas crenças e práticas, eles não conseguiram eliminar certas compreensões. Doenças, infortúnios e adversidades cotidianas poderiam ser causados por forças sobrenaturais. O entendimento de que algumas mulheres e homens eram bruxas e feitiçeiros, que tinham poderes para fazer o bem e o mal, continuou a existir por muito tempo, sendo ainda hoje comentadas entre a população local as histórias sobre os poderes sobrenaturais de algumas mulheres. Benzedoras e curandeiras, reconhecidas pela força de suas bênçãos e ritos,

continuam a ser procuradas para atender os mais diversos pedidos, como os ligados ao restabelecimento da saúde. Porém, as atividades dessas pessoas vão além das relacionadas apenas à cura de doenças, servindo também para desfazer feitiços, alcançar determinados desejos e garantir proteções. É através da atuação como benzedoras que mulheres garantem reconhecimento e, por outro lado, causam certo temor entre os vizinhos.

Referências impressas:

Cinquentenário della Colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul: 1875-1925. Porto Alegre. Globo, 1925.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante Italiano.** Estante do centenário da imigração italiana. Porto Alegre: SULINA, 1975.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914) - Fonti Diplomatiche.** Veneto: Longo editore Ravenna, 2018.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BAHIA, Joana. **O tiro da Bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica.** Lisboa: Difel, 1992.

BORTOLANZA, Karina. **“Me gá contato cozi”: crenças e práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos em Farroupilha – século XX.** São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019. (Monografia em história).

D'APREMONT, Bernardin & GILLONNY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896 –1915).** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

- DE BONI, Luis A. “O catolicismo da imigração: do triunfo à crise”. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **RS: Imigração & Colonização**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Experiência e Estudos de Cultura popular. Seminário Folclore e cultura popular: as várias faces de um debate**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Folclore, 1992.
- GODELIER, Maurice. **O Enigma Do Dom**. Translated by Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 1996.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude – O feiticeiro e sua magia in antropologia estrutural. “Le Sorcier et sa magie”, in: **Les Temps Modernes**, 4º ano, nº 41, 1949, pp. 3-24. [Em português no Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1975, pp. 193-213].
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- MERLOTTI, Vânia B. P. **O mito do padre entre os descendentes italianos**. 2ª ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- SCHWARTSMANN, Leonor B. **Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do sul (1901-1014)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- THOMAS, Keith. **Religião e declínio da magia: crenças populares na Inglaterra do século XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VENDRAME, Máira Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martina (1877-1914)**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.
- _____. **O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: OIKOS, 2016.
- WADI, Yonissa M. **A história de Pierina: Subjetividade, crime e loucura**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1828**. Santa Maria: EDUSC, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, XIX)**. Tese de Doutorado em História, Niterói: UFF, 2007.

Um grupo minoritário: relatos sobre a vivência metodista na colônia italiana do nordeste gaúcho

*Vicente Dalla Chiesa*¹

Há historiadores que são fãs dos arquivos, que sentem a necessidade de segurar o papel velho, e que falam disso, do mesmo modo que eu posso falar, depois da entrevista, do cafezinho servido por aquela velha senhora que quase me chamou de filho... (POLLAK, 1992, p. 12)

Apresentação

A temática da presença metodista na região colonial italiana do nordeste gaúcho (RCI), vem sendo estudada pelo autor há alguns anos, inclusive dentro da metodologia da História Oral (DALLA CHIESA, 2016). No entanto, este texto se distingue dos precedentes por algumas características. Em primeiro lugar, o recorte temporal: os estudos anteriores não avançaram além da década de 1930, final da época em que a marca étnica italiana da Igreja Metodista na RCI foi mais marcante. Neste trabalho, os relatos colhidos abordam principalmente o período de meados da década de 1930 a meados da década de 1960, ainda que alguns entrevistados mencionem fatos mais remotos. Além disso, a temática também é diversa, o eixo central deste texto somente foi abordado de forma periférica nos trabalhos anteriores: as experiências de pessoas evangélicas dentro de uma

¹ Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS Instituto Teológico João Wesley/IPA

zona de imigração italiana, maciçamente católica, sob o prisma da vivência de preconceito por serem parte de um grupo religioso minoritário.

As referências sobre discriminação, atritos ou limitações de culto vivenciadas por minorias religiosas evangélicas nos séculos XIX e XX é razoavelmente presente dentro do cenário nacional, inclusive no âmbito metodista (LONG, 1968; VIEIRA, 1980; SALVADOR, 1983; GUELLIS, 2013). O que se pretende apresentar de novo aqui, através de depoimentos, é esse recorte dentro de comunidades metodistas situadas no seio de uma região de imigração italiana, onde formavam grupos pequenos, e onde a presença de não-católicos é pouquíssimo registrada, inclusive na historiografia. Nesse sentido:

Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente. Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra (PORTELLI, 2010, p. 3).

O que une os relatos entre si são as particularidades religiosas e étnicas dos entrevistados. Quanto à confissão religiosa, todos são membros da Igreja Metodista, ou o foram no período temporal a que se referem as entrevistas. No tocante ao aspecto étnico, os depoentes são pessoas de origem italiana, com exceção das entrevistadas Marieta e Eulinda, as quais, contudo, residiram durante a maior parte de suas vidas na região de imigração italiana e casaram com pessoas dessa origem. Tendo em conta a repetição de determinados tópicos em mais de uma entrevista, o texto será organizado em cortes temáticos: tentativas de assimilação forçada à religião majoritária, vivências escolares e infantis, relatos de queima de Bíblias,

apedrejamento de templos, atos fúnebres de suicidas, e, por fim, uma possível diferenciação étnico-social dentro das vivências de exclusão e preconceito que foram relatadas. Os assuntos muitas vezes se interpenetram dentro das entrevistas, sendo transcritos os trechos mais representativos dentro de cada tópico.

Na década de 1930, o metodismo já tinha uma trajetória de pelo menos meio século na RCI. Tendo iniciado em 1887, em Bento Gonçalves, a atividade metodista espalhou-se nos anos 1890 para Forqueta Baixa e Alfredo Chaves - atual Veranópolis - e nas duas primeiras décadas do século XX, para Guaporé, Gramado, Caxias e Nova Vicenza - hoje Farroupilha (DALLA CHIESA, 2015). Considerando a atividade itinerante dos pastores, houve presença metodista na maior parte das cidades da área mais antiga de imigração italiana. A partir de 1947, por decisões administrativas da igreja, a atuação foi muito reduzida. Restaram comunidades somente em Bento Gonçalves, Caxias, Garibaldi e Gramado, sendo toda a região atendida por somente um pastor, que, em regra, tinha sua sede em Caxias. Portanto, boa parte das declarações referem-se a um lapso temporal onde a presença metodista sofreu uma retração.

Para melhor compreensão do conteúdo das entrevistas, é útil apresentar alguns dados biográficos a respeito dos entrevistados. Acyr Girondi, nascido em Garibaldi em 16/11/1931, neto do italiano Cesare Girondi, fundador da comunidade metodista daquela cidade, foi membro regular da Igreja Metodista até seu casamento. Antônio Bartholomeu Beux, neto de Bartolomeo Beux e Antonio Premaor, imigrantes italianos pioneiros do metodismo no Rio Grande do Sul, nasceu em 10/02/1921 na Forqueta Baixa, interior de Caxias do Sul, e seus pais foram para o núcleo urbano daquele município em fins da década de 1920. Etelvino Armando Beux, irmão de Antônio, nascido em 10/08/1915 na Forqueta Baixa, tornou-se pastor da Igreja Metodista, e casou em 1942 com Eunice, nascida em 06/11/1922. Eulinda Corrêa De Nicol nasceu em Taquara em 1927, e foi residir em Caxias em 1931. Evaldo Beux, filho de Antônio Bartholomeu Beux, nasceu em Caxias do Sul em 23/01/1955. Marieta Silva Cislighi,

nascida em Quaraí em 29/12/1919, mudou-se para Bento Gonçalves, já casada, em 1944. Nilza Covolo Kratz, nascida em Garibaldi em 11/02/1923, neta do imigrante italiano Giovanni Battista Covolo, foi membro das comunidades metodistas de Garibaldi e de Bento Gonçalves, para onde se mudou em 1948. Wanda Baccin Reschke, nascida em Bento Gonçalves em 15/04/1929, neta de Dionisio Baccin, fundador da comunidade metodista daquela cidade, frequentou a igreja local até 1941, quando sua família se mudou para a cidade de Passo Fundo.

A pressão do meio circundante

Os freis capuchinhos de Sabóia, que iniciaram trabalho missionário na zona colonial italiana em 1896, foram uma das principais forças da Restauração Católica no interior gaúcho (RAMBO, 1998). Em obra que trata da sua presença entre os italianos, lê-se o seguinte trecho:

Quando a persuasão não era suficiente, os missionários não hesitavam em utilizar a força para barrar a presença de igrejas concorrentes. [...] A simples presença de fiéis de outras igrejas, mesmo que sem nenhum propósito ou criação de uma comunidade, era vista como uma ameaça e repelida. Em Vespasiano Corrêa, no ano de 1901, o pároco Teodósio Sanson impediu que um colono vendesse seu lote a um protestante. Em Garibaldi, em dezembro de 1902, um médico protestante foi impedido de ali se instalar. A conversão dos poucos protestantes presentes na RCI era um objetivo perseguido com obstinação. (ZUGNO, 2017, p. 141).

Não se trata de um relato de perseguições produzido por uma fonte metodista, o que reforça sua verossimilhança. Ainda que se possa imaginar que a força da pressão conversionista possa ter variado de acordo com as condições e os agentes locais, é previsível que algum grau dela tenha sido percebido por todos os metodistas residentes na região colonial italiana. O depoente Acyr Girondi mencionou as diferenças familiares e as dificuldades para os casamentos entre pessoas de diferentes confissões:

Bom, a minha mãe era da família Bellini, da fábrica de sinos, tu sabe, que existiu aqui em Garibaldi, né? O meu avô, Elio Bellini, não se dava bem com meu pai, porque ele não era católico. Chamava os protestantes de ‘porta stanghe’ [risos]. Uma das minhas tias era bem beata, “bigotta”, se dizia. Meus pais casaram na sacristia², o frei capuchinho não queria fazer o casamento, cedeu porque o sacristão insistiu, ele também era porteiro da prefeitura, e se dava com o meu pai. [...]

Olha, pra mim era normal, né... A gente podia... tinha a liberdade de escolher que igreja queria ir, os pais nunca impuseram nada, não. [...]

É, quando eu fui a namorar a mãe dela, e queria casar [se dirige à filha, presente à entrevista], o padre me disse que eu tinha que ser batizado católico, e tal, porque senão não podia casar. Então eu disse: bom, não seja por isso [risos]. E aí fiz lá, aquela..., aquilo lá, e nós casamos. (GIRONDI, 2015)

É curiosa a expressão dialetal utilizada pelo avô do entrevistado e por ele reproduzida. O substantivo “stanga”, plural “stanghe”, significa “ripa”, “sarrafo” ou “vara” e o verbo “portar” tem o sentido de “carregar” ou “levar” (STAWINSKI, 1987). As acepções citadas correspondem àquelas que o autor, também falante do dialeto, tem conhecimento. “Porta stanghe”, portanto, seriam aqueles que carregam algo sustentado por um cabo, ou uma vara. Num primeiro momento, pode parecer que essa designação seria mais adequada ao católico, que leva, em procissões, as cruzes, bandeiras e quadros com as imagens sacras. No entanto, parece que aqui a ideia de um sarrafo - *stanga* - é alusiva à vedação do uso de imagens no protestantismo: aqueles que não têm um estandarte ou símbolo para colocar no alto, levariam somente cabos ou varas vazios.

Se os pais de Acyr puderam ter uma cerimônia de matrimônio religiosa, ainda que com relutância por parte do sacerdote católico, o mesmo não ocorreu quando do casamento dos pais de Wanda Baccin Reschke. A entrevistada iniciou falando das origens familiares:

² A respeito deste tópico, o autor tem informações semelhantes referentes ao matrimônio religioso de seus sogros, ele metodista e ela católica, de origem italiana, celebrado em dezembro de 1963. O pároco católico não aceitou realizar o casamento no altar principal do templo, afirmando que, por ser o noivo evangélico, a cerimônia somente seria possível num altar lateral, o que fez a noiva desistir da celebração religiosa no recinto da igreja. A questão foi resolvida através de contatos com outro padre, amigo da família, que oficiou a cerimônia católica na casa dos pais da noiva. No mesmo dia, foi realizado o casamento religioso no rito metodista, no templo de Caxias do Sul, sem empecilhos.

Sim, a família paterna era metodista, a da minha mãe era católica. [...] Família Enriconi. Minha mãe se chamava Arlinda Enriconi Baccin. Os meus avós eram Antônio Enriconi e Itália Salton. [...] E os paternos eram Dionísio Baccin e Maria Caimi, ela mesma dizia que o nome correto dela era Marieta. [...] Ela mesma dizia, *mi son milanese*. [...] Ela era católica, mas passou para a Igreja Metodista quando casou com o meu avô. [...]

Deve ter sido difícil, imagina, naquela época... Quando os meus pais casaram, a minha avó Itália não aceitou de jeito nenhum. Eles casaram só no civil, e ela nem foi no casamento! Ela dizia que, além de ele não ser de Deus, era um aleijado. Isso porque ele nasceu com um defeito na perna direita, ela ficava sempre meio cruzada, em cima da outra, ele só conseguia se locomover de muletas. Quando já era bem crescido, o Dr. Giorgi... sabe, o Dr. Beniamino Giorgi? Operou ele, e ficou bom. [...]

Então, minha avó não aceitou o casamento. Mas, no final, ela morreu na casa desse genro que ela não queria aceitar. E sempre dizia que nunca imaginava que ele fosse um homem tão bom. [...]

Sim, fomos batizados na Igreja Metodista. Mas, anos depois, descobri que tínhamos sido batizados também na Igreja Católica, sem o meu pai saber. Minha avó falou com minha mãe, e ela nos levou lá e fomos batizados. [...] Mas ele [o pai] só se batizou católico depois, quando casou com a Lélia, de Garibaldi. Tu sabe, o meu pai casou três vezes [...] Depois ele casou com a minha mãe, Arlinda Enriconi, só no civil, porque eram de religiões diferentes. Depois que ela faleceu, ele casou com a Lélia, como é o sobrenome dela... É uma família conhecida de Garibaldi... Aí ele se batizou católico para casar com ela. (RESCHKE, 2015)

Aqui, o preconceito assume múltiplas formas: no juízo da avó, o pai da entrevistada estava fora dos círculos da normalidade, pela confissão religiosa e pela limitação física, que se aglutinam num só bloco. No entanto, a pressão para adesão ao credo majoritário se dava de várias maneiras, além dos ritos de passagem do casamento. Se havia esforço para atrair os metodistas ao catolicismo, também havia sanções para os que fizessem o caminho contrário. Nilza Covolo Kratz, ao rememorar fatos ocorridos com o bisavô Domenico Covolo, que o levaram a se tornar membro da Igreja Metodista, relatou:

O padre, um dia, veio visitá-lo. Meu bisavô estava sentado de fora, na área, lendo a Bíblia, e a bisavó estava preparando o pão e... o padre tirou o livro da mão dele e jogou no forno. Meu bisavô queimou todo o braço, mas ele foi lá tirar. E perdeu o emprego. Não deram mais emprego pra ele. Ele tinha que se virar. Eles anunciavam pra todo mundo que não desse emprego para os metodistas, os protestantes. Como aconteceu lá em Veranópolis: os avós da Maria do Rosário, a deputada federal, também. Ele era sapateiro, mas como era metodista³, não podia arrumar os sapatos dos católicos. A senhora pode ver quanta ignorância havia naquela época. [...] A família começou a ter dificuldades financeiras e então, para poder sustentar a família, através de seu trabalho como sapateiro, ele acabou se tornando católico. Deixou de ser metodista para poder ter trabalho. (KRATZ, 2006)

Ao se rememorar o fato dramático ocorrido com o antepassado, e as dificuldades postas para o exercício de seu trabalho, existe uma memória não vivida pessoalmente, mas repassada por gerações:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2)

A mesma história relatada por Nilza, com algumas variações, consta em um artigo publicado no jornal metodista “O Expositor Cristão” em 1952, escrito pelas tias de Nilza, filhas de sua tia-avó Maria Teresa, por ocasião do falecimento dessa (DADOS, 1952). Nesse relato, não é a avó que assa o pão, é o avô que utiliza o forno para assar tijolos; de qualquer forma, o fato permaneceu na memória familiar. No mesmo artigo, também há interessante descrição de como a família se dividia em termos confessionais: o bisavô Domenico se tornou metodista no Brasil, juntamente com

³ A depoente refere-se à família Fiorentin, estabelecida na cidade de Veranópolis.

dois de seus filhos, Maria Teresa e Giovanni Battista, avô paterno de Nilza. Porém, os outros dois filhos e a esposa de Domenico, Cecília, permaneceram católicos.

Nos relatos, fica evidente também o rigor dos freis capuchinhos, que estavam presentes em Garibaldi desde 1896 e assumiram plenamente a paróquia católica local em 1927 (ZUGNO, 2017). Acyr, residente na localidade, relatou a exigência de sua conversão para casar, e os empecilhos inicialmente postos para o casamento de seus pais. Nilza relata a perseguição que seu bisavô sofreu no lugar, inclusive com dificuldades para obter trabalho. E Wanda refere que seu pai somente se converteu ao catolicismo ao casar com uma senhora daquela cidade.

Vivências escolares e infantis

O papel da escola como lugar reprodutor de conceitos, onde reverberam as questões tratadas no ambiente social, é bem conhecido, e vem sendo estudado inclusive no âmbito das comunidades de origem italiana no Brasil (LUCHESE, 2018; MASCHIO, 2018). Três dos entrevistados, todos residentes em Caxias do Sul, relatam que foi no ambiente escolar, ou no relacionamento com colegas de escola, que as situações de preconceito religioso se manifestaram, e onde as diferenças confessionais em relação à maioria católica foram mais evidenciadas. Eulinda De Nicol falou sobre a relação com suas colegas católicas e teceu considerações interessantes sobre alteridade:

Como eu, na minha infância, tinha as minhas inimigas que, pessoas que não brincavam comigo porque eu era protestante, toda igreja tinha sempre os adultos que conseguiam pôs na cabeça dos adolescentes...[...] Diziam que era o diabo, pronto! Era o diabo, não vamos dizer que era protestante porque era o contrário, era o diabo. Então, na mesma maneira, eu, como tinha medo do diabo, eu sei que adolescente tinha medo do diabo, então tinha que apedrejar o diabo. E apedrejando uma igreja, era apedrejar o diabo. E eu acho que nós, que dentro de nós, se nós pudéssemos hoje apedrejar o diabo, que ainda é uma tentação na nossa vida, nós apedrejaríamos. Mas agora contra quem? Nós

mudamos, não temos mais o diabo para apedrejar, então passou. Mas nós não mudamos ainda nossos conceitos [inaudível], então ainda existe o diabo, ainda existe, apenas o jovem especificava: ‘O diabo é lá, eu vou lá, então vou lá e eu apedrejo’. (DE NICOL, 1986)

A questão do apedrejamento de templos será tratada adiante. Aqui, ressaltamos a sagacidade das observações da depoente sobre como a hostilidade é alimentada pela estigmatização: o protestante é o diabo, então não só pode como deve ser apedrejado e afastado. A entrevistada vai além, e se dá conta desse processo mental e comportamental, extremamente humano, afirmando que ela mesma fica tentada a apedrejar ‘o diabo’, em que pese a mudança de conceitos ocorrida ao longo do tempo.

Antônio Bartholomeu Beux, referindo-se aos anos 1930, descreveu sua infância em Caxias, recém chegado da Forqueta Baixa, e falou sobre as diferentes escolas que existiam na cidade:

Em Caxias, nós sofremos. Nos primeiros anos, sofremos bastante, quero dizer, principalmente as crianças, os pequenos...[...] Os estudantes (inaudível) iam estudar. Meus irmãos começaram a trabalhar antes do que eu, lógico. Eu e minha irmã, a Idalina, nós dois menores, nós ia na Escola Elementar, ali no Colégio das Irmãs ali. Ali sofremos muita... por parte dos alunos, né? E tinha... [...] Aí não teve tanta pressão, mas no Carmo, sim. (BEUX, 1983)

Interrogado se as escolas de confissão católica aceitavam alunos metodistas, Antônio Beux foi muito enfático ao dizer que não havia essa possibilidade, naquele tempo. O entrevistado menciona também que principalmente as crianças sofreram “nos primeiros anos em Caxias”. Isso pode ser um indicativo de que a identidade metodista não fosse algo tão distintivo no lugar de onde ele vinha. A Forqueta Baixa, mesmo sendo uma localidade interiorana, tinha uma comunidade metodista desde 1892, o que não apenas trazia visibilidade ao grupo, como também permitia o estabelecimento de múltiplas relações entre as pessoas, mesmo considerando as diferenças confessionais (DALLA CHIESA, 2017). Paradoxalmente, isso pode ter tornado o ambiente local mais distendido do que na sede municipal, muito mais populosa.

O depoente afirma que, nos anos 1930, evangélicos não eram aceitos nas escolas católicas de Caxias. Cerca de trinta anos depois, em 1960, seu filho Evaldo relata ter ocorrido uma distensão, ainda que relativa. Seus pais o matricularam numa escola católica, onde, pela primeira vez, ele presenciou os ritos religiosos dessa confissão cristã, não sem incidentes:

A minha infância foi na Rua Flores da Cunha, centro de Caxias [do Sul], próximo do Bairro Pio X, próximo do Colégio Murialdo, que na época era o Abrigo de Menores São José, também... bem próximo da minha casa tinha o Colégio Madre Felicidade, que há muitos anos deixou de existir. E a minha infância foi passada naquela região ali, entre a Rua Visconde de Pelotas e a Rua Garibaldi. Estudei no Abrigo de Menores como externo, porque o Abrigo de Menores era um internato e num determinado período eles abriram o externato para estudo também com a finalidade da sustentabilidade, de ganhar um dinheirinho, então as famílias, vamos dizer assim, da classe média da redondeza, colocaram os filhos a estudar ali. Uma coisa que me marcou bastante, né, por ser um colégio de padres, que eu e um vizinho, um colega, éramos os únicos dois não católicos do colégio, e havia um pouco de discriminação por parte dos padres em relação à religião. Na época, em comecei a estudar em 1960, e naquele tempo tinha uma certa perseguição...[...]

Não, mais por parte dos padres, ah, pela crença que a gente tinha, algumas diferenças em relação à Igreja Católica, ah, eu fui criado na religião metodista, ou os protestantes, e isso sempre criava uma certa interferência, vamos dizer assim, no relacionamento. Uma coisa também, que me marcou nessa época, foi a primeira missa que eu assisti no colégio, obrigado a assistir à missa, nunca tinha assistido uma missa antes, eu tinha seis anos de idade, e quando tocou a campainha na hora da consagração, tocou a campainha, todo mundo abaixava a cabeça e eu fui espiar o que estava acontecendo e levei uma reguada do padre, do padre prefeito, que a gente chamava, por eu ter levantado a cabeça, que era proibido olhar a consagração da hóstia. Eu não sabia daquilo, não sabia o que era, levei a reguada, fiquei de castigo, aí o meu pai teve que ir lá conversar com os padres, deu um show de moral nos padres e tal e tudo bem [risos]. Aí, eu e esse colega, que também era metodista, tínhamos autorização de escolher se queríamos ou não assistir à missa. A missa era em latim, cantada, era muito bonita a cantoria assim, né? A gente não entendia, mas era em latim cantado e de costas pro... [...] O padre ficava de frente pro altar e de costas pro público, pras pessoas. Então a gente não via exatamente o que

estava acontecendo. [...] Depois que inverteram, né? Começaram a ficar de frente para o público e a dizer... [...] E a rezar em português. [...]

Não, eu acho que em termos de perseguição assim, vamos dizer mais, mais declaradamente, né, não houve. Tinha algumas reservas, né, tinha gente que, sabe, ficava com um pé atrás dos filhos brincarem com quem não era católico, de achar que a gente estava condenado ao fogo do inferno porque a gente não era católico, a gente não acreditava em santos, então era essa questão... (BEUX, 2010)

Ainda que “os protestantes” fossem uma minoria, e que o colégio possuísse regras, isso não acarretava necessariamente uma conduta passiva ou submissa: o pai compareceu à escola para reclamar da punição aplicada ao filho e “deu um show de moral”, o que levou a uma modificação da regra de frequência obrigatória à missa em relação aos dois únicos alunos não católicos do estabelecimento. Chama atenção também a surpresa do menino evangélico em relação a aspectos do ritual católico pré-conciliar, em especial o uso do latim e a celebração da missa de costas para a assistência. Esses pontos eram aspectos enfatizados pelos missionários protestantes na América Latina como prova de sua superioridade em relação ao culto católico que predominava na região. Em jornal metodista publicado no ano de 1908, o pastor Mateus Donati relata ao redator uma visita feita à cidade de Caxias, e a surpresa provocada nas pessoas pelo fato de as palavras do rito serem proferidas em língua portuguesa:

Prezado Irmão na Fé:

Graças a Deus, ontem de noite realizamos um culto com numerosa assistência, na casa do irmão Zanella. Na presença do povo reunido, administrei o sacramento de batismo ao menino Pedro, filho do nosso irmão João Ruaro. Os Romanistas, que pela primeira vez presenciaram um batizado evangélico, ficaram admirados, ouvindo as exortações e orações na língua portuguesa, ao invés do obscuro latim. (DONATI, 1908, p. 3)

Queima de bíblias

Uma das muitas inovações trazidas pela Reforma Protestante do século XVI foi quanto à relação estabelecida entre o crente e os textos

sagrados. Nega-se que “exista outra autoridade com direito divino, como o magistério e os concílios” (WESTHELLE, 2017), e afirma-se que a Bíblia tem primazia absoluta sobre a tradição, no que elas conflitarem. Com base nisso, Martinho Lutero argumentou e lutou pela liberdade de exame das escrituras, por cada indivíduo (CARDINI, 2017), como único caminho para experimentar a fé. A necessidade de acesso à Bíblia é frequentemente invocada, mesmo no senso comum, como incentivo para o desenvolvimento da imprensa e do sistema escolar dos países europeus onde a Reforma se enraizou. Tais noções impactaram fortemente a gênese do movimento metodista, mesmo que se trate de uma reforma tardia, ocorrida no século XVIII.

No âmbito católico, a situação é diversa: embora o acesso às Escrituras em si nunca tenha sido formalmente proibido de forma absoluta, vige o conceito de que a Bíblia deve ser lida com supervisão, com a assistência do magistério, e a edição deve passar por um processo prévio de checagem pela autoridade eclesiástica. Representativas desse entendimento são as seguintes afirmações, retiradas de artigo publicado em um site católico de cunho conservador:

É uma exigência que a Igreja faz para evitar que aos fiéis sejam entregues traduções mal feitas, truncadas, falsificadas. As traduções em língua vernácula devem trazer a aprovação da autoridade eclesiástica e notas explicativas de pontos de difícil compreensão. Essas notas devem ser tiradas dos Santos Padres ou de autores reconhecidamente competentes. São absolutamente proibidas as traduções que não se achem de acordo com esta determinação da Igreja. Proibidas são as Bíblias dos Metodistas, Evangélicos ou Sociedades bíblicas, pelos motivos já explicados. É um livro que traz muitas coisas de difícil compreensão, coisas que são adulteradas por indoutos e inconstantes, para ruína de si mesmos”. (II Pet. 3, 16). Todas as heresias tiveram e têm sua origem na má explicação da Bíblia. Tolice não há, que não encontre argumento na Bíblia mal explicada. (QUEIMA, 2020)

Ao utilizar a expressão “Bíblias dos Metodistas, Evangélicos ou Sociedades Bíblicas”, o autor do texto, que não se identifica, faz referência às diferentes versões da Escritura. Não apenas os comentários e notas

explicativas diferem conforme o editor, mas o próprio conteúdo. Lutero optou por adotar, em relação ao Antigo Testamento, o cânon da Bíblia Hebraica, que não contém livros e trechos escritos originalmente em língua grega (OLIVEIRA, 1996). Essas diferenças de composição e edição foram, historicamente, pontos de confronto entre católicos e protestantes das diversas denominações. Além disso, um dos eixos da atividade missionária do século XIX - demonstrado pela fundação da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, em 1804, e Americana, em 1816 - era a difusão da leitura da Bíblia, sendo uma sociedade semelhante fundada no Brasil em 1948 (BASTIAN, 1986; REILY, 2003).

Entre as acusações feitas pelos evangélicos aos católicos nos séculos XIX e XX, é recorrente a queima das escrituras sagradas. O já citado Mateus Donati, que atuou na colônia italiana do Rio Grande do Sul como pastor metodista de 1892 até sua morte, em 1919, fez publicar na Itália, em 1906, um opúsculo de sua autoria intitulado *Crucifige! Discorso sopra la cremazione delle Bibbie fatta dai nemici di Cristo*, que pode ser traduzido como 'Crucifica-o! Discurso sobre a queima das Bíblias feitas pelos inimigos de Cristo' (DONATI, 1906, s.p.), onde a mesma temática é abordada. Ainda que esse texto não faça menção específica à realidade local, é relevante o autor ter escolhido esse tema para um ensaio quando atendia as colônias italianas, a cujos membros esses opúsculos eram destinados.

Essa mesma temática foi abordada por duas das pessoas entrevistadas. Nilza Covolo Kratz rememora um fato ocorrido quando já residia em Bento Gonçalves, no Bairro São Roque:

A perseguição maior aqui, foi por causa da Bíblia. Aqui, naquela época, era proibido ler a Bíblia. Mas nós, aqui na nossa casa, ninguém podia nos proibir, porque ainda tem um quadrinho ali na parede que diz: "Em minha casa serviremos o Senhor". Então, quer dizer que ninguém podia proibir nada em nossa casa. Mas sempre a gente procurava ensinar aos outros. Numa ocasião aconteceu que um senhor, morador desta rua, ficou surpreso ao ver o padre queimando uma porção de coisas. Botava, botava naquela fogueira, e depois esquecia lá. Ele ficou curioso, mas passou de largo. Ele viu quem estava queimando. Na volta, ele tinha ido visitar a filha, e disse: Eu quero saber o que

tinha naquele monte. Aí ele pegou um pauzinho que achou por ali e foi tirando as cinzas. No meio dos escombros, ele achou esse pedaço de Bíblia. Ele ficou muito triste vendo o padre queimando o livro sagrado, o livro que tem a palavra de Deus, e disse: isso não pode acontecer. Ficou muito triste. Imediatamente ele veio aqui na minha casa e me entregou e me disse: eu sou velho e doente. A senhora guarde esse livro. Guarde bem, que um dia, todos vão ler este livro. E, de fato, hoje a Igreja Católica também tem sempre a Bíblia. Então, eu fiquei feliz com isso porque eu guardei, sempre com segredo e tudo. Mas pensei, se um dia o padre vem me falar alguma coisa, eu sei o que responder. Mas ele não falou nada ainda, até agora [risos]. (KRATZ, 2006)

A filha da depoente, Vânia, conserva em seu poder o volume parcialmente queimado, o qual é muito semelhante a outro que pertenceu à entrevistada Nilza, editado pelos Gideões Missionários, uma entidade que pode ser considerada sucessora das Sociedades Bíblicas Britânica e Americana. Declarações semelhantes foram prestadas por Eulinda, residente em Caxias do Sul, a qual também afirma que os católicos não estariam autorizados a usar a Bíblia:

Então, a partir dali, havia o conceito católico que não se podia usar Bíblia. Existia fortemente, Tânia, a Bíblia, eu vi sendo queimada em São Pelegrino, Bíblias aos montes. Agora eu, na época, não posso discernir assim, foi sicrano, foi beltrano...[...] Não posso, foi sicrano, foi beltrano, como criança não posso dizer. Mas eu vi! Então, a igreja, dizia: ‘Queimaram a Bíblia’! Então pra mim a Bíblia, foi sempre uma palavra sagrada, que de maneira nenhuma ela podia ser queimada. Então, eu corri lá, como criança, para ver a terrível coisa que tinham feito: queimado Bíblias. Então ia tudo pro inferno, as coisas mais terríveis de todas, que tu vê Tânia, até agora em filmes, em coisas da história de sessenta anos passados, era um inferno. (DE NICOL, 1986)

Fica evidenciada aqui a importância da leitura bíblica na tradição evangélica: a proibição da livre interpretação das Escrituras, ou o acesso a uma versão não autorizada, na memória das entrevistadas, é equivalente a uma proibição total de utilização dos textos sagrados. Além disso, eventual conhecimento das diferenças existentes entre as versões da Bíblia não surge nas entrevistas. Isso parece ficar ofuscado pela visão chocante da

palavra divina, fonte única da fé, sendo deliberadamente consumida pelas chamas.

Apedrejamento de templos

Quando da fundação da primeira comunidade metodista na RCI, em Bento Gonçalves, no ano de 1889, a edificação de templos não católicos com aspecto exterior de igrejas não era permitida, por expressa disposição do art. 5º da Constituição de 1824. Com o advento do regime republicano, tal dispositivo foi revogado, porém a aceitação da presença física de templos evangélicos percorreu um caminho mais tortuoso. A prática de vandalismo em relação a eles tem registros na historiografia (VIEIRA, 1980), ainda que muito esporádicos. Na RCI, há um precedente, em relação ao templo de Caxias, citado nos diários de Elizabeth Price, esposa do pastor John Watkin Price, que atendeu aquela cidade de 1922 a 1926. Nos registros referentes ao ano de 1922, juntamente com a menção às obras de construção do templo, ela refere que o pastor proibira qualquer pessoa da família de se aproximar do local, porque alguém ameaçara explodi-lo, o que não ocorreu. Curiosamente, na mesma página há menção a um colapso nervoso sofrido pelo mesmo pastor em 1925, que o levou a um internamento hospitalar nos Estados Unidos. Naquele texto, não é estabelecida relação entre os dois fatos (GORSUCH, 1984).

Entre os depoimentos colhidos, Marieta Silva Cislighi informou ao autor ter vivenciado pessoalmente uma situação de ataque à igreja, que também a vitimou:

Sim, eu estava chegando na igreja com meus filhos, seriam umas sete horas da noite. Senti as pedras voando e batendo na porta, na parede. Estava com os filhos... aí eu disse: entrem, entrem, meus filhinhos! Não sei quem foi, até hoje. Não foi fácil, a gente sofria muito naquela época. Os padres capuchinhos foram mais de uma vez na minha casa saber por que eu era protestante. Na época em que eu morava no Borgo, o Redovino Rizzardo brigou com o meu filho e me chamou de protestante do diabo. [...]

O próprio Padre Manica dizia que o protestante tinha o diabo atrás da porta da igreja. Ele cuidava a amizade entre o meu filho e uma colega de escola, a Luiza Artico. Uma vez [rindo] eu estava no Hospital Tacchini, internada, e ele entrou para dar a comunhão. Quando viu quem era, parou na metade e voltou [risos]. (CISLAGHI, 1999)

A aproximação entre o protestante e o diabo já foi referida em outros depoimentos, entre os quais o de Eulinda Corrêa De Nicol, que volta a falar de vandalismo em outro trecho da entrevista:

Não, mas... a nossa igreja sempre foi apedrejada. A nossa igreja sempre foi apedrejada! Sempre, sempre, sempre. [...] Sempre foi... a sequência, mas nunca um grupo disse assim, foi aquele que apedrejou, foi aquele outro, aquele outro. [...]

Sempre (inaudível), porque a Avenida Júlio... vamos supor, foi em [19]37 ela foi, mais ou menos em [19]37 ou [19]40, a Avenida Júlio ficava mais alta. [...] A nossa igreja ficava frente à rua, ela não ficava com aquela escadaria. Ela ficava na mesma altura do Hospital [Nossa Senhora do] Pompéia, ela ficava porque... E ali houve, vamos supor, uma terraplanagem [rebaixamento]. Mas antes dessa terraplanagem, então a nossa igreja ficava [ao nível da] na rua. E nossa igreja diversas vezes, mas não definiram grupos de apedrejamentos, sem saber o porquê. E sempre eram adolescentes que apedrejavam, mandados por alguém. [...] E grupos então que iam lá, porque a gente nunca dizia que era igreja, que essa, essa, ou aquele padre, ou esse ou aquele preconceito...[...] É a mesma coisa que, na minha infância, meus, minhas amiguinhas diziam que eu era o diabo, que eu morava numa casa assombrada e que, tanto que eu era uma sombra também, porque lá quando nós fomos morar não tinha assombração nenhuma, por sinal moramos numa casa gratuitamente, senão a casa ficava fechada era assombrada. E na época até tinha isso. E era a mesma coisa. Mas diversas vezes eu presenciei, como presenciei Bíblias queimadas na Igreja São Pelegrino, eu presenciei minha igreja sendo apedrejada e eu muito de boca aberta olhando, por que será que tão fazendo isso? E daí, como viam a gente na frente olhando assim, diziam: Aí, o diabo, o diabo, o diabo! Aí a gente levava as pedradas junto, porque eles sempre procuravam realmente quando tinha pessoas unidas, porque não é a... o... Prédio em si que era o diabo. O diabo eram as pessoas. [...]

Então, não cheguei nunca a levar pedrada, mas presenciei. Meninos da minha idade apedrejando a minha igreja, e queimando Bíblias, porque toda vez que eram queimando Bíblias, porque toda vez que eram queimados, eram meninos

adolescentes, não eram pessoas adultas! Mas era sempre o mesmo preconceito que a Bíblia era o diabo. Então, essa é uma época, vamos supor, gostosa de ser revivida e, se fosse realmente, que nós pudéssemos queimar o diabo ou apedrejar o diabo, seria muito bom [inaudível], mas nós metodistas éramos o símbolo do diabo. (DE NICOL, 1986)

Conforme a depoente, o mal supremo, o diabo, estava personificado nas pessoas dos metodistas e no seu templo. Mas é interessante notar que o relato, em certo momento, assume contornos difusos. Ao contrário de Marieta, que relatou ter sido vitimada pessoalmente pelo apedrejamento - mas não identificou os autores por já estar escuro - Eulinda diz não poder dizer quem foram os agentes, embora logo depois reafirme, de forma enfática, ter presenciado a igreja sendo atacada. É possível que essa relativa incerteza ocorra pela pouca idade da depoente à época dos fatos. Mas também cabe aqui lembrar a força mnemônica de fatos incorporados ao imaginário evangélico:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

Nos meios evangélicos, tais narrativas sobre os ataques a templos foram razoavelmente conhecidas e divulgadas dentro do grupo, tanto que apresentadas inclusive na ficção. O romancista gaúcho Josué Guimarães, nascido em 1921, filho de Georgina Marques e José Guimarães, telegrafista e pastor leigo da Igreja Episcopal (GRECCO, 1988), criou na sua obra *Os*

Tambores Silenciosos um núcleo familiar semelhante ao seu, composto pelo telegrafista e pastor leigo episcopal Ezequiel Azevedo e sua esposa, Georgeta. Em um trecho do livro, ambientado na cidade fictícia de Lagoa Branca, o pastor acusa o sacerdote católico de promover o apedrejamento de sua capela:

[...] então ele quer que eu vá desempenhar o papel de guarda-noturno, ficar na espreita a noite inteira para pegar os moleques que apedrejam a igreja pagos por ele; ele quer que eu prove, pois lá estão os vidros partidos, as marcas nas paredes e as pedras jogadas e que ficaram no jardim e ainda estão lá; ou ele não sabe, o padreco ingênuo, que o sacristão cumpre as suas ordens e manda aqueles menininhos dele praticarem o crime? (GUIMARÃES, 1987, p. 36)

É possível que o autor do romance tenha ouvido ou, talvez, presenciado fatos parecidos, inclusive pelas semelhanças das personagens com sua família de origem.

Atos fúnebres dos suicidas

Conforme o Código de Direito Canônico de 1917, vigente no lapso temporal das entrevistas, era negada sepultura eclesiástica aos suicidas (Cânone 1240, § 1º, n.º 3), bem como missa de corpo presente e quaisquer ofícios fúnebres públicos, conforme o Cânone 1241 (CÓDIGO, 1917). Dessa forma, os sacerdotes católicos não estavam autorizados a celebrar funerais de pessoas em relação às quais não houvesse dúvida que haviam tirado a própria vida. O dispositivo fala em atos fúnebres públicos, de forma que isso deve ter possibilitado aos sacerdotes, em tese, providenciar algum tipo de amparo religioso aos familiares do falecido privadamente. Contudo, não há dúvida que os velórios não tinham presença de padres, nem poderiam ser celebrados em igrejas católicas.

Não obstante sua aderência ao discurso cristão tradicional da valorização da vida como uma dádiva de Deus, sendo obrigação do crente zelar por ela, a Igreja Metodista não possuía uma vedação semelhante na época

dos relatos. Os Cânones da Igreja Metodista do Brasil de 1934, os primeiros a serem elaborados após a autonomia formal obtida frente às juntas de missão norte-americanas, e que reproduziam essencialmente as normativas vigentes naquele país, nada dizem especificamente a respeito. Isso fez com que também na região colonial italiana ocorresse um fato verificado em outros locais do país, a realização de exéquias fúnebres de católicos em igrejas evangélicas ou o sepultamento em cemitérios evangélicos (VIEIRA, 1980; BLUME, 2015).

Os relatos que se tem sobre essa situação são todos relativos a Bento Gonçalves. Eunice Beux rememorou uma situação ocorrida na década de 1950, quando seu esposo atendia essa comunidade, mas não estava na cidade, e ela teve que atender a família de uma pessoa que havia tirado a vida, assumindo o papel que seria desempenhado pelo pastor:

Ele [Armando], tinha costume de sair sem me dizer onde ia, e certa vez chegou lá na igreja a família de uma mulher falecida, de quem o padre não queria fazer o enterro... e eu, como é que ia deixar... Então fui lá e expliquei que o pastor não estava, fiz um momento devocional, falei e consolei as pessoas. (BEUX, 1997)

Mesmo se tratando de uma família católica, diante da recusa da realização de atos fúnebres, os parentes da falecida procuraram a igreja metodista. Mesmo que se considere a falta de outra opção - era a única outra confissão cristã estabelecida na localidade - não é desarrazoado imaginar que essa procura também ocorresse por ser sabido que lá não haveria rejeição a uma pessoa que havia tirado a própria vida.

Sem precisar datas precisas ou uma situação específica, os mesmos fatos foram trazidos na entrevista feita pelo autor com Marieta Cislaghi, ao relatar a diferença entre a postura dos padres católicos antes e depois do Concílio Vaticano II:

Hoje é diferente, até os padres estão diferentes, né. Eu lembro que o [padre] Oscar Bertholdo fez um casamento ecumênico lá na igreja da Goretti. Antes não era assim. Mesmo as pessoas que tiravam a própria vida eram rejeitadas

na Igreja Católica. Então, iam fazer o velório lá na nossa igreja. (CISLAGHI, 1999)

A depoente utilizou o plural “as pessoas”, dando a entender que a situação teria acontecido mais de uma vez. Isso é indicativo de que tais fatos não eram totalmente inusitados na época a que as entrevistas se referem, meados do século XX. Aparentemente, havia precedentes. O autor localizou uma reportagem do ano de 1914, publicada em um jornal em língua italiana editado em Caxias, dando conta de uma ocorrência semelhante em Bento Gonçalves. Segue sua tradução, feita pelo autor:

Virginia Bertuol, juvenzinha de 17 anos, recatada e boa, amada por todos pelas suas virtudes, se enforcou na noite de 31 de outubro. Parece que a jovem tirou a própria vida, que lhe deveria dar alegrias e carinhos, porque estava obcecada pelo pensamento de ter sido responsável pela perda de uma irmãzinha, no ano passado, em decorrência de severas queimaduras. A triste decisão e a sua causa foram confirmadas por um bilhete encontrado na casa da infeliz suicida. Aos funerais, que ocorreram no dia 1º de novembro, acorreu todo o povo bento-gonçalvense, para render à desgraçada jovem seu último tributo de honra e condolência. No cemitério, e antes que o caixão fosse coberto de terra, falaram, comovidos, relatando as virtudes da morta, o pastor evangélico, Sr. Federico Peyrot, e o distinto Sr. Giulio Lorenzoni. A infeliz jovem era filha de Girolamo Bertuol, proprietário do hotel e restaurante América (CORRISPONDENZA, 1914).

Frederico Peyrot, nascido em Caxias, filho de um imigrante vindo do Piemonte, foi o pastor que atendeu a comunidade metodista de Bento Gonçalves de 1913 a 1916. A descrição do jornal de que “todo o povo bento-gonçalvense” prestigiou o funeral parece não ser um mero recurso de linguagem. Prova disso é a presença e a fala de uma destacada liderança local, Giulio Lorenzoni, que exerceu diversas atividades na comunidade, inclusive como escrivão e notário, e cujo nome foi notabilizado pela publicação das memórias que escreveu nas primeiras décadas do século XX (LORENZONI, 1975). A leitura desse volume deixa evidente que ele se fazia presente em todas as atividades de relevância que aconteciam em Bento Gonçalves.

Diferença confessional e etnia

Há um aspecto interessante presente no relato da depoente Wanda, a desenvoltura notável com que o pároco católico atua em relação à sua família. Retoma-se aqui o trecho integral onde a entrevistada fala sobre seu duplo batismo:

Sim, fomos batizados na Igreja Metodista. Mas, anos depois, descobri que tínhamos sido batizados também na Igreja Católica, sem o meu pai saber. Minha avó falou com minha mãe, e ela nos levou lá e fomos batizados. Meus padrinhos foram a minha avó e o próprio padre, que era o Antônio Zattera. Fiz também a primeira comunhão. O Zattera procurou minha mãe, disse que estava na hora de fazer. Ai... ela perguntou como ia ser, por causa do meu pai, ele disse que não me preocupasse, que fosse na igreja num determinado sábado, que eu ia receber a comunhão. E foi assim, ele me deu inclusive o vestido da cerimônia, foi o único presente que ganhei do meu padrinho! Na verdade, nem foi o vestido, foi o tecido para o vestido, naquela época se mandava fazer. Isso foi em 1940. Apesar disso, ele e meu pai eram muito amigos, mesmo depois de o Zattera ter se tornado bispo em Pelotas. Ele sempre tentava convencer meu pai a voltar para o catolicismo. Mas ele só se batizou católico depois, quando casou com a Lélia, de Garibaldi. (RESCHKE, 2015)

Mesmo que se considere a convivência da mãe e da avó paterna, e o fato de se tratar de um grupo familiar de diferentes confissões cristãs, é surpreendente o fato de a depoente ter sido batizada e feito a primeira comunhão na Igreja Católica à revelia e sem o conhecimento do pai metodista. Além disso, é muito significativo o verbo utilizado pela entrevistada ao seu referir à relação entre seu pai e o referido padre⁴: este insiste para o genitor da depoente “voltar” ao catolicismo. O pai da depoente, Dionísio Baccin Filho, nascido em 1902, nunca fora católico. Era filho de um casal de imigrantes italianos que havia se tornado metodista ainda em fins da

⁴ A atitude hostil do padre Antônio Zattera em relação aos evangélicos já foi registrada pelo autor em outro trabalho, onde, entre outros fatos, se relata que ele ameaçava de excomunhão pais católicos que quisessem matricular seus filhos em uma escola primária metodista (DALLA CHIESA, 2018).

década de 1880, e batizado todos os seus filhos somente naquela igreja. A atitude do padre, em insistir em uma volta ao catolicismo, reflete uma visão de quem enxergava a pessoa como afastada temporariamente de um grupo ao qual era naturalmente pertencente.

A mesma proximidade relativa se encontra no relato do depoente Acyr, que afirmou poder frequentar ambas as igrejas. Além disso, bastou um mero ato, um rito sumário, para que o depoente - cujo pai e avô paterno eram metodistas - transpusesse o fosso confessional e pudesse casar com a moça católica com quem estava comprometido. A celeridade da conversão foi tanta, que o próprio entrevistado nem mesmo nomina o ato, simplesmente dizendo que fez “aquilo lá”. Já a menina Wanda não precisou frequentar aulas ou ser instruída para receber sua primeira comunhão, como ocorria com outras crianças: tudo ocorreu em dois dias.

Os relatos dos depoentes Wanda Baccin e Acyr Girondi convergem também em outros pontos, inclusive no que não é dito: ambos são os entrevistados que não referem a vivência de preconceito religioso como algo próximo da sua realidade pessoal imediata. Os dois relatam dificuldades vividas pela geração anterior, a de seus pais, devido aos casamentos mistos do ponto de vista confessional, mas não em relação a questões concretas envolvendo eles mesmos. A única dificuldade relatada por Acyr, a conversão exigida para o casamento, é rememorada com humor e risos, e não o impediu de frequentar a igreja metodista após o matrimônio. Ao mesmo tempo, é de se observar que esses dois depoentes, entre todos os ouvidos, são os que pertenciam às famílias mais bem situadas econômica e socialmente nas cidades onde viviam, descendentes de troncos familiares estabelecidos nas áreas urbanas de Bento Gonçalves e Garibaldi desde a primeira metade dos anos 1880, no caso dos Baccin, e desde 1890, no caso dos Girondi.

Tais fatos permitem que se questione a gradação do preconceito de acordo com um termômetro étnico e - talvez - social. Essas informações podem representar um indicativo de que o senso comum percebia os ítalo como “naturalmente” católicos, e que eventual filiação a outra confissão

religiosa seria somente um afastamento temporário. Dentro dessa perspectiva, em que se parte de uma identificação automática entre “católico” e “italiano”, não seria exigido grande esforço ou formalidade para uma reaproximação. Dentro dessa linha de pensamento, na mesma obra acima citada, Josué Guimarães constrói o seguinte diálogo entre o pastor e sua esposa:

[...] Sentaram-se ao redor da mesa grande da sala de jantar, ele pediu para a mulher o seu *pince nez*, abriu a folha pequena de papel, disse que deveria ter sido impressa na tipografia do Musacchio mesmo, o papel era igual ao dos seus volantes, a mulher acercou-se dele, alcançou-lhe os óculos, cuidou para que ele os ajustasse no nariz, disse: para o dono da tipografia, desde que entre dinheiro, tanto bota na máquina as cartas do diabo quanto as cartas de Nosso Senhor Jesus Cristo; o pastor pediu à mulher que tivesse um pouco mais de compreensão, o negócio dele era imprimir, não tinha nada que perguntar pela matéria que lhe entregavam e nem podia ser condenado por isso, era mesmo um bom homem, um bom chefe de família e se estava na religião católica era mais por ser italiano do que mesmo acreditar no que o seu patrício dizia, que ela devia saber como eram essas coisas, os dois tinham vindo das terras do Vaticano, eram patrícios do Papa, falavam a mesma língua dele e isso não era crime, mas eles, os evangélicos, deviam ser antes de mais nada tolerantes. (GUIMARÃES, 1987, p. 35).

O trecho transcrito faz referência a uma troca de farpas e argumentos alegadamente teológicos entre o pastor episcopal Ezequiel Azevedo e o padre católico Inácio Bartelli, através de panfletos impressos na tipografia local, de propriedade de um italiano. Na argumentação do pastor, sua mulher já deveria saber que qualquer italiano é automaticamente católico, por vir das “terras do Vaticano” e falar a mesma língua do Papa, independentemente de sua convicção íntima. Nesse aspecto, Ezequiel Azevedo e Antônio Zattera aparentemente estariam de acordo.

Observações finais

O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque, quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e

começamos a escrever nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E, nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos (PORTELLI, 2010, p. 6).

As entrevistas citadas abordam múltiplos aspectos das vivências de uma minoria religiosa em um âmbito regional, sendo destacados os que foram considerados mais representativos pelo autor. No entanto, alguns pontos merecem pequenas considerações adicionais.

No discurso dos entrevistados, as situações surgidas na RCI não se distinguem fundamentalmente daquelas que ocorreram em outros lugares do Brasil, sobre as quais há comprovação em outras fontes, como o apedrejamento dos templos, a queima de Bíblias, e as conversões forçadas. Ainda que se possa cogitar dessa repetição, em certa medida, como memória de grupo, herdada e cultivada, autorreferenciante, ela também parece ser um indicativo da uniformidade das formas que tomaram as fricções inter-religiosas no Brasil do século XX.

Outra circunstância digna de nota é a visão que perpassa algumas das entrevistas, no sentido de que o protestante seria o outro, um ser “de fora”. O metodista parece ser o que está além do tabu, do limiar, alguém que pode morar numa casa com fama de assombrada, onde ninguém quer viver - como relatou Eulinda - ou que pode receber em seu templo o corpo de um suicida. Um vez rompida a barreira do desconhecido, não há limitação, até o diabo é um personagem familiar, aparentado ao evangélico.

No entanto, a vivência de minoria na região colonial italiana não representou somente sofrimento ou agruras. Os depoentes também manifestaram ser muito ciosos da fé que praticavam, e mesmo orgulhosos dela, o que é evidenciado pela segurança argumentativa que demonstram. A convicção pessoal permitiu que Antônio Bartholomeu Beux fosse à escola católica frequentada por seu filho para protestar sobre uma punição injusta, ocasionada pelo desconhecimento do culto católico. Na mesma linha, Nilza Covolo Kratz afirmou saber exatamente o que dizer ao sacerdote caso

ele fosse falar com ela sobre a Bíblia queimada que estava em seu poder, e que ninguém teria direito de proibir a leitura dos textos sagrados em sua casa.

Sobre isso, é interessante lembrar como as minorias religiosas historicamente se estruturaram em torno da ideia de serem portadoras do real conhecimento e de uma missão divina, como veículo de afirmação e autoestima. Essa situação ocorreu também entre os valdenses na Europa (AUDISIO, 2004), historicamente ligados às origens da Igreja Metodista na colônia italiana gaúcha. No plano brasileiro, a organização dos evangélicos em torno de sua condição de minoria titular de direitos também ocorreu em momentos significativos, como quando da oposição às denominadas “emendas católicas” à Constituição de 1891, em 1925 (GERTZ, 2002).

Por fim, os depoimentos indicam a maneira como as diferenças confessionais puderam, em alguns casos, ser equacionadas: pelo convívio e pelo conhecimento mútuo, em detrimento de estereótipos. A sogra de Dionísio Baccin Filho, que se recusou a ir ao casamento dele com sua filha, mudou de opinião, dizendo nunca imaginar que “ele fosse um homem tão bom”. Fato semelhante ocorreu com as irmãs da moça Nilza Covolo, estudantes em uma escola católica dirigida por freiras:

Tanto a Edy, quanto a Áurea Covolo e a Diva, que foram estudar em escola aqui, que logo no início, tinha um lugar diferente porque elas não era católicas. Mas, com o passar do tempo, as pessoas, pelo seu testemunho de vida, começaram a perceber que aquilo que elas aprendiam naquela Igreja não era nada de demoníaco, nem horroroso. Pelo contrário. Tanto é que todas elas acabaram se tornando professoras, mesmo estudando em colégio de freiras. E foram pessoas de destaque, na época, indicadas como exemplo de vida. (KRATZ, 2006)

O historiador italiano Franco Cardini, profundo conhecedor do Islã e das relações entre cristãos e muçulmanos, em seus livros frequentemente enfatiza que as melhores formas de lidar com a diferença e o preconceito são o estudo, o conhecimento mútuo e a assunção de que existem outras realidades:

Arte difícil e dura disciplina, a da compreensão. Essa somente se impõe seriamente na medida em que se deixa de partir do pressuposto que verdade, razão e natureza se baseiam em princípios que parecem verdadeiros, racionais e naturais; e se aceita que outras “verdades”, outras “naturezas”, outras “razões”, se afirmam e vigem em outros lugares, sob outros céus, em culturas diferentes da nossa (CARDINI, 1994, p. 107).

Tal reflexão, ainda que elaborada pensando-se em outro contexto, também é válida para as relações entre metodistas e católicos na colônia italiana do Rio Grande do Sul.

Referências

- AUDISIO, Gabriel. Le sentiment de supériorité dans le minorités: l'exemple vaudois (xv-xvi siècle). In: BENEDETTI, Marina; PEYRONEL, Susana (orgs.). *Essere minoranza: comportamenti culturali e sociali delle minoranze religiose tra medioevo ed età moderna*. Collana della Società di Studi Valdesi, n.º 21. Turim: Claudiana Editrice, 2004.
- BASTIAN, Jean Pierre. *Breve historia del protestantismo en América Latina*. Cidade do México: CUPSA, 1986.
- BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- CARDINI, Franco. *Noi e l'Islam: Un incontro possibile?*. Roma: Editori Laterza, 1994.
- _____. *O encontro entre Reforma e o surgimento da Modernidade*. Revista IHU On-Line n.º 514, de 30/10/2017, p. 42-47.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO DE 1917. In: <http://www.intratext.com/IXT/LATo813/P3Y.HTM>. Acesso em 05/07/2020.
- CORRISPONDENZA - Bento Gonçalves. “Città di Caxias - Periodico Settimanale D'Interesse Coloniale”, 09/11/1914. In: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=213926&pesq=caxias&pagfis=632>. Acesso em 31/07/2020.

DADOS BIOGRÁFICOS DE MARIA TEREZA COVOLO CANINI. “O Expositor Cristão”, 06/03/1952.

DALLA CHIESA, Vicente. As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana na Serra Gaúcha. In: HERÉDIA, Vânia; RADÜNZ, Roberto (orgs.). *140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

_____. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da região de colonização italiana do nordeste gaúcho (1887-1939). In: DE CARLOS, Antônio Luiz Grechi; RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). *História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (orgs.). *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Univates, 2017.

_____. Breves registros sobre as escolas paroquiais ligadas à Igreja Metodista na região colonial italiana do nordeste gaúcho. In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; SANTOS, Rodrigo Luis dos (orgs.). *Migrações: Perspectivas e avanços teórico-metodológicos*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DONATI, Mateus. *Crucifige! Discorso sopra la cremazione delle Bibbie fatta dai nemici di Cristo*. Florença: Claudiana Editrice, 1906.

_____. *Prezado Irmão na Fé*. “O Testemunho”, 01/08/1908.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro - Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GORSUCH, Elizabeth Price. *John Watkin Price and Elizabeth Wittmann Price and Forefathers and their Descendants*. 1984. (Compilação de trechos dos diários do casal John Watkin Price e Elizabeth Price, realizada por sua filha Elizabeth. Depositada na biblioteca do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA).

GRECCO, Vera Regina Luz. *Josué Guimarães*. Coleção Autores Gaúchos. Porto Alegre: IEL, 1988.

GUELI, Laís Pinheiro de Souza. *A queima de bíblias (1953): Uma análise do campo religioso astorguense*. In: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/590_painel_final.pdf. Acesso em 20/07/2020.

GUIMARÃES, Josué. *Os Tambores Silenciosos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

LONG, Eula Kennedy. *Do meu velho baú metodista*. São Paulo: Junta de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, 1968.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: PUC/Sulina, 1975.

LUCHESE, Terciane Ângela. Por dentro da escola italiana: um olhar para a escola da Sociedade Regina Margherita na Colônia Dona Isabel/RS (1882-1889). In: *Escolarização, culturas e instituições - Escolas étnicas italianas em terras brasileiras*. LUCHESE, Terciane (org.). Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

MASCHIO, Eliane Cátia Falcade. A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação. In: *Escolarização, culturas e instituições - Escolas étnicas italianas em terras brasileiras*. LUCHESE, Terciane (org.). Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

OLIVEIRA, Emanuel Messias de. *Os Deuterocanônicos. Por que os usamos?* Revista Estudos Bíblicos, n.º 48, p. 25-33. Petrópolis: Vozes, 1996.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Poder*. Mnemosine, vol. 6, n.º 2, 2010, p. 2-13.

QUEIMA DE BÍBLIAS E OUTRAS ACUSAÇÕES. 2020. In: <https://www.veritas.com.br/queima-de-biblias-e-outras-acusacoes/>. Acesso em 18/07/2020.

- RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). *Populações Rio-Grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST Edições, 1998.
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.
- SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil - Volume I*. Rio de Janeiro, Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1983.
- STAWINSKI, Alberto Vítor. *Dicionário do dialeto Vêneto Sul-rio-grandense - Português*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1987.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- WESTHELLE, Vítor. *O místico que traz o monastério para o cotidiano popular*. Revista IHU On-Line n.º 514, de 30/10/2017, p. 78-80.
- ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos Franceses no Rio Grande do Sul - Presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre: ESTEF, 2017.

Entrevistas

- BEUX, Antônio Bartholomeu. [1983]. Entrevistadoras: Tânia Zardo Tonet e Sônia Storchi Fries. Caxias do Sul, entrevista realizada em 1983, transcrita por Maria Beatris Gil da Silva e editada pelo autor, arquivada no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.
- BEUX, Etelvino Armando; BEUX, Eunice. [1997]. Entrevistadora: Inés Simeone. Passo Fundo, entrevista realizada em 03/06/1997, transcrita pela entrevistadora, editada pelo autor, e publicada na Revista “Contando Nossa História”, n.º 01/1998, editada pelo Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no Rio Grande do Sul.
- BEUX, Evaldo. [2010]. Entrevistadoras: Sônia Storchi Fries e Susana Storchi. Caxias do Sul, entrevista realizada em 22/10/2010, transcrita por Sônia Storchi Fries e editada pelo autor, arquivada no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

CISLAGHI, Marieta Silva. [1999]. Entrevistador: Vicente Dalla Chiesa. Bento Gonçalves, entrevista realizada em 26/11/1999, transcrita e editada pelo autor.

DE NICOL, Eulinda Corrêa. [1986]. Entrevistadora: Tânia Zardo Tonet. Caxias do Sul, entrevista realizada em 1986, transcrita por Sônia Storchi Fries e editada pelo autor, arquivada no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

GIRONDI, Acyr. [2015]. Entrevistador: Vicente Dalla Chiesa. Garibaldi, entrevista realizada em 23/12/2015, transcrita e editada pelo autor.

KRATZ, Nilza Covolo. [2006]. Entrevistadora: Lourdes Maria Fedrigo Riboldi. Bento Gonçalves, entrevista realizada em 27/05/2006, transcrita pela entrevistadora, editada pelo autor e arquivada no Laboratório de Pesquisa em História Oral do PPGH da PUCRS.

RESCHKE, Wanda Baccin. [2015]. Entrevistador: Vicente Dalla Chiesa. Porto Alegre, entrevista realizada em 12/12/2015, transcrita e editada pelo autor.

Indústria têxtil na colônia italiana no Sul do Brasil: da pesquisa documental à história oral

Vania B.M Herédia

Introdução

O presente estudo descreve de forma sucinta a trajetória da primeira grande indústria têxtil da Região de Colonização Italiana no Sul do Brasil, RS, que nasceu como cooperativa têxtil em 1894. Foi fundada por um grupo de italianos, provindos do Norte da Itália, de uma região que se dedicava à produção de lã. Após cem anos, esse estabelecimento industrial retorna para o controle de operários, descendentes desses emigrantes, que permaneceram na vila operária e que lutaram para manter o patrimônio industrial, após ter passado por diversas gestões, distintas entre si e marcadas por conjunturas históricas.

O estudo tem como base teórico-metodológica a História Oral, partindo de premissas apresentadas por Portelli (2016), como fundamentais na arte da escuta e por Queiroz (1988), nos estudos sobre fontes orais. Utiliza alguns referenciais teóricos que tratam da memória histórica como autores da emigração, da industrialização e da história da indústria em questão. Os entrevistados foram ex-operários e operários que viveram a experiência da crise pela qual a indústria passou, aproximadamente cem anos depois de sua criação. Algumas questões permearam este estudo, que trata da história de uma indústria têxtil que nasce da vontade de operários italianos, e que é revisitada pela memória de vários outros, com o sentido

de explicitar o percurso histórico e seus desdobramentos. A luta para que essa indústria não desaparecesse, devido a conflitos laborais, é semelhante a fatos históricos que promoveram a saída de operários da Itália na greve de 1890-1891, na cidade de Schio, na Província de Vicenza.

Por meio das fontes orais, muitos espaços de compreensão foram reescritos, e essas narrativas colaboraram para escrever e descrever a criação da “Cooperativa Têxtil de Galópolis” no RS, no final do século XX. A história dessa indústria está vinculada aos estudos migratórios, ao mundo do trabalho, à organização da classe operária, às diversas formas de gestão industrial e, principalmente, aos estudos de comunidade. O uso da História Oral foi uma estratégia metodológica escolhida para registrar a última fase que, aparentemente, pressupunha o fim de uma das mais antigas indústrias têxteis da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, localizada em Galópolis, na época chamada Lanifício Sehbe S.A.

O estudo está dividido em três partes: a primeira remonta a história de onde partiram os operários italianos que vieram ao Brasil, no século XIX. Os autores que ajudaram a contextualizar a análise crítica, na área de história econômica são: Giovanni Luigi Fontana, que tem uma série de estudos publicados¹ sobre a industrialização têxtil no Norte da Itália e que se dedicou ao estudo do Lanifício de Alessandro Rossi, denominado “Lane-rossi”. Algumas de suas obras são resultados de seminários² dos quais participaram históricos italianos, que contribuíram para a discussão desse tema tão importante. Sobre história econômica da indústria no Veneto, foram usadas as obras de Giorgio Roverato³ que é especialista em história regional italiana, cujo tema também versa sobre a indústria têxtil. O polo

¹ Várias de suas obras tratam da história desse lanifício e das ações de Alessandro Rossi em prol da indústria têxtil italiana. Sua análise é resultado da riqueza de pesquisa documental aliada a diversas fontes históricas, incluindo fontes orais. Nos estudos sobre Alessandro Rossi, Fontana traça toda a trajetória da grande indústria têxtil italiana, nas comunidades que faziam parte do complexo liderado por esse empresário.

² FONTANA, Giovanni Luigi (org.). *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo ottocento*. Roma: Edizione Storia e Letteratura, 1985. v.I e II. Um dos eventos citados trata-se de congresso nacional que ocorreu em Schio, denominado “Schio e Alessandro Rossi”, em 1979, organizado por Giovanni Luigi Fontana, cuja comissão científica foi de Gabriele de Rosa, Silvio Lanaro e Angelo Ventura. As atas desse congresso foram publicadas nos dois volumes citados acima.

³ ROVERATO, Giorgio. *L'industria nel Veneto: storia economica di un caso regionale*. Padova: Esedra, 1996.

de lã, da Província de Vicenza, é um lugar histórico da industrialização italiana, e os estudos de Roverato contemplam a passagem da fase agrária para a industrial, pelas evidências de como constrói a narrativa histórica. Por meio de suas análises, é possível entender as diferenças de um país que tem, antes da sua industrialização, o processo de protoindustrialização daqueles que entraram diretamente na indústria, sem ter os quesitos básicos, dos quais ela necessita para o seu desenvolvimento.

A segunda parte trata da chegada dos italianos no Brasil e a construção de uma cooperativa que dá início ao lanifício em estudo. Além da pesquisa documental, uma parte da análise foi construída a partir de relatos orais que colaboraram para entender momentos de rupturas entre as fases, pelas quais a indústria passou, em toda a sua trajetória. Os autores utilizados como referência para o estudo da imigração, no Sul do Brasil foram: Franzina (2006), estudioso da emigração italiana no mundo, Manfroi (1975), De Boni (1979), Costa (1979), Frosi e Mioranza (1975).

A terceira parte trata da luta dos operários para manterem a cooperativa sob seu domínio. A análise foi construída por meio da História Oral; muitas entrevistas foram realizadas sobre o momento da crise do lanifício, a ação dos operários, a organização do movimento de greve e a negociação entre operários, sindicato e proprietários. Como referências metodológicas foram utilizadas as orientações teóricas de Portelli (1997, 2010, 2016), que colaboraram para nortear os diálogos entre o pesquisador e os entrevistados, principalmente nos limites que o método poderia oferecer à análise; as recomendações de Queiroz (1988) também foram observadas quanto ao uso do método. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados e transcritas pelo pesquisador. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2016 a agosto de 2018, tendo como critério para a escolha dos entrevistados a experiência fabril e o aceite de registrar sua experiência nessa trajetória industrial. Além das entrevistas, foram usadas fontes complementares que ajudaram a elucidar algumas narrativas, tais como: atas, correspondências, estatutos, documentos da fábrica e fotografias.

Uma parte da história

A história da industrialização italiana remete aos estudos da indústria têxtil no Norte da Itália. Muitos historiadores italianos trataram desse tema, mostrando a relação entre a passagem do capitalismo agrário para o capitalismo industrial e como a sociedade italiana enfrentou as mudanças de mercado internacional no século XIX, com a instalação do Reino da Itália.

Muitas das grandes indústrias haviam nascido antes da Unificação Italiana. É o caso do Lanificio Rossi, uma das primeiras grandes indústrias de lã, localizada na Província de Vicenza, cuja fundação ocorreu ainda no século XVIII, antes da anexação do território do Vêneto ao Reino da Itália. A história do Lanificio Rossi remete à história da família Rossi que, em 1818, constitui uma sociedade que se denominava Sociedade Rossi & Pasini, uma tecelagem que se solidifica e se mantém no mercado por quase dois séculos.

No século XVIII, Schio era conhecida como “o coração manufatureiro” da República Vêneta pelas atividades econômicas desenvolvidas, o que permitiu o crescimento da indústria têxtil, beneficiada pela posição geográfica, pelos recursos hídricos, pela disponibilidade da matéria-prima e pelas tradições seculares artesanais. A localidade de Schio era diferente das demais localidades protoindustriais, porque o trabalho não tinha vínculos corporativistas, dado que o empreendedor podia se dedicar às atividades econômicas de iniciativa privada.

O Lanificio Rossi tornou-se o “maior complexo têxtil da Itália”, quando o Vêneto é anexado ao Reino da Itália, em 1866. Em 1869, a Família Rossi investe capital e moderniza tanto a fiação como a tecelagem mecânica, o que permite a expansão do capital, por meio da instalação de outros estabelecimentos, além de Schio, Piovenne, Rocchette, Torrebelvicino e Pievebelvicino. Com o investimento industrial, muitos camponeses, artesãos e trabalhadores a domicílio tornaram-se operários. A necessidade de mão

de obra gerou uma classe operária que vivia em torno da indústria têxtil. Além dos que habitavam em Schio, os da zona rural também foram estimulados ao trabalho fabril, envolvendo mais de quinze comunidades que produziam mão de obra para esses lanifícios.

Em 1873, o Lanifício Rossi torna-se uma sociedade anônima e, com a modernização da estrutura industrial, surgiam conflitos operários decorrentes da demissão por parte dos proprietários de boa parte da mão de obra ocupada. Desses conflitos laborais nascem duas grandes greves, que ocorrem com o começo da mecanização nas plantas industriais dessa indústria e que se agudizam quando o processo de instalação das máquinas realmente se efetiva.

A primeira greve ocorreu em 1873, e a segunda, em 1890-1891, o que fortaleceu o movimento em favor da emigração, já que muitos operários decidiram mudar o próprio destino e não mais lutar pela causa local e nacional.⁴ A greve de 1873 politizou aqueles operários que lutavam por seu emprego e por ideias que julgavam adequadas em torno dos efeitos da modernização técnica, e que as identificavam na indústria local, como o desemprego, a proletarização, a necessidade de sindicalização, bem como algumas mudanças que estavam em fase adiantada de instalação.

Esses operários emigram para a América Latina, sendo que alguns se instalaram na Colônia Caxias, uma das colônias oficiais do Programa de Colonização do Império, que tinha a intenção de ocupar o território com mão de obra branca, semiespecializada e dedicada ao trabalho. Quando esses operários chegaram nessa região, motivados por uma política imperial que oportunizava o acesso à terra, a primeira parte tinha sido vencida, já que haviam conquistado uma posição que jamais conseguiriam, se tivessem permanecido em Schio, a de se tornarem proprietários.

⁴ A greve de 1890-1891 ocorreu por melhores condições de trabalho, o que resultou na expulsão de muitos tecelões da Itália, já que o proprietário perdeu os casados e expulsou os solteiros, dando-lhes a seguinte opção: "Ou a galera ou o Brasil" (LANEROSI IERI, 1967, p.120).

Outra parte da história

A história dessa indústria está dividida em seis momentos distintos que abarcaram praticamente um século. Começa quando os emigrantes italianos chegaram ao Brasil e se instalaram na Capela da Maternidade, na Quinta Léguas da Colônia Caxias. Alguns anos mais tarde, construíram um barracão para abrigar a Cooperativa Têxtil, chamada *Società Tevere e Novità*. Foram eles que fundaram o povoado de Galópolis, sendo que alguns eram de origem camponesa e outros tinham formação artesã, provenientes das comunidades de Schio e Valle dos Signori (Livro de Tombo da Paróquia de Galópolis, 1936, p.1). Esse grupo de operários italianos, que se uniram com imigrantes, que já moravam no local, deu início à cooperativa com capital inicial de L.100.000 liras.

A ideia de fundar um lanifício semelhante àquele deixado na Itália começou a surgir entre esse grupo de emigrantes, que se uniu a alguns colonos que já moravam no local. A proposta se realizou quando um desses idealizadores comprou vários teares de uma tecelagem italiana que havia falido. Instalaram a cooperativa em um barracão, nas proximidades de um arroio, o que garantiu a energia necessária para o desenvolvimento da atividade econômica.

Os fundadores da cooperativa e da futura vila operária foram: José Comerlato, João Batista Mincatto, José Berna, Ângelo Basso, José Casa, Ottávio Curtulo, Pedro Sbabo, Jacinto Vial, João Sartor, Batista Tisot e José Bolfe.

A cooperativa foi inaugurada em 29 de janeiro de 1898, formada por 28 sócios, localizava na Quinta Léguas da Colônia Caxias. A fiação era feita à mão e desenvolvida por mulheres em casa. Eram sócios da cooperativa: “Giuseppe Berne; Giovanni Batista Tisotti; Giuseppe Bolfe; Henrique Cantergiani; Bortolo Cortese; Valdevino Mendes Torta; Giovanni; Giovanni Rech; Giuseppe Formolo; Maria Cesa; Luiz Curtulo; Angelo Basso; Jacinto Vial; Giovanni Mincato; Giuseppe Casa; Giovanni Stragliotto; Maria

Dalmedico; Abramo Zardin; Francisco Formighieri e Giuseppe Comerlato” (CONTRATO DE COMPRA E VENDA DA COOPERATIVA, 1898).

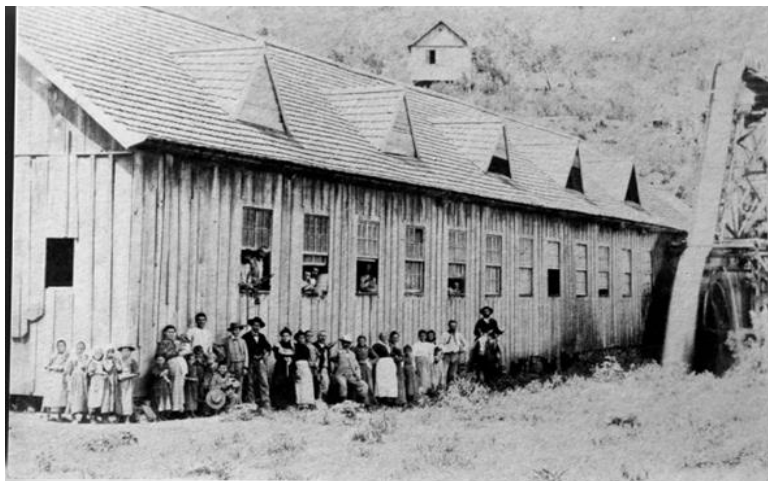


Foto da Cooperativa Têxtil Tevere e Societá. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

A primeira fase durou praticamente dez anos e foi administrada pelos emigrantes e por suas famílias. Ao enfrentarem problemas de natureza econômica, venderam a cooperativa têxtil para o italiano Hércules Galló, que tinha experiência em indústria de lã e havia chegado ao Brasil em 1899, com a intenção de fazer muitos investimentos no País. Ao chegar ao Brasil, identificara o potencial da indústria têxtil enquanto trabalhava numa tecelagem no Rio de Janeiro e, depois, na Fiação de Tecidos Portoa-legrense, em Porto Alegre, como químico tintureiro.

Os dez anos seguintes, de 1904 a 1913, Hércules Galló administrou a indústria de lã, colocando-a entre as dez maiores empresas do Rio Grande do Sul, o que identifica a segunda fase. Essa fase fez a passagem de cooperativa para companhia de lã, criando uma estrutura material mais ampla e também com ampliação de mercado. Hércules Galló tinha experiência no setor e tinha contatos com o mercado regional. A visualização desse empreendimento industrial, a partir de uma fusão de capitais com a Família Chaves & Almeida, que entrou com capital importado da

“Companhia de Tecidos de Lã”, marcou a terceira fase dessa indústria, que compreendeu o período de 1913-1928.

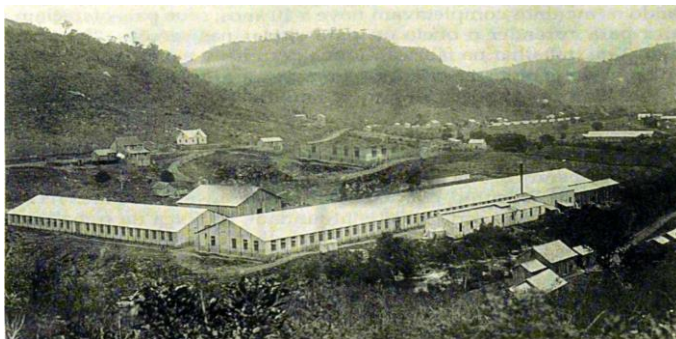
A proposta de fusão das duas firmas se efetivou em 13 de agosto de 1913, com o nascimento do estabelecimento *Chave Irmãos & Cia*. A sociedade contava com os sócios da firma *Chaves & Almeida* que eram: Pedro Chaves Barcellos, Paulino d’Almeida Chaves Barcellos e Comendador Antônio Chaves Barcellos e, da parte da *Companhia de Tecidos de Lã*, Hércules Galló. Naquele período, o lanifício contratou mestres italianos; ampliou a capacidade industrial, por meio da compra de novos maquinários; investiu na construção da vila operária,⁵ que abrigava a mão de obra que trabalhava na fábrica, qualificou a oferta de energia, e entrou no mercado nacional.

A quarta fase começou com a transformação do “Lanifício São Pedro” em Sociedade Anônima, cujo crescimento da atividade industrial no País era visível. Compreendeu o período de 1928 a 1979, que começou com a venda total das ações da família Galló para a empresa *Chaves & Almeida*, quando o lanifício tornou-se *Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro*. Esse período foi beneficiado pela política industrial que o governo de Getúlio Vargas adotou no País, substituindo às importações. Foi um período de crescimento econômico para o lanifício, pois a indústria têxtil abasteceu o Exército nacional e, no período da Segunda Guerra Mundial, foi considerada de “interesse nacional”, e aumentou de forma considerável a produção.

Na década de 60, do século XX, a indústria reequipou e modernizou seu aparato produtivo, através de um projeto aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, pela Caixa Econômica Federal, com recursos do PIS. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul havia sido criado na década de 60, com a proposta de recuperar o atraso e o processo de marginalização que a

⁵ Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434323898_ARQUIVO_TextoANPUHFLORIPA2015.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2020.

Região Sul estava vivenciando economicamente, através de projetos de recuperação do parque industrial, de empresas afetadas pela situação crítico-estrutural da economia brasileira. O setor têxtil era considerado por esse Banco de Desenvolvimento como área de prioridade, visto que as indústrias instaladas possuíam considerável maquinário, mercado, estrutura de comércio e necessitavam de auxílio com capital de giro.



Galópolis. Vista do Lanificio S. Pedro S. A.

Acervo Histórico Municipal de Caxias do Sul A. 3416

A fase seguinte ocorre com a compra pelo *Grupo Kalil Sehbe* das ações do Lanificio em 1979, administrando-o até 1999, quando retorna para as mãos dos operários. Esse período, bastante conturbado na história econômica do Brasil refletiu-se em problemas de gestão, decorrentes da política neoliberal adotada pelo governo brasileiro, e que afetou muitas empresas nacionais.

O Grupo Kalil Sehbe tinha o modelo de empresa familiar. As empresas familiares têm, em sua forma de gestão, características como fortes laços afetivos, submissão, sensibilidade nas relações entre os participantes, privilegiada pela manutenção das relações existentes, em detrimento da administração racional, já que, na maioria das vezes, muitos dos dirigentes faziam parte da mesma família. Um problema de trabalho pode afetar o âmbito social familiar e a eficiência produtiva necessária, devido a alta competitividade do empreendimento.



Foto: Fachada do Escritório do Lanificio São Pedro S. A. Galópolis, Fotógrafo: Leonardo Herédia, 2016.

O retorno ao começo da primeira história

Na década de 90, do século XX, o Lanificio Sebbe começou a apresentar problemas de natureza econômica, não conseguindo pagar a folha de pagamento, o que começou a gerar tensões com seus trabalhadores. Os problemas foram se agravando, e o Lanificio enfrentou uma forte crise que evidenciou necessidades de mudanças na gestão, ou a perda do controle acionário. O Grupo Kalil Sebbe dirigia o Lanificio desde 1980 e havia enfrentado problemas econômicos antes, mas não tão graves quanto este último, que se agudizava com o atraso dos salários dos trabalhadores na década de 90. A situação financeira gerara uma crise que não foi solucionada devido à falta de recursos financeiros naquele momento.

O Sindicato de Fiação e Tecelagem de Galópolis negociava as tensões entre os operários e a direção da fábrica, que era dirigida por Alfredo Sebbe, filho de Miguel Sebbe, presidente do Grupo. Na presidência do Sindicato estava Renato Dall'Agnol, que conhecia bem a situação financeira e administrativa do Lanificio. À medida que os salários não eram pagos e que se discutia as condições financeiras, o clima de solução do impasse tornou-se cada vez mais hostil, o que, em abril de 1999, impediu que os operários continuassem no trabalho. A greve foi a solução encontrada pela maioria dos trabalhadores, que reconheciam o problema, mas precisavam do salário para garantir seus meios de vida. Nesse intervalo da

produção, com a greve declarada começou a ser pensada a ideia de criar uma cooperativa de trabalho, que pudesse administrar a fábrica e garantir os direitos dos trabalhadores, com o objetivo de não perderem seu emprego e também a própria fábrica. A solução para o conflito surgiu, portanto, do próprio diretor, quando sugeriu a criação de uma cooperativa que pudesse arrendar o parque fabril do próprio Lanifício. A ideia era criar uma cooperativa de serviços, com o intuito de que os donos não perdessem o patrimônio. Os resultados, entretanto, foram distintos e foi criada uma cooperativa de trabalho.

Naquele momento, alguns operários, sob a coordenação de Luis Carlos Tonolli, funcionário do escritório central, responsável pelo planejamento e controle da produção, pensaram a fundação de uma cooperativa que poderia abrigar a proposta feita por Alfredo Sehbe. O acordo entre a direção da fábrica, e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, presidido por Renato Dall’Agnol acontece em 9 de abril de 1999 (HERÉDIA, 2017, p. 256).

O acordo assinado entre a direção do Lanifício e o sindicato definiu que os operários poderiam pagar pelo maquinário e pelo aluguel do espaço, e o Lanifício ficaria encarregado de acertar as rescisões dos contratos de todos os trabalhadores. Os operários constituíram uma comissão para defender seus interesses, formada por Luís Carlos Tonolli, Fernando Marchioro, Sidnei Canutto, Márcio André Kirshi e Arlindo Fermino Coelli.

Depois de muitas discussões e negociações, a Cooperativa Têxtil de Galópolis foi criada, e sua primeira assembleia ocorreu em 7 de junho de 1999, no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, no bairro de Galópolis.

A Cooperativa nasce com a participação de 32 associados, que elaboraram o estatuto social de sua fundação. Foram seus fundadores: Luís Carlos Tonolli, Fernando Marchioro, Sidnei Roberto Canuto, Félix Luiz Bridi, Márcio André Kich, Amadeu Matté, Marcos Antônio Diligenti, Clark Moschen, Dinarte Henrique Matté, Susana Bridi Cecchin, Rita Formolo Bridi, Ivete Maria Pedron, Elisabete Bordin Pegorini, Lourdes Lorenzi,

Maria Bernardete Pires Valduga, Leonice Maria Moschen, Arlindo Fermino Coelli, Valderez Umberto Toniolli, Beloni Fátima Giacomelli Matte, José Antoniollo, Selvino Formigheri, Sérgio Antonio Basso, Nelson Antoniolli, Ivanir Maria Neuschrack Rigon, Julio Bordin, Terezinha Antoniolli Stragliotto, Fabio Galietti, Urcina de Souza Frassini, Agostinho Vítório Bortolozo, Renato João Dall’Agnol, Rosmari Fátima Canalli e Clárisse Aneli Antoniolli.

O estatuto social foi aprovado pelos cooperativados, e o Conselho de Administração foi constituído por: Luís Carlos Tonolli como presidente; Fernando Marchioro como Vice-presidente; Sidnei Roberto Canuto como secretário; Félix Luis Bridi, Agostinho Vítório Bortolozo, Fábio Galietti, Selvino Formigheri, Marcio André Kich e Nelson Antoniollo como conselheiros. Para o Conselho Fiscal, os membros efetivos foram: Arlindo Coelli, Amadeu Matté e Renato João Dall’Agnol, e suplentes: Júlio Bordin, Maria Bernardete Pires Valduga e Beloni Matté.

Segundo relatos de operários,⁶ a crise do Lanifício começou com a compra de mais um lanifício, por parte do Grupo Kalil Sehbe, que se localiza em Novo Hamburgo. Na gestão desses dois lanifícios não estava muito claro qual dos dois tinha mais problemas.

[...] Ninguém entende como ia quebrar porque tinha muita produção. Era muito tecido. Depois vinha os cobertores do Exército, os cachecóis do Exército, as juponas que o lanifício fabricava o pano e o foro e a Kalil Sehbe confeccionava as juponas, os cachecóis. Os cobertores era fácil, porque a máquina fazia. O lanifício teve clientes que tinham grandes pedidos como o Exército, as companhias aéreas (Entrevista com ex-dirigente, em 2018).

A partir de relatos orais, essa parte da história do Lanifício é descrita. Os operários entrevistados compararam a gestão anterior com a gestão enquanto cooperativa. Um dos depoentes diz que a compra de maquinários modernos pela cooperativa foi mais adequada do que em décadas anteriores. Esta foi a explicação dada pelo entrevistado:

⁶ Entrevista realizada em 2018, com um ex-dirigente da Cooperativa, na Universidade de Caxias do Sul, RS.

Quando nós começamos, as máquinas que faziam a carda precisavam de 16 pessoas para fazer esse trabalho (a carda), e às vezes apanhavam, até porque tinham que fazer *serão*, porque um fio que tinha mais irregularidades e precisava de mais tempo (Entrevista com operário, em 2018).

Houve, por parte da gestão cooperativada, a preocupação de incrementar a estrutura fabril com máquinas novas. Tinham ciência de que os maquinários precisavam ser modernizados para atenderem à nova realidade. De acordo com relato de um dos entrevistados, houve procura de máquinas no Brasil, mas não era disso que a cooperativa necessitava. Então conversaram com representantes de uma fábrica japonesa que visitou a cooperativa e entendeu o tipo de máquinas das quais precisavam.

Os relatos apontam que a Cooperativa começou a se organizar com uma nova mentalidade, voltada apenas para os interesses do que produzia e os interesses dos seus cooperativados. Tinha iniciativas de inovação e começou a fazer investimentos, após pagar as pendências relacionadas com o acordo pelo qual nascera. A greve começara em abril de 1999, mas a fábrica parou em 30 de março de 1999. Os operários trancaram a entrada da fábrica, e a negociação ocorreu da seguinte maneira:

[...] Na época eu acho que tinha em torno de duzentos e cinquenta, se não me engano, em torno de duzentas e cinquenta pessoas. E resolveram fazer a greve. Trancaram a entrada, então os encarregados, também, se quisessem, não podiam entrar, porque daí ficou uma turma lá 24 horas na portaria, e também para evitar que saísse o maquinário. [...] O que o pessoal tinha medo, inclusive eu também, que o pessoal tirasse as máquinas que importasse mais e vendessem (Entrevista com ex-operário, em 2018).

Segundo vários entrevistados, o Sindicato de Fiação e Tecelagem de Galópolis teve uma participação fundamental na construção do acordo. O Sindicato estava atualizado em questões semelhantes de falência, e conduziu a discussão de forma propícia, o que fez com que a classe operária envolvida recebesse seus direitos. A combinação do aluguel do espaço foi atrelada ao faturamento da cooperativa e a produção pagava as dívidas e,

ao mesmo tempo, a massa falida. Alguns clientes compraram tecidos pagando antecipadamente, o que fez com que o ponto de partida fosse positivo para os envolvidos.

A cooperativa voltou a funcionar e partiu do ponto inicial com operários que haviam se dedicado à produção de lã, ao longo da vida, e de tecidos e que não queriam ver a fábrica desaparecer. A greve havia mudado o rumo de suas vidas, assim como a greve de seus antepassados também mudara a trajetória das suas famílias. Cem anos haviam se passado, e a fábrica sobrevivera. No fundo, a Cooperativa Têxtil de Galópolis pagou as dívidas por meio do pagamento do aluguel que ficou depositado em juízo, pagou os operários que começaram a trabalhar e, com o tempo, o maquinário. Cada sócio entrava com cotas iniciais que eram, à época, de R\$300,00. Segundo relato do primeiro presidente da Cooperativa, Luis Carlos Tonolli, havia um valor por cota e não tinham a dimensão de quantos operários entrariam para a cooperativa.

Cada sócio entrou com 300 reais.[...] Primeiro, nós não sabíamos o que ia acontecer, nós não sabíamos se nós íamos ter trabalho. Assim ou assado, nós não sabíamos.[...] Nós vamos começar no dia 7 com x funcionários. Então nós começamos com trinta e poucos, depois no dia seguinte nós víamos, no dia seguinte, e nós chamávamos mais 10, no outro dia mais 20, no outro dia mais 30 e assim nós fomos. [...] Chegamos em 109 sócios (Entrevista realizada em 2018).

A primeira foi escolhida numa reunião lá no Sindicato, foi feito uma votação lá no Sindicato, com todas as pessoas interessadas em participar da cooperativa. Embora que ninguém ainda era cooperativado aquela época. Então as pessoas escolheram o presidente, o vice e o secretário, o conselho fiscal e administrativo. Depois cada quatro anos os associados é que faziam, era feito toda a eleição e era votado (Entrevista realizada em 2018).

A composição do Conselho Administrativo e Fiscal foi feita por assembleia de operários. Cada gestão durava quatro anos, eleita pelos associados. Cada setor tinha que ter o mínimo de mão de obra, e eram diversos os setores envolvidos: tecelagem, fiação, urdição, acabamento, expedição, tinturaria. Depois de um ano, o parque das máquinas foi leiloado

e não conseguiram comprar na primeira proposta, sendo que, na segunda tentativa, deram R\$1.700.000,00 e parcelaram o restante em prestações, que foram sendo pagas mensalmente durante vários anos. Os operários haviam trabalhado muito e não deixavam morrer suas expectativas com a compra do parque de máquinas. Após seis anos de muito trabalho e estrutura da fábrica, foi paga e novamente retornava para o domínio dos operários, o que garantia o retorno às origens.

Na leitura do ex-presidente da Cooperativa Têxtil de Galópolis Luís Carlos Tonolli três foram as principais ações desencadeadas pela cooperativa, durante a gestão de 1999-2011. A primeira era ter conseguido negociar o aluguel e o valor do aluguel ser depositado, a fim de pagar as rescisões trabalhistas. A quitação da dívida e a compra do parque fabril fizeram com que o resultado da produção fosse investido na própria planta industrial. O fato de os operários serem indenizados também promoveu a certeza de que o que havia sido decidido e feito era o melhor para todos. A segunda ação foi a modernização das máquinas, o que permitiu concorrer no mercado e atender às demandas frente às exigências competitivas que o setor têxtil enfrentava.

[...] A gente conseguiu modernizar todos os setores da Cootegal. Nós começamos onde era mais precário: na tinturaria. Comprando máquinas usadas e novas de ótima qualidade, melhorando assim o tingimento muito. Na tecelagem, nós compramos teares que antes precisavam de uma pessoa por tear, fazendo 100 batidas por minuto. Nós compramos teares e não foram novos, foram de segunda mão de boa qualidade, batiam 160, 170, cada pessoa tocava quatro, então quatro máquinas uma pessoa, antes era uma pessoa por uma máquina (Entrevista com o ex-presidente da Cooperativa, em 2018).

A terceira ação foi capacitar operários no Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil no Rio de Janeiro, a fim de que pudessem colaborar com o crescimento da Cooperativa. O investimento em mão de obra de técnicos têxteis foi importante para qualificar os serviços. Os relatos evidenciam a preocupação que a cooperativa teve na qualificação da mão

de obra, na aquisição de novas máquinas e na sustentabilidade do estabelecimento.

Algumas considerações

O Lanifício São Pedro foi a tecelagem mais antiga e com maior expressão da Região Colonial Italiana. Foi a primeira tecelagem de vulto dessa região, o que acarretou o seu desenvolvimento industrial e comercial, pela abrangência de seus produtos, numa demonstração da garra e da força de seus administradores. A atuação do Lanifício fortalece a ideia de que a indústria têxtil foi um dos setores principais da industrialização gaúcha.

De acordo com a história dessa cooperativa, o capital inicial investido era originário da poupança dos colonos imigrados: alguns haviam trazido dinheiro da Itália, outros haviam conseguido através do trabalho agrícola. A maquinaria inicial provinha da Itália, uma vez que um dos imigrantes que fundaram a cooperativa têxtil Società Tevere e Novità havia se comprometido a fazer o negócio, juntamente com os demais 28 sócios.

A ampliação dessa cooperativa, num segundo momento, quando ocorreu a fusão *Chaves & Irmãos*, foi feita com capital comercial de *Chaves & Almeida* e com o capital de Hércules Galló, proveniente do trabalho industrial e comercial.

No final do século XIX, e nas duas primeiras décadas do século XX, as famílias dos colonos eram numerosas e ofereciam uma saudável e abundante força de trabalho para a indústria. Apesar dos baixos salários, o emprego na indústria garantia não perder a propriedade, sua manutenção e ainda a subsistência do grupo que não era pequeno.

A indústria cresceu no período da administração da “família” *Chaves & Almeida* que investiu em maquinários, tendo um número considerável de operários empregados nessa gestão. Torna-se uma grande indústria durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como cliente o Exército brasileiro. Ampliou o mercado regional para o nacional, o que

permitiu investimentos na própria planta industrial. Entretanto, na década de 70, do século XX, enfrentou problemas no mercado financeiro e também pelas políticas adotadas de desvalorização da moeda brasileira. No final daquela década, o Lanifício é vendido para o Grupo Kalil Sehbe, que dá sequência a trajetória fabril, durante praticamente vinte anos.

No final do século XX, o Lanifício Sehbe passou por uma crise financeira que afetava o pagamento do salário dos operários e a possibilidade de novos investimentos. A crise financeira - produto de políticas neoliberais adotadas pelo País, a partir do governo Collor de Melo - fez com que muitas empresas foram afetadas pelo modelo econômico. Como solução desse impasse, após uma greve operária de mais de um mês de fechamento da fábrica, nasce a proposta de formar uma cooperativa de trabalho. A administração do Lanifício não tinha condições de pagar salários atrasados e colocá-lo novamente em funcionamento. A proposta de formação de uma cooperativa foi aceita, e o Lanifício recomeça uma nova fase administrada pelos operários.

A análise recupera parte de uma história que começa no século XIX, numa sociedade em transformação e que se estende para outro país, vinculada também à história da industrialização e de uma classe operária que carregava na bagagem técnicas e saberes tradicionais.

Além do patrimônio construído, a força da memória étnica é evidente nessa trajetória que, em cem anos, mantém laços com seu passado, com suas raízes e com seu legado. É uma história de tramas, de conexões, de movimentos, de rupturas e continuidades que esses estudos permitem recuperar para que não se perca no esquecimento as relações que foram construídas pelas necessidades da classe trabalhadora os seus espaços de trabalho.



Foto: Fábrica Alta em Schio. Local onde houve a greve dos operários em 1891. Acervo: Autora. Itália, 2015.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul, 1864-1962*. Caxias do Sul: São Miguel, 1963. v. 1.
- ASSOCIAZIONE SCLEDENSE GIORNALISTI E SCRITTORI (org.). *Schio: vita cultura economia*. Schio, 1981.
- AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- BRUYNE, Paul *et al.* *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- FONTANA, Giovanni Luigi (org.). *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, política, cultura e paesaggi sociali del secondo ottocento*. Roma: Edizione Storia e Letteratura, 1985. v. I, II.
- FRANZINA, Emilio. *La grande emigrazione*. Venezia: Marsilio, 1976.
- FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS; Prefeitura Municipal; Porto Alegre: EST, 1977.

- HERÉDIA, Vania B. Merlotti. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- MOURE, Telmo *et al.* A inserção da economia do imigrante na economia gaúcha. In: _____. RS: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 91-111.
- PASSERINI, Luiza. *Storia orale, vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letras e Voz, 2016.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível ao dizível”. p.14-43. In: SIMSON, Olga de Moraes von. *Experimentos com histórias de Vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.
- REICHEL, Heloísa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910-1930*. Porto Alegre: IEL; Mercado Aberto, 1978.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- ROSSI, Alessandro. *Rapporti della questione operaia colla questione sociale e loro origine*. Torino: Roux e Favale, 1879.
- _____. *Dell'arte della lana in Italia e all'estero giudicata all'esposizione di Parigi 1867*. Firenze: Tipografia di G. Barbera, 1869.
- ROVERATO, Giorgio. A. Rossi tra mobilizações de capital agrário e organizações empreendedoras. In: FONTANA, G.L. (org.) *Schio e Alessandro Rossi: empreendedorismo, política, cultura e paisagens sociais do segundo Oitocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.
- ROVERATO, Giorgio. *L'industria nel Veneto: história econômica de um caso regional*. Padova: Esedra, 1996.

**Memórias orais arquivadas:
a escolarização de imigrantes no meio rural na
região nordeste do Rio Grande do Sul (1910-1940)**

Luciane Sgarbi Santos Grazziotin¹

A região nordeste do estado do Rio Grande do Sul é composta por três microrregiões geográficas. Este estudo está circunscrito a determinados municípios pertencentes a duas delas: microrregião de Vacaria e microrregião de Caxias do Sul, espaços conhecidos como Campos de Cima da Serra e Serra Gaúcha, respectivamente.

A recolha, a salvaguarda e o inventário de documentos escolares, assim como a produção de arquivos de memória oral, fazem parte de ações que têm, de modo geral, o objetivo de ampliar o repertório documental e, por conseguinte, a capacidade de compreensão acerca das instituições escolares e/ou dos processos de escolarização, não só em sua dimensão histórica, mas em âmbito social, cultural e das relações dos sujeitos com seu tempo. As ações que visam a custodiar fontes documentais individuais ou coletivas, institucionais ou não, têm possibilitado uma produção historiográfica em espaços geográficos por vezes pouco estudados pela carência de fontes escritas ou iconográficas.

As memórias orais arquivadas, foco deste estudo, contituem-se em elemento emblemático para pensar a cultura escolar produzida em determinados lugares. As memórias relacionadas às elites, aos imigrantes

¹ professora e pesquisadora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui bolsa PQ2 CNPq. E-mail: lusgarbi@terra.com.br

de determinadas etnias, aos religiosos, aos operários, aos professores e alunos aportam bens culturais específicos que são primordiais em pesquisas de microanálise.

Nesse sentido, a História Oral como metodologia “congrega vários campos do conhecimento e de práticas profissionais, ampliando os horizontes de indagações [...] e a consciência crítica” sobre determinados âmbitos da História (KHOURY, 2010, p. 7). Foi justamente com o objetivo de ampliar a possibilidade de entendimento de certos aspectos relacionados à cultura escolar produzida a partir da contratação de professores de maneira autônoma, sem a intervenção do estado, pelas famílias de imigrantes e pelo surgimento das primeiras Escolas Isoladas, na região nordeste do estado, que optei por trabalhar com dois arquivos de memória oral.

Um dos arquivos foi produzido a partir de uma iniciativa denominada “Projeto Ouvindo e Lembrando”, que teve como finalidade conhecer a história do município de Bom Jesus, localizado nos Campos de Cima da Serra, por meio do registro da memória daqueles que ali viveram. Para tal, foram realizadas entrevistas orais com pessoas de idade superior a 65 anos. Até 2020, o Acervo de Memória Oral (AMO) continha uma média de 167 entrevistados, com uma média 70 anos de idade.

Nas entrevistas, as narrativas iniciam pela genealogia, seguida pelas experiências de vida, dando ênfase a aspectos como profissão – se fosse o caso –, alimentação diária, alimentação de domingos e festas, tipo de vestuário, lazer da época, músicos locais, participantes da comunidade que se destacavam, médicos, parteiras, sacerdotes, professores. Ainda foram abordadas as práticas cotidianas, as benzeduras, as simpatias e a educação, destacando-se as escolas existentes, os primeiros professores e a prática de aulas em casa.

As entrevistas do Acervo foram feitas sempre pela mesma pessoa, a prof.^a Lucila² Sgarbi, durante os aproximados 23 anos de existência,

² Professora Lucila Maria Sgarbi Santos é professora e historiadora local, idealizadora do projeto “Resgatando nossas Raízes” e a principal responsável pela criação do Arquivo Municipal de Bom Jesus/RS.

concretizando aquilo que Bonazzi (2002, p. 244) afirma ser um sonho quando escreve: “[...] além disso, caso disponha de tempo, inclinação e pessoal capacitado – não é proibido sonhar de vez em quando –, o arquivista pode realizar ele mesmo as entrevistas, selecionando os temas prioritários”. A partir desse arquivo, as entrevistas selecionadas para esta pesquisa foram aquelas que tratavam das práticas de escolarização adotadas pelos moradores da região, tanto dos imigrantes alemães que migraram de outras regiões do país para Bom Jesus, nas últimas décadas do século XIX, como dos italianos que ali foram morar nas primeiras décadas do século XX – incluindo alguns descendentes das primeiras famílias de luso-brasileiros que receberam as sesmarias ainda no século XVIII.

O outro arquivo cujas memórias serviram de fonte para esta pesquisa pertence à Universidade de Caxias do Sul³, cujo projeto intitulado “Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Rio Grande do Sul – ECIRS”, implantado em 1978, teve como foco o universo rural das antigas Colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu e Antônio Prado, que atualmente correspondem a mais de uma dezena de municípios.

Desse modo, o texto trata de uma investigação nas regiões já mencionadas, ambas localizadas no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Por meio das memórias de quinze sujeitos, sete da Região Colonial Italiana (RCI) e oito da Região dos Campos de Cima da Serra (RCCS), foram identificadas e analisadas as práticas de escolarização desenvolvidas na região rural entre as décadas de 1910 e 1940. O estudo inventariou, assim, os traços, gestos e indícios que sobreviveram ao tempo e que, por meio da “utilização da História Oral⁴ como metodologia, permitiram a atribuição de outros significados e entendimentos para a História, além

³ Instituição de ensino superior, comunitária e regional, com atuação na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, que se estende a uma área geográfica de 69 municípios, compreendendo uma população de mais de um milhão de habitantes. O ECIRS não mais existe como projeto, mas a documentação escrita e oral produzida no projeto pertence ao Instituto Memória Histórica e Cultural – IMHC.

⁴ Optou-se por manter a grafia dos depoimentos conforme a pronúncia original das memórias escutadas; os possíveis erros de concordância e de ortografia não foram corrigidos.

daqueles postulados pela análise dita tradicional” (GRAZZIOTIN, 2008, p. 78).

Embora a pesquisa esteja circunscrita a um espaço geográfico com características marcadas, os aspectos aqui abordados não têm a intenção de salientar especificidades regionais e culturais como únicas, em uma espécie de “narcisismo das pequenas diferenças”, como afirma Burke (2002), e sim identificar algumas particularidades que, provavelmente, façam parte de uma história de maior amplitude e que são peças importantes na composição do mosaico que as pesquisas em História da Educação ajudam a organizar.

Quanto à RCCS, o estudo inicia com a narrativa do senhor Doti, cujas memórias da escolarização remontam à década de 1910, e termina com a professora Lucila, que rememora seu tempo de educação rural na década de 1940. No que se refere à RCI, inicia com Dona Rosa Menegatti Bovo, no que se refere à década de 1910, e termina com a Dona Nair, quanto à década de 1940, percorrendo assim 40 anos de história da educação fora do contexto urbano. Na RCCS, vários elementos compõem o processo de entender as práticas que instituíram, em certa medida, uma maneira específica de escolarização que denominei de “aulas domiciliares”, prática adotada sobretudo no meio rural devido à ausência de escolas. Na RCI, as especificidades com relação às práticas adotadas dizem respeito à indicação de professores pela comunidade para ministrar aulas em escolas étnico-comunitárias⁵; ao ensino em italiano, que acarretou problemas no período do Estado Novo; à nomeação dos docentes pelos intendentess municipais, em alguns casos, antes da idade legal mínima; à faixa etária média de cinco a seis anos para o ingresso no processo de escolarização; e ao ensino do catecismo, central nessa região.

⁵ As chamadas escolas étnico-comunitárias eram “aulas” elementares que ensinavam as noções básicas de escrita, leitura e cálculo. Na maioria dos casos, eram ministradas por membros da própria comunidade. As que funcionavam na região urbana, em geral, foram resultado de empreendimentos das Sociedades de Mútuo Socorro, sendo as rurais erigidas pelas próprias famílias, que, mediante a inexistência de escolas públicas, em função da distância, escolhiam os professores entre os moradores mais instruídos. (LUCHESE, 2007, p. 84).

As práticas são aqui entendidas a partir dos estudos de Roger Chartier (2004 p. 13) como sendo “criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas”. Algumas práticas observadas e que são comuns às duas regiões relacionam-se aos concursos, sempre mencionados pelos professores, e ao fato de eles residirem na casa dos membros da comunidade.

O objetivo da pesquisa foi compreender a cultura escolar produzida nos processos de escolarização no meio rural em dois espaços geográficos distintos pertencentes a uma mesma região: o nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Nesse processo, visa-se a identificar as especificidades de uma região de colonização homogênea, italiana, e outra cuja população de imigrantes italianos e alemães se misturaram com a comunidade lusa que, acompanhada de seus escravos, se estabeleceu na região a partir de 1755, com a doação das primeiras sesmarias (OLIVEIRA, 1996).

No processo de ouvir memórias, vai-se tecendo um cenário educacional, com suas especificidades regionais interligadas às políticas públicas da educação em âmbito nacional e estadual.

A escolarização no meio rural

A dinâmica das aulas domiciliares e o trabalho em pequenas comunidades rurais podem ser percebidos nos fragmentos que seguem. Tais excertos abordam aspectos distintos onde é possível entender um determinado contexto que caracteriza a história dos estudos daqueles que viviam na zona rural, primeiros moradores da região, imigrantes ou não. São relatos de cada um em particular e que, no entanto, entrelaçam-se, de forma a constituírem-se no que Borne (1998) chama de “comunidade de memória”, para assim compor certa dinâmica comum de cada região. No momento de trazer à memória tempos, espaços e pessoas de outras épocas, cada um dos entrevistados parece compartilhar novamente as situações com aqueles com quem conviveu e a quem a lembrança foi buscar.

Na cidade de Bom Jesus, situada nos CCS, o desenvolvimento da educação, de modo geral, e o ensino rural, de forma específica, estão relacionados aos interesses da população em busca da ampliação das condições de estudo para seus filhos. As memórias refletem algumas marcas desse local, cuja educação “escolarizada” está mediada não só pela escola, espaço delimitado, mas por outros lugares, tais como: a casa de pais que, mediante a contratação de um professor, recebiam outras crianças além de seus filhos; a casa de professores que hospedavam os alunos de lugares distantes; e as casas de família, onde muitas crianças “paravam” com o objetivo de frequentar uma aula próxima. Essas formas de criar e gerir a educação no meio rural, dentro do possível, seguem os pressupostos de uma certa formalidade.

A zona rural de Bom Jesus, à medida que organiza o saber de diferentes formas, determina as concepções de vida na cidade e as prioridades que são assumidas no decorrer de seu desenvolvimento, em termos de educação⁶. Já na Região Colonial Italiana, a educação está relacionada a pequenas escolas em comunidades rurais denominadas colônias, onde grande parte das crianças é originária de famílias que não dominam completamente o idioma português, predominando assim, na localidade, o dialeto vêneto. Antes das proibições advindas do Estado Novo, ensinavam em italiano, embora, segundo os relatos, sentissem necessidade de “aprender o português”.

Os professores, de modo geral, lecionavam em escolas comunitárias, subsidiadas pelo poder público ou mantidas pelos pais dos alunos. Eram indicados por membros da localidade onde iriam atuar e/ou nomeados pelos intendententes.

As práticas observadas são identificadas nos pais, professores e alunos e traduzem, em alguns casos, formas específicas de conceber o ensino, produzindo um legado de cultura escolar próprio da região que, segundo Viñao Frago (1995, p. 64),

⁶ Para saber mais sobre a educação na região dos Campos de Cima da Serra, ver Grazziotin (2008).

Abarcaría la historia de la cultura material y del mundo de las emociones, los sentimientos, y lo imaginario, así como el de las representaciones e imágenes mentales, la de la cultura de la élite [...] y la de la cultura popular, la de la mente humana como producto socio histórico [...].

Tais aspectos estão, de diferentes maneiras, expressos nos documentos analisados.

O período do estudo é atravessado por questões políticas em níveis distintos, que podem ser observadas nos documentos, permitindo uma aproximação entre o espaço rural estudado e o contexto urbano. Essas aproximações acontecem não só em uma escala micro, mas de forma mais ampla, em esfera nacional e estadual. Tal justaposição emerge das memórias que chegam aos nossos dias “captadas pela história” (NORA, 1984, p. xxxvi).

Os Campos de Cima da Serra e as “aulas domiciliares”

No município de Bom Jesus, na Região dos Campos de Cima da Serra (RCCS), as escolas municipais eram praticamente inexistentes; são poucos os documentos que fazem referência à existência de uma “aula”. É possível perceber que, nesse município, a educação sistematizada vai, gradativamente, sendo constituída e se manifesta, por muitas décadas, com soluções particulares para resolver o problema – visto que não dependia de meios públicos para ser instituída –, com práticas que assumem códigos e regras próprias.

No contexto da zona rural, as “aulas domiciliares”, com professores particulares, contratados pelos pais, são frequentemente mencionadas nos relatos escutados, seguindo uma dinâmica própria dependendo da região – se mais próxima ou mais distante da sede do município. É essa prática que supre, em certa medida, a carência de escolas públicas.

As primeiras referências encontradas no Brasil relativas a essa prática de “aulas domiciliares”⁷ é circunscrita à cidade do Rio de Janeiro

⁷ Aulas domiciliares – nesse contexto – nada têm a ver com o processo iniciado nos Estados Unidos conhecido como “Home School”, ou ainda “escola em casa” ou “objeção escolar”. “Essa tem em Ivan Illich, Charles Siberman e,

por Vasconcelos, no final do século XIX (FERNANDES, 2005). Segundo Fernandes (2005, p. xii), o “Ensino Doméstico”, denominação utilizada em Portugal e que foi adotada também por Vasconcelos, “[...] não é um tema cuja pertinência se meça exclusivamente em relação ao passado” visto que “o desejo, por parte das famílias, de eficiência pedagógica, de permanência de valores e de segurança física leva que se recorra ao ensino no interior do lar [...]”. A origem dessa prática, porém, está no passado “[...] desde os tempos mais remotos, caracterizada em determinados períodos da história como o único recurso para a educação de crianças e jovens e, em outros tempos [...] utilizada pelas elites econômicas e políticas para educar seus filhos” (VASCONCELOS, 2005, p. 1). Essa forma de educação, que remonta à Idade Antiga, modifica-se e se amplia na Modernidade graças às mudanças paradigmáticas ocorridas, principalmente, no chamado Século das Luzes (VASCONCELOS, 2005).

Nesta pesquisa, opto pela denominação de “aulas domiciliares”, em detrimento de outras como professores particulares, preceptores, aulas domésticas e mestre-escola, utilizadas por diferentes autores para designar aulas fora de uma instituição escolar, por entender que esse termo melhor dá conta das especificidades da região. Assim, o termo “aulas domiciliares” é aqui empregado para caracterizar um sistema de educação institucionalizada, pois segue regras e certa seriação, atribuindo graus progressivos de dificuldade aos conteúdos e avaliação. Os conteúdos são transmitidos especificamente por “professores”, mesmo que não tenham diploma formal para esse fim. Desse sistema, podem fazer parte um ou mais alunos, mas o estabelecimento de ensino é sempre a residência de uma família. Essa prática não está vinculada somente à elite, mas a camadas sociais distintas, em diferentes regiões do município; embora o fator econômico seja relevante, não é o único a ser considerado.

especialmente em John Holt, seu embasamento teórico”, que pretende levar a diante a educação das crianças em seus próprios domicílios (SANTOMÉ *et al.*, 2003, p. 35). Essa experiência tem, nos Estados Unidos, exemplos significativos que, na década de 1990, reavivaram o ensino em casa: “[...] num discurso contra a escola pública, em especial contra o professorado da rede pública, [...] a família chega a usurpar por completo o papel da escola” (SANTOMÉ *et al.*, 2003, p. 35).

As memórias das “aulas domiciliares” compõem um conjunto singular de informações, não sendo possível contar com registros escritos a respeito disso, tendo em vista a transitoriedade e precariedade com que eram ministradas.

Apesar de sua constatação e reconhecimento como prática instituída [...] a educação doméstica pressupunha um atendimento [...] realizado na esfera privada. Em consequência disso ela às vezes era alijada dos registros oficiais e não deixava vestígios e arquivos (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

Os registros constam exclusivamente na fonte oral. Esse tipo de aula aparece nos depoimentos como forma de contornar a carência de escolas. Em livros de contra tos e atas da prefeitura de Bom Jesus, São Francisco de Paula ou de Vacaria, bem como em Livros de Tombo da Igreja, não se encontram referências às questões relativas ao ensino “em casa”. Qual a dimensão dessa prática tão usual nos relatos dos sujeitos da pesquisa? Histórias de educação permeadas por alegrias, frustrações e sacrifícios envolveram o cotidiano de pais, professores e alunos. Eles tiveram seu primeiro contato com a escolarização na ausência de escola.

Foi, portanto, o Acervo de Memória Oral do Arquivo Municipal de Bom Jesus que possibilitou o contato com outro mundo da escolarização, o mundo do “estudo” e da “aula”, não aquele legado pelos registros das escolas, pela secretaria de educação ou outros órgãos oficiais. Trata-se de um mundo lembrado por cada sujeito entrevistado, que traz ao presente as lembranças da zona rural, dos primeiros professores, das aulas, das dificuldades de chegar à casa de um vizinho; de enfrentar frio, da precariedade das aulas de alguns professores, de formas diversas de aprender as “primeiras letras”.

Entre os documentos escolhidos, inicio com as memórias de seu Doti, que recorda a forma com que pais e tios estudaram por volta da década de 1910⁸.

⁸ Em todos os relatos foram mantidas, na transcrição, a forma de escrita de acordo com o vocabulário, acento de sotaque e regionalismos próprios da localidade.

Teve, nas épocas que me antecederam bons professor, meu pai, meus tios, homens de 80 anos hoje, tinham uma caligrafia beleza, uma perfeição, era uma raridade, até hoje. Foi bons professores que vieram [...] João Laurindo, foi um grande professor, Zé Ribeiro, Tota Rodrigues que lecionava no Faxianal (Orizon Roque de Souza, seu “Doti”, entrevista, 1995).

Como eram esses professores? Quem os pagava? Essa é uma preocupação visível nas perguntas da entrevistadora, que obtém a resposta: “Eram pagos digamos assim, um fazendeiro contratava esse professor pra lecionar, e esse aí agrupava os sobrinhos, as famílias, os amigos os parentes de perto” (Seu Doti, entrevista, 1995).

Dona Maria dos Prazeres, quanto à década de 1920, lembra: “Estudei em casa com o professor Antônio Tato, que depois foi substituído por um outro professor que vinha de São Joaquim, para terminar as séries iniciais fui para a cidade estudar com a D. Nair Boff [...]” (Dona Maria dos Prazeres, entrevista, 1990). Seu Ambrosio da Silva, na mesma década, conta:

[...] estudei muito pouco, porque era só escola particular lá no sítio às vezes tinha às vezes não tinha. Os pais que pagavam professor. O falecido pai pagou professor. Professor Otávio Silveira e um tal de Inácio. Eu não estudei. Muito pouco, aprendi meio a força assim não escrevo muito bem (Seu Ambrosio da Silva, entrevista, 1994).

Seu Edmundo Jacoby recorda-se das aulas em casa, com professor contratado, no início da década de 1920.

O primeiro professor, era escola particular pago pelo pai, era Valter Peixoto, bom professor, eu tinha oito anos. Depois vieram pra perto, já tinha escola municipal. Os professores era Ladislau Tietböl, irmão do Maximiliano era lá no Pascoal e Otávio Silveira, os dois municipal (Seu Edmundo Jacoby, entrevista, 1994).

Continuando com as memórias sobre as aulas em casa, Dona Lili recorda como iniciou seus estudos: “Iniciei meus estudos em casa, na

fazenda onde morava com meus avós. O professor era seu João Telatin, a aula era particular, o professor lecionava na cidade para vários alunos e vinha para a fazenda só para dar aulas pra mim” (Dona Lili, entrevista, 1997).

Nos aspectos relacionados às aulas domiciliares com professores contratados pelos pais, a entrevista com Seu Orizon Roque de Souza (Doti)⁹ é rica em detalhes, abordando os aspectos discutidos com informações esclarecedoras e singulares. Em suas memórias, descreve um cenário de educação em uma das regiões mais distantes da sede do município de Bom Jesus. A região abrange as localidades denominadas Silveira, Faxinal Preto¹⁰ e São José dos Ausentes.

Ao recordar seus estudos, já na década de 1940, seu Doti relata:

Eu pra estudar, a princípio meu pai contratou uma moça que chamava-se Dona Ermínia Valim, esposa de seu Ari Valim. [...] ela nos lecionou um ano em casa. Nós éramos na época, era seis irmãos que estudavam em casa. Eu estudei um ano em casa depois fui pro Faxinal, estudei com uma professora municipal, teve uma professora municipal Dona Alice Moreira (Seu Doti, entrevista, 1995).

A professora Lucila Sgarbi, também na década de 1940, rememora as aulas que teve em casa, na mesma época que seu Argeu, quando fala da educação dos filhos.

[...] o primário [...] eu comecei com professor particular em casa, era uma pessoa que se pode dizer semi-analfabeta. A minha mãe não tinha tempo de nos dar aula, então ela ficava bordando, fazendo o serviço e explicava para o professor e ele nos dava aula. Hoje, quando penso no professor, ele não tinha as mínimas condições. Depois desse, tive mais uma professora e um professor [...] em casa [...] era eu minha irmã e tinha outra pessoa, eu acho que a filha de um empregado. Depois nós fomos para a escola municipal há 1 km da nossa

⁹ Seu Doti relata as formas de escolarização de uma região que, na data da pesquisa, era pertencente ao município de Bom Jesus e muito distante da sede e que, atualmente, pertence a o município de São José dos Ausentes.

¹⁰ Silveira e Faxinal Preto são distritos do município de São José dos Ausentes, que foi desmembrado em 1991 do município de Bom Jesus.

casa, que nós morávamos no sítio e essa professora também sabia muito pouco (Lucila, entrevista, 2004).

Meus filhos tiveram professor em casa, paguei professor particular pra lecionar, chamava-se Pedro Henrique Magaldi, apelido Totinha, era de São Joaquim, mas criado em Bom Jesus. Ele lecionou em duas localidades, eu me mudava muito, deu aula em Monte Alegre e na Fazenda São Luiz (Argeu, entrevista, 1993).

Dona Emília, quanto aos estudos de seus filhos, relata:

Aprenderam a escrever com sabugos, faziam as letras com sabugo, a primeira aula foi em roda do fogo, os pais e os tios que ensinavam os filhos, o tio mais velho era responsável por cuidar de todas as crianças. Aprendiam com o tio o alfabeto fazendo todo o alfabeto com sabugo de milho. Não tinha colégio, meu marido justava um professor em casa e juntava os vizinhos para dividir as despesas. O primeiro professor contratado na fazenda das Almas, para ensinar meus filhos foi seu Alfeu ele era do 8º distrito, além de professor era também artesão de chifre. O professor morava na fazenda, ganhava casa e comida e cada vizinho pagava para seu filho. Pra fazer o admissão nós justava um professor mais sabido (Dona Emília, entrevista, 1993).

Pelo que é possível projetar partindo da idade dos sujeitos, as memórias das aulas domiciliares percorrem uma temporalidade relativamente extensa, desde as memórias iniciais de seu Doti, atinentes a 1910; passando pelas de seu Ambrósio e Edmundo, que circunscrevem a década de 1920; até novamente seu Doti, professora Lucila e os filhos de seu Argeu, na década de 1940. São, portanto, 40 anos de formas de ensinar e aprender que se dão na zona rural, durante um determinado tempo, fora da instituição escolar, e que, no entanto, seguem certas normas da cultura escolar.

Dominique Julia (2001) aponta o espaço escolar como um dos elementos essenciais à constituição de uma cultura escolar, mesmo que as aulas em casa, obviamente, não contemplem essa premissa. Nesse processo, percebem-se os outros dois elementos enunciados por Julia, que são certa graduação nos conteúdos e um professor, profissional específico

para o trabalho. Essa forma de dar uma instrução formal aos filhos, em regiões onde não havia escolas e nem sequer uma “aula”¹¹, era alternativa amplamente adotada na região. A carência de aulas, em muitos casos, parece acontecer devido à distância da localidade em relação à sede do município; ou, no caso, devido ao fato de a região ter poucos alunos – o que se pode concluir pelo Decreto n.º. 19 de 1º/08/1926 do município de Bom Jesus, que “transfere a aula mista de Rondinha para a Ramadinha no 1º distrito desse município, devido à exigüidade de frequência”¹².

No percurso das memórias, é possível observar, ainda, algumas características comuns na maioria dos relatos: a prática habitual de que o professor morasse na casa dos pais dos alunos. Em caso de uma determinada família contratar um professor e haver vizinhos interessados na aula, as crianças frequentavam a casa dessa família com o propósito de estudar, e cada pai contribuía, pagando o professor de acordo com o número de filhos.

Parecia haver colaboração entre famílias, vizinhos, patrões e empregados na forma de “gerenciar” o ensino. Isso é observado nas memórias do Seu Doti quando conta sobre o acesso das pessoas da região ao estudo: “[...] também tinham a oportunidades de estudar, aprender o ABC, como eles diziam. Então aprendiam a desenhar o nome e tal. Lado onde passou professor na época, as pessoas, branco, moreno, mulheres, tudo aprenderam a escrever” (Seu Doti, entrevista, 1995). Ao encontro disso, disse Dona Emília: “Não tinha colégio, meu marido juntava um professor em casa e juntava os vizinhos para dividir as despesas” (Dona Emília, entrevista, 1993).

A Região Colonial Italiana e as escolas étnico-comunitárias

Uma das características das duas regiões estudadas está relacionada ao aspecto geográfico, no que diz respeito à distância dos distritos com

¹¹ “Aula”, ou “aula avulsa”, na região dos CCS, é uma expressão encontrada nos registros do Arquivo Público do RS para designar um espaço de uma sala no qual há a designação de um professor pago pelo estado ou município.

¹² Livro de Registros de decretos governativos municipais D-L-01, 1925 a 1940 (cidade de Bom Jesus).

relação à sede do município – na RCI, Caxias do Sul, e na RCCS, Bom Jesus –, e deste com os centros maiores, às estradas sem pavimentação e ao clima frio no inverno. Essas características são fatores determinantes, em alguns casos, nas práticas adotadas em relação à educação.

As longas distâncias – tendo-se em conta a época pesquisada –, acrescidas de estradas precárias e da carência de meios de transporte, dificultavam o acesso à escola por parte das crianças de algumas comunidades. Esse aspecto nos remete a uma problematização central: como, nas primeiras décadas do século XX, com os obstáculos agudizados por falta de professores, dificuldades financeiras e localização geográfica – além de práticas familiares e necessidades individuais –, desenvolviam-se as possibilidades de estudar? Para refletir sobre essa questão, diferentes fatores se interligam, caracterizando a história da educação de modo a dar a ver o lugar e a importância conferida ao *estudo*¹³ nas comunidades rurais das duas regiões analisadas.

De acordo com Kreutz (2000), nos estados com número expressivo de imigrantes, como é o caso do Rio Grande do Sul, a falta de escolas públicas foi suprida em regiões de colonização homogênea pelas escolas étnicas; assim, poucas escolas havia no estado, excetuando-se, talvez, as que existiam nessas regiões.

No Brasil, nas regiões de imigração alemã, até o ano de 1939, havia 1579 escolas étnico-comunitárias, seguidas pelas regiões de imigração italiana, que, no mesmo período, contavam com um número de 396 escolas. Kreutz (2000) estima que, no Rio Grande do Sul, as escolas étnico-comunitárias alemãs totalizavam aproximadamente 1200. Quanto às italianas, segundo Luchese, não é possível ter um número aproximado em função de sua efemeridade. A história das escolas, nos anos finais do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, está, portanto, articulada, entre outros fatores, à vinda de imigrantes e à formação das colônias na serra gaúcha.

¹³ A palavra “estudo” é empregada em detrimento do termo escolarização, ou educação, por ser essa a palavra utilizada nos depoimentos.

Na análise do contexto da escolarização na RCI, os documentos orais do acervo do ECIRS¹⁴ indicaram algumas especificidades das escolas étnicas presentes na zona rural da RCI. As memórias analisadas foram dos professores: Rosa Meneguetti Bovo¹⁵, Lídia Lamper de Freitas, Ludvina Sirtole Tisott, Catarina Rosa Piva Foppa, Dorotéia Rizzon Corte, Marina Bridi Moretto e Nair Menegotto Pedreira Grandi, que lecionaram na RCI entre as décadas de 1910 e 1940.

As primeiras informações dizem respeito a Rosa Meneguetti Bovo, que, em suas memórias, traça o cenário de um país necessitado de “alguém” que cumprisse o papel de professor. Ela nasceu na Itália e chegou ao Brasil 1908. Dona Rosa ficou somente um ano em São Paulo; depois se mudou para Caxias. Ela e o marido foram contratados pelo intendente para lecionar na escola de San Giacomo, onde permaneceram por um ano. “Depois de San Giacomo me demitiram” (Dona Rosa, entrevista, 1980). Fazendo referência ao conteúdo escolar, recorda: “Primeiro de tudo eu começava a alfabetizar, [...] depois vinham aqueles livros que chegavam, belos e ilustrados. Começava com a base alfabética e alfabetizava [...] O meu lema era ‘sou italiana’ mas censuraram essa frase aqui” (Dona Rosa, entrevista, 1980).

Segundo Luchese (2007), até meados da década de 1930, ainda se encontrava, nas escolas étnico-comunitárias na RCI, material didático vindo da Itália, o que indica ser o que foi utilizado por Rosa. Tal recurso era custeado pelo governo italiano para fins de difundir os ideais patrióticos característicos do Fascismo de Mussolini.

Por sua vez, Dona Lídia iniciou seus estudos em uma escola na cidade de Montenegro; ingressou na carreira do magistério em 1921; e relata que

¹⁴ “Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Rio Grande do Sul/ECIRS”, desenvolvido desde o ano de 1982 com suporte institucional da Universidade de Caxias do Sul. O projeto, que completou 25 anos em 2007, focaliza o universo rural das Antigas Colônias, que atualmente correspondem a mais de uma dezena de municípios. Em sua trajetória, o Projeto inventariou elementos de diferentes segmentos, como arquitetura, cultura material, usos e costumes, literatura oral e aspectos relacionados à educação, nos municípios originários das Antigas Colônias.

¹⁵ O original dessa entrevista está no dialeto italiano próprio da Região; foi transcrito para o arquivo também em dialeto italiano e traduzido para esta pesquisa.

“[...] a prefeitura resolveu também fazer os concursos. Então eu aprovei, estava... já tinha tirado a 6ª série, e aprovei, fiz o concurso e passei muito bem. Aí me nomearam em Arroio Canoas [...] fiz até a 6ª série, mas eu continuei sempre estudando nas férias” (Dona Lídia, entrevista, 1987).

A senhora Ludvina iniciou seus estudos com 11 anos; e entrou na escola por volta de 1923. Segundo seu relato, sua carreira no magistério iniciou aos 15 anos; após ter frequentado a escola por cinco anos, foi indicada pelo intendente da época, o senhor Celeste Gobato¹⁵. Fez um exame para iniciar a carreira; no entanto, só pôde lecionar “provisório”, pois não tinha a idade mínima necessária – nesse caso, dezoito anos. Lecionou em duas escolas na localidade de São João, 4º Légua, colônia 22, e no Travessão Tirolês, colônia 17, em duas escolas municipais. Morava na casa dos colonos e priorizava o ensino do catecismo.

Dona Catarina iniciou seus estudos em Garibaldi, aprendendo o catecismo por volta de 1917, com aproximadamente sete anos, com uma professora que ensinava no colégio das irmãs. Para ingressar na carreira do magistério, em 1929, submeteu-se a um exame: “mandaram fazer uma redação, depois fizeram umas perguntas, também de gramática e aí então mandou fazer umas continhas e só”. Iniciou a carreira na Boa Vista; residia em uma casa de família, porque não queria morar sozinha na “aula”. Posteriormente, foi lecionar na Escola Coronel Pilar, também morando na casa de pessoas da comunidade.

Dona Dorotéia relata que ingressou na escola com cinco anos e meio, em 1925. A escola era no Tuiutí; a professora se chamava Marcolina Zacaron; e ensinavam em italiano “[...] porque ninguém entendia nada” (Dona Dorotéia, entrevista, 1986). Explica que falavam italiano em casa e na escola também, “porque nós não entendia, depois então que nós fomos nos adaptando aos pouquinhos, o professor explicava e a gente ia...” (Dona Dorotéia, entrevista, 1986). Iniciou sua carreira lecionando de forma particular em 1932, auxiliando outra professora, a senhora Marcolina Barcaron, em uma escola municipal. Os pais pagavam a ela 200 réis; na época, estava com treze anos. Um tempo depois, fez concurso e foi

nomeada pelo prefeito Miguel Muratori, mas não pôde assumir, pois tinha somente quinze anos – a idade mínima era dezoito anos.

Com relação aos seus primeiros anos de escolarização, dona Marina Bridi Moretto conta que começou a frequentar a escola em São Virgílio, com aproximadamente sete anos, por volta de 1933. A instituição se chamava Escola São Virgílio. Pelos seus relatos, há indícios de que era uma instituição municipal; ela afirma que “os professores acho que eram pagos pelo município, mas a escola em si era da comunidade” (Dona Marina, entrevista, 1986). Começou a lecionar em 1940 na Linha Barro Experimental, em uma escola da paróquia, com os professores pagos pela prefeitura. Era, segundo suas memórias, uma região de colonização alemã; porém, a família com quem morava era de italianos, assim como ela. Lembra que “[...] o resto, das crianças, só falavam em alemão. Eu não entendia nada e eles tão pouco me entendiam. Então na época eu só ensinava a tabuada, a ler e escrever, outras coisas não havia possibilidade” (Dona Marina, entrevista, 1986). Ficou um ano nessa escola e, em abril de 1941, foi para a escola Tomé de Sousa, no Travessão Carlos Gomes.

O início da escolarização da senhora Nair Menegotto se deu aos seis anos; fez até a 5ª série em um Grupo Escolar – não fica claro, mas parece ser em Bento Gonçalves. Prestou concurso para iniciar a carreira do magistério por volta de 1943: “quando fiz aquele concurso que tirei o primeiro lugar, aí me deram prá mim escolher e fui lecionar na Linha Gumercindo, a escola era São Paulo” (Dona Nair, entrevista, 1988). Mais tarde, fez cursos de aperfeiçoamento.

Observa-se, por meio dos relatos dos professores, que havia, tanto no período em que estudaram, anterior a 1920, como durante o período em que lecionaram, de 1920 a 1940, a presença de escolas na RCI, indicando que, mesmo em meio à precariedade e com poucos recursos, a instrução era feita em um espaço escolar, com instalações nem sempre específicas, porém utilizadas para esse fim. Das sete professoras entrevistadas, já na década de 1920, cinco mencionam a realização de concurso para o ingresso no magistério. Os concursos, segundo Luchese (2008) e Grazziotin

(2008), consistiam em pouco mais que uma verificação de que o sujeito sabia ler e escrever.

Observa-se que, dos entrevistados da RCI que exerceram a docência entre os anos de 1910 e 1940, todas eram mulheres. Na RCCS, não se observa o mesmo: tanto nos relatos como nos documentos oficiais dessa região, há a predominância de homens, sobretudo até a década de 1920.

O nordeste do Rio Grande do Sul: aproximações e diferenças entre a Região Colonial Italiana e os Campos de Cima da Serra

Ainda que estejam próximos geograficamente – aproximadamente 150 km de distância uma da outra –, a RCCS e a RCI apresentam aproximações nas práticas de escolarização em alguns aspectos, e características distintas em outros.

O município de Bom Jesus, na RCCS, também se encontra próximo a algumas das regiões de imigração alemã no RS, como Três Forquilhas e Taquara, porém não recebeu diretamente esses imigrantes. Para Bom Jesus, migraram, em período posterior, descendentes de italianos e alemães que se misturaram aos luso-brasileiros que ali já se encontravam, não formando as colônias homogêneas observadas em outras regiões, o que pode ter lhe conferido práticas distintas de escolarização quando comparada à educação nas colônias italianas estudadas.

Assim, contrariamente ao observado nos trabalhos de Werle (2005) e Kreutz (2000), não se percebe que a forma de contornar o problema da escolarização tenha sido por meio da implantação de escolas comunitárias, nem de uma nem de outra etnia, mesmo sendo o ensino público precário e deficiente. As práticas observadas na RCCS dizem respeito, em sua maioria, à forma de escolarização que eu denominei de “aulas domiciliares”.

NA RCCS, a precariedade na formação dos professores é percebida em alguns casos; essa afirmação se constata nas seguintes lembranças: “Pra fazer o ‘Admissão’ nós justava um professor mais sabido”; “A minha

mãe não tinha tempo de nos dar aula, então ela ficava bordando, fazendo o serviço e explicava para o professor e ele nos dava aula. Hoje, quando penso no professor, ele não tinha as mínimas condições”. Ambos os depoimentos remontam mais ou menos à década de 1940.

Os professores, na maioria homens, em muitos casos, provinham de municípios vizinhos do estado de Santa Catarina, como Araranguá e São Joaquim, que fazem fronteira com a região estudada; eles não tinham formação para o exercício da docência. O mesmo pode ser percebido na RCI, onde a precariedade é observada no grau de escolarização dos professores – média de cinco anos. Nessa região, no entanto, os professores eram em sua maioria mulheres moradoras da própria colônia.

Uma pergunta que surge no decorrer da pesquisa é: como se media o grau de escolarização para enquadrar os alunos no ensino regular, visto que, nas “aulas domiciliares”, isso não ficava definido? Segundo o relato de Dona Lili, o exame realizado para avaliar o nível de conhecimento do aluno era o que o enquadraria na série correspondente ao seu desempenho. O depoimento da professora Lucila corrobora essa prática, ilustrando um fato específico de sua vida que, penso, poderia ocorrer com certa frequência com relação a alunos que iniciaram seus estudos fora da instituição escolar.

[...] teve umas situações bem engraçadas, todo mês tinha sabatina, eu não tinha a mínima idéia o que era isso [...] Chegou o dia da tal sabatina... a professora ditou, primeira questão, e eu: como professora? A palavra mais parecida que eu conhecia era cristão, então coloquei 1º cristão. 2º cristão [...] terminada a prova a irmã chamou minha tia - que eu morava com ela - para me remover para a 1º série. Aí minha tia e minha prima que já estava no 3º ano do ginásio me ensinaram. Minha tia pediu pra irmã me deixar ficar mais um pouco para ver se eu acompanhava [...] aí eu aprendi. Naquele ano mesmo eu fui promovida pra 4º série e elas acharam que eu tinha condições de fazer o admissão no fim do ano, mas meu pai foi sábio, disse: essa guria tá muito fraca, pode não acompanhar o ginásio. Aí eu ganhei o ensino regular [...] fiz o ginásio em Antônio Prado parando na casa da minha Bisavó e de uma tia (Lucila, entrevista, 2004).

As memórias analisadas apontam diferentes aspectos surgidos em decorrência da necessidade de educação formal – questões comuns a uma determinada época, porém, um tanto distintas quando se comparam as duas regiões de abrangência da pesquisa. Como aspectos comuns, pode-se indicar, entre outros, a prática de morar com familiares longe de casa, a falta de qualificação dos docentes, as dificuldades de enquadramento no ensino regular, as longas distâncias e a precariedade de acesso que separa a zona rural da sede dos municípios.

O hábito de morar com parentes ou conhecidos, ou com pais dos alunos, é relatado nas duas regiões. Na RCCS, isso é corroborado por dona Maria dos Prazeres, que “parou na casa do Seu Francisco Spinelli”; pela professora Lucila, que foi morar em Antônio Prado com a “nona¹⁶” e uma tia solteira; e por Dona Júlia, que morava com as próprias professoras, no caso, as Irmãs Ramos. Na RCI, Dona Ludvina morava com os colonos; Dona Catarina morava “em casa de família”; e Dona Marina Bridi Moretto, que lecionava em uma região de colonização predominantemente alemã, morava com uma família de italianos. As entrevistadas não comentam sobre ter de pagar alguma importância pela hospedagem – nem alunos, nem professores. Isso parece ser aquele exemplo de solidariedade compartilhada, prática que diz respeito, talvez, à cultura da região. Assim, a prática de “parar”¹⁷ com alguém para estudar ou lecionar parece ter sido, em função das distâncias, das dificuldades financeiras e da inexistência de escolas para continuação dos estudos, uma necessidade e uma alternativa.

No processo de sistematização da educação analisado, emergem formas específicas de ensino, práticas singulares às culturas do lugar, mesclando-se na zona rural, no mesmo espaço temporal, as aulas domiciliares, com professores pagos pelos pais, e as pequenas escolas, mantidas pela comunidade. Essas práticas, no meu entendimento, constituem uma cultura escolar, conceito com o qual opere e que foi introduzido no âmbito histórico-educativo por historiadores, em sua maioria europeus, na segunda metade da década de 1990. Desde então, esse conceito vem sendo regiamente utilizado sempre que se tenciona

definir o conjunto formado pelas práticas escolares, as regras, os comportamentos, enfim, as formas de viver o ambiente escolar e/ou fazer parte dele (GRAZZIOTIN, 2019).

A cultura escolar identificada nas duas regiões está vinculada a “um conjunto de ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas” (VIÑAO FRAGO, 2006, p. 73). São as maneiras de agir e de pensar, as mentalidades e os comportamentos produzidos e sedimentados que, ao longo do tempo, tornaram-se tradições, constituíram-se em regularidades, em regras seguidas e não questionadas. São, de fato, práticas compartilhadas por seus atores no processo educativo (VIÑAO FRAGO, 2006).

A especificidade está no vivido, na experiência de vida de cada sujeito que rememora. A universalidade está nos pontos de contato entre essas e outras memórias, outras culturas, nas práticas adotadas, nas formas de contornar os problemas relativos à educação que, ao longo do tempo, instituíram-se, permanecendo durante décadas em diferentes espaços. Diferentes aspectos demarcam diferenças e/ou semelhanças, funcionando como dispositivo discursivo para determinar particularidades regionais ou identificações com um contexto maior (BASTOS, 2009).

A análise circunscrita na perspectiva desta pesquisa, que priorizou a metodologia da História Oral, trabalhando com memórias já arquivadas e não produzidas por mim, vislumbrou a educação em uma região determinada; mas considero que forma parte de um todo, permitindo a construção do mosaico da história da educação não só gaúcha, mas ao nível nacional.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Câmara. Pense globalmente, pesquise localmente? Em busca de uma mediação para a escrita da História da Educação. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (org.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora UFF, 2009. p. 67-92.

- BONAZZI, Chantal de Toutier. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 234-247.
- BORNE, Dominique. Comunidade de memória e rigor crítico. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 133-145.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- FERNANDES, Rogério. Prefácio. In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 2005. p. xi-xiv.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Instituições escolares e cultura escolar na pauta acadêmica: um breve recorrido a modo de prefácio (décadas de 1990-2010) In: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 11-18.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. *Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus/RS (1913-1963)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010. p. 7-18.
- KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 347-370.
- LUCHESE, Terciane Ângela. *O Processo entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1975 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per esse alcuno nella vita*. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobbato (1890 -1958)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NORA, Pierre. *Lês lieux de mémoire – I La republique*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorecer das sesmarias serranas: História e genealogia*. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

SANTOMÉ, Jurjo Torres *et al.* *Ventos da (des)escolarização: a nova ameaça a escola pública*. Lisboa: Planalto, 2003.

WERLE, Flávia Obino Correa. Prática de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez. 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro, GRYPHUS, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas*. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

Documentos

Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Livro de registros do quadro de escolas públicas do estado (1913 – 1917).

Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Livros de registros dos quadros de alterações das escolas públicas do estado.

Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Livros de Registros de Decretos Governativos Municipais de Bom Jesus – D-L-01 (1925-1940).

Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Livro de Contratos do Município de Vacaria (1909-1941).

Arquivo Municipal de Bom Jesus. Acervo de Memória Oral (1990-2004). Arquivo do Projeto ECIRS. Transcrições do Acervo de Memória Oral.

História oral e narrativas biográficas no estudo da trajetória do marmorista italiano Leone Lonardi

*Regina Zimmermann Guilherme*¹

Neste trabalho pretendo demonstrar como utilizei as metodologias de História Oral, de José Carlos Sebe Bom Meihy e Narrativas Biográficas, de Gabriele Rosenthal no desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. Para tanto, inicialmente, apresento algumas considerações sobre tais métodos, passando em seguida para a apresentação dos objetivos da pesquisa, assim como de algumas questões teóricas e metodológicas que permearam o meu trabalho. Na sequência, apresento as contribuições das entrevistas, expondo trechos e resultados retirados dos depoimentos. Para as interpretações foram utilizados os métodos de análise de conteúdo, de Roque Moraes e também de Narrativas Biográficas de Rosenthal, além das reflexões sobre memória de Michael Polak, Maurice Halbwachs e Paul Thompson.

As entrevistas realizadas com Julio Lonardi, filho do marmorista que é o meu principal objeto de pesquisas, Leone Lonardi, seguiram as diretrizes de Bom Meihy, entretanto não foi possível utilizar o modelo de “entrevista aberta”, em função da necessidade de buscar respostas para uma série de questões que emergiram da documentação escrita, especialmente, livros caixas e livros pontos da Marmoraria Lonardi & Teixeira. A primeira entrevista gerou uma série de questionamentos que serviram como ponto de partida para a primeira busca no *corpus documental*. As

¹ Licenciada em História pela PUCRS. Mestre em História pela PUCRS.

análises prévias dessa documentação, por sua vez, geraram um questionário de mais de cinquenta questões a respeito da rede de relacionamentos de Leone Lonardi.

A entrevista com Renzo Biondani, sobrinho de Pedro Biondani - amigo de Leone Lonardi que o convidou para migrar para Porto Alegre - resultou de um experimento de utilização da técnica de Narrativas Biográficas da socióloga alemã Gabriele Rosenthal, que propõe um novo modelo de entrevistas e de interpretação. Após algumas experiências com o método, concluí que esse oferece excelentes resultados na realização de depoimentos autobiográficos. Porém, no que tange à interpretação, a metodologia de Rosenthal é mais adequada aos trabalhos realizados com entrevistas em série, que, por sua vez, são mais recorrentes na Sociologia do que na História.

Sendo bastante atual a metodologia de Narrativas Biográficas, considero importante apresentar aqui alguns de seus pressupostos. Rosenthal procura fundamentar teoricamente suas escolhas pelos próprios procedimentos adotados na produção e análise dos dados, ou seja, a teoria emerge da pesquisa e da análise dos dados pesquisados. O método para a condução da entrevista visa narrativas biográficas produzidas pelos próprios entrevistados, sendo que a interferência do entrevistador deve ser a mínima possível. O primeiro item a ser seguido no método de condução das entrevistas de Rosenthal é que a entrevista deve ser aberta. O entrevistador não apresenta um questionário ao entrevistado ou estrutura a entrevista de antemão, apenas anuncia o tema da pesquisa e solicita que o entrevistado conte toda a sua história de vida, desde os seus pais. Para Rosenthal (2014, p. 171), a entrevista deve ser aberta a fim de “evidenciar os processos interativos da produção de significado e de conhecimento”. O “princípio de abertura” oferece ao biografado “espaço para o desenvolvimento da *Gestalt*” (ROSENTHAL, 2017, p. 251). Além disso, a autora considera que a história da família é de suma importância para entender a história do indivíduo, evitando que o relato se restrinja ao eixo temático.

Tanto em Narrativas Biográficas quanto na História Oral, estímulos podem ser utilizados no decorrer da entrevista, como esboçar um “sim”, por exemplo. Rosenthal (2017, p. 242) orienta que o entrevistador proceda a uma escuta atenta e ativa, oferecendo apoio não verbal, sobretudo por meio de gestos, contato visual e postura corporal. Desta forma, o entrevistador demonstra seu interesse pelo relato do entrevistado. Eis que Rosenthal traz uma novidade que considero uma das maiores contribuições no que se refere ao método da entrevista: o entrevistador, em constante atenção ao entrevistado, deve anotar os tópicos da sequência temática espontaneamente proposta pelo entrevistado, respeitando mudanças repentinas de assunto e de ritmo. A estruturação do fluxo dos relatos do entrevistado deve ser respeitada. Desta forma, o fluxo de memória não será interrompido. O principal objetivo deste procedimento é obter relatos mais longos, formulados autonomamente sobre histórias de vida ou a respeito de determinada temática. Os tópicos anotados constituirão o roteiro para a segunda fase da entrevista, que deve se iniciar após o entrevistado sinalizar o término de sua narrativa.

Esta segunda fase, é a fase de perguntas e estas devem levar em conta os códigos linguísticos do entrevistado (deve ser anotado tal como o entrevistado falou) e a sequência da narrativa. Nesta fase, haverá o desdobramento dos temas apontados como importantes pelo entrevistado, confirmando passagens do relato ou aprofundando algum assunto tratado. Se, porventura, o tema principal da pesquisa não for mencionado, na última fase da entrevista o entrevistador poderá propor relatos sobre aspectos até então não mencionados, mas que podem ser de seu interesse. Para a transcrição da entrevista, Rosenthal estabelece que esta deva ser completa e de acordo com sua forma audível, ou seja, o mais fielmente possível, reproduzindo erros linguísticos, sotaques e os mais diversos sons produzidos pelo entrevistado, como tosse, suspiros etc. Para representar estes sons, assim como os silêncios, interrupções, ênfases, etc., a autora oferece uma série de sinais de transcrição (ROSENTHAL, 2017, p. 293).

O objetivo da minha pesquisa de mestrado foi entender o universo dos imigrantes qualificados que foram partícipes do desenvolvimento urbano ocorrido em Porto Alegre desde o final do século XIX, através da análise da trajetória do marmorista italiano Leone Domenico Lonardi e dos seus diversos contextos, espaciais e temporais. Mais especificamente, busquei analisar a dinâmica do processo migratório urbano no início do século XX, na perspectiva da imigração qualificada; contextualizando a trajetória de Leone Lonardi - a partir da bibliografia, da sua documentação pessoal, dos jornais e de relatos - entre os imigrantes italianos, os marmoristas e a cidade de Porto Alegre, no período estudado; examinando as peculiaridades relacionadas à mobilidade do imigrante qualificado, principalmente dos marmoristas italianos; avaliando como se constituíram e funcionaram as redes sociais estabelecidas por Leone Lonardi, bem como a forma de organização social e de identificação étnica dos marmoristas italianos; assim como, identificando as atividades transnacionais de Leone Lonardi e dos marmoristas italianos estabelecidos em Porto Alegre.

Pesquisas anteriores evidenciaram que sólidas redes, baseadas na proteção e na solidariedade, deram origem a uma verdadeira cadeia de imigração “espontânea”. Neste grupo, entre comerciantes, operários e outros imigrantes urbanos, estão incluídos os imigrantes qualificados, que não estavam ligados aos programas migratórios do governo. Imigrantes anteriores forneciam informações a respeito das dificuldades e das oportunidades no local de destino. As redes de sociabilidade tiveram um importante papel nos fluxos migratórios, tanto na sociedade de origem, quanto na sociedade receptora.

Baseada na micro-história italiana que mostra que o estudo das redes sociais possibilita o entendimento de um universo maior, relacionado aos diversos contextos, espaciais e temporais, nos quais os indivíduos se inserem, optei por estudar a trajetória de Lonardi como marmorista e como imigrante, a partir de suas redes de relacionamento. Assim, o estudo da trajetória do marmorista italiano Leone Domenico Lonardi surgiu como pretexto para um estudo mais amplo, acreditando que o entendimento da

atuação dos marmoristas italianos no processo do desenvolvimento urbano de Porto Alegre poderá revelar questões sobre importantes aspectos relacionados à imigração qualificada, como: a mobilidade, as redes de sociabilidade que sustentaram cadeias migratórias e o transnacionalismo produzido por elas.

Considerando Leone Lonardi como representativo de um grupo, relaciono sua trajetória a de indivíduos presentes em seus diversos contextos, a partir de sua rede de sociabilidade e da teia de acontecimentos em que estiveram envolvidos. Assim, procurei reconstruir a rede de sociabilidade de Leone Lonardi, realizando uma busca por nomes em diversas fontes, como: livros caixas e livro ponto da empresa, jornais, almanaques, inventários e outros documentos.

A partir deste primeiro levantamento de nomes, busquei novas fontes em arquivos públicos e hemerotecas – físicos e digitais –, sites de genealogias e entrevistas. A teia começava a se “desenhar” na medida em que avançava a pesquisa. Novos nomes surgiam e, com eles, novos questionamentos. A construção das trajetórias de cada um dos envolvidos nesta teia – marmoristas, artesãos, construtores, arquitetos e engenheiros – reconstruía, pouco a pouco, o panorama da urbanização de Porto Alegre. Por isso, considero que o estudo das redes de sociabilidade de um indivíduo, além do aporte teórico que o envolve, constitui-se em um método de pesquisas, na medida em que fornece o fio condutor para a pesquisa e o elo entre as fontes.

A realização de um trabalho sistemático de categorização das fontes, durante todo o período de coleta de dados, facilitou significativamente a redação do texto final, na medida em que a partir das categorias estabelecidas a priori foi possível produzir textos sínteses com as observações e interpretações referentes àqueles conjuntos de fontes. Além disso, a constante observação da documentação possibilitou a imersão de novos questionamentos que deram origem a novas buscas. Muitas destas questões foram resolvidas a partir dos depoimentos orais.

O marmorista italiano Leone Domenico Lonardi, nascido em Fumane, Verona, Itália, em 16 de junho de 1896, chegou a Porto Alegre em novembro de 1927, trazendo consigo uma importante bagagem técnica. Iniciou sua formação aos 14 anos de idade na Academia de Pintura e Escultura de Verona. Produziu vários trabalhos em seu país e trabalhou nos Estados Unidos por dois anos. Até onde se sabe, ele foi o último de uma série de marmoristas italianos que chegaram e se estabeleceram nesta capital. Assim como aos marmoristas, desde o século XIX, Porto Alegre acolhe arquitetos, engenheiros, construtores e muitos outros imigrantes qualificados. A qualificação profissional era o elemento principal para a colocação destes imigrantes no mercado de trabalho dos pequenos centros do país, que viviam um acelerado crescimento urbano. Analisar a trajetória de Leone Lonardi e observar o seu pequeno universo poderá nos ajudar a entender melhor o mundo destes imigrantes qualificados, as questões que envolveram o evento migratório, suas formas de inserção na nova sociedade, suas dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas.

A trajetória de Leone Lonardi é importante para mostrar um contexto mais amplo no qual ele está inserido, mais especificamente dos marmoristas italianos e dos imigrantes qualificados chegados a Porto Alegre no início do século XX. Este contexto está relacionado às atividades dos comerciantes, artistas, artesãos e operários que contribuíram para a construção da capital. O termo “imigração qualificada” trata daqueles imigrantes, geralmente, com formação técnica ou superior que procuravam os centros urbanos em expansão econômica e carentes de profissionais especializados nas mais diversas áreas.

Os marmoristas italianos traziam a qualificação profissional em suas “bagagens”. A longa tradição artística italiana, que no período do Renascimento teve um crescimento impar, deu origem às inúmeras escolas de Belas Artes que formaram verdadeiras legiões de pintores e escultores que difundiram a cultura artística italiana por todo o mundo ocidental. Muitos dos marmoristas que aqui chegaram frequentaram escolas superiores de Belas Artes na Itália, se especializando em escultura, modelagem e

desenho. Outros frequentavam escolas profissionais, tendo uma formação de nível técnico, como canteiros, por exemplo, que se encarregavam dos primeiros cortes e desbaste da pedra bruta, quando o Brasil não contava com escolas que oferecessem esta formação. Em muitos casos, imigrantes qualificados foram protagonistas da abertura de novas escolas superiores ou profissionais, no Brasil. Além dos imigrantes com formação superior ou técnica, vieram também muitos artesãos com conhecimento prático, aprendido nas oficinas que sempre mantiveram a tradição mestre-aprendiz, surgida nas *guildas*.

Leone Domenico Lonardi se acostumou desde cedo à vida longe da casa dos pais. Em 1910, aos catorze anos de idade ingressou na Academia de Pintura e Escultura de Verona, a Escola Brenzoni. Como sua família vivia na comuna de Fumane, cerca de 20 km do centro de Verona, Leone ficava em uma pensão durante o período letivo. Leone concluiu seus estudos em 1915, com menção honrosa.² Em 1916, aos 20 anos, foi convocado pelo exército e enviado para a região dos Alpes, em virtude da Primeira Guerra Mundial. Quando a guerra acabou, ele permaneceu nos campos, por um ano, recolhendo armas e metais. Ao retornar para a sua cidade, foi convidado a esculpir monumentos aos mortos de guerra, entre outros trabalhos, em Fumane e outras comunas de Verona.

Logo após ficar noivo de Maria Carolina Beghini, em 30 de dezembro de 1923, Leone partiu para os Estados Unidos, saindo do porto de Gênova, aos 27 anos de idade, no navio Conte Verde, tendo seu irmão Luís (Luigi), como contato de chegada, conforme consta em seu registro de entrada na Ellis Island, Nova York, EUA³. Leone chegou à Ellis Island, na cidade de Nova York, em 11 de janeiro de 1924⁴. Segundo depoimento de seu filho Julio, buscava a oportunidade de ganhar mais dinheiro⁵. O imigrante

² Segundo consta em seu diploma.

³ Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:JN8V-GJQ>>

⁴ Registro de chegada de Leone Lonardi à Nova York. In: Site familysearch. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C9T9-HDDB?i=161&cc=1368704>>

⁵ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 2.

qualificado está sempre em busca de melhores oportunidades. E a qualificação profissional sempre foi um fator facilitador para a imigração. Alguns historiadores consideram que a mobilidade faz parte da cultura italiana, que seria uma tradição, principalmente no que se refere à elite intelectual e ao profissional qualificado.

Um movimento em *cadeia*, tal como define Truzzi (2008, p. 209), é observado no caso de Leone Lonardi que foi para os Estados Unidos ao encontro do irmão Luigi que lá estava havia cerca de dezenove anos⁶, e naquele momento trabalhava na cidade de Nova Iorque, como portuário⁷. No site *MyHeritage* se encontra uma fotografia de Leone Lonardi junto ao irmão Luigi. Considerando que Luigi migrou para os EUA em 1907, quando Leone tinha apenas 12 anos, e viveu lá até seu falecimento, aos 80 anos de idade, podemos concluir que esta foto foi feita no período em que Leone esteve naquele país, entre 1924 e 1925.

Segundo depoimento de Julio Lonardi, filho de Leone Lonardi, a vida boemia do irmão não agradou seu pai que decidiu seguir para a Filadélfia, onde se instalou na residência de membros da colônia italiana daquela cidade e trabalhou esculpindo capitéis de colunas em prédios bancários.⁸ Leone pretendia ligar sua noiva italiana a esta corrente migratória. Segundo seu filho Julio, pretendia retornar aos Estados Unidos, com sua esposa, logo após o casamento.⁹ Entretanto, foi impedido de retornar, devido às restrições à imigração impostas pelo governo daquele país. No *Emergency Immigration Restriction Act* de 1921, que foram mantidas no *Immigration Act* de 1924 (SILVA, 2013, p. 12), foi introduzida uma medida para criar cotas de imigração que foram fixadas em três por cento da população total de nascidos no exterior de cada nacionalidade nos Estados

⁶ Conforme registro de imigração de Luigi Lonardi. In: Site **familysearch**. Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C95S-YCC9?cc=1368704>>

⁷ É possível concluir que a fotografia de Leone Lonardi junto ao irmão Luigi (Figura 28), encontrada no site **MyHeritage** foi feita no período em que Leone esteve nos EUA, entre 1924 e 1925, considerando que Luigi migrou para aquele país em 1907, quando Leone tinha apenas 12 anos, e viveu lá até seu falecimento, aos 80 anos de idade.

⁸ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 22.

⁹ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 3.

Unidos¹⁰. Por isso, passados menos de dois anos, em 14 de outubro de 1925, Leone retornou para a Itália para se casar com Maria Beghini que ficara a sua espera, segundo conta seu filho Julio:

Voltou para casar. A minha mãe, era... Cinco irmãs e um irmão... Ela estava cortando o cabelo do irmão que tinha uns 16 anos, quando disseram: “O Leone chegou, está na estação de trem de Verona”. Na central ferroviária de Verona. Ela largou a tesoura. Ela sabia que ele iria voltar dos Estados Unidos. Mas pensava que ele ainda estava em Gênova. O porto de Gênova. Já tinha pegado o trem e já estava em Verona. Aí, ele casou com ela. Os Estados Unidos tinha restrição de imigração. Se não, ele tinha voltado com a minha mãe.¹¹

De volta à Itália, Leone trabalhou em um monumento aos mortos em Badia Calavena, em Verona, entre 1925 e 1926¹². Neste período, fez amizade com um jovem chamado Pietro Biondani¹³, que trabalhava na construção de uma estrada de ferro próxima dali. Pietro contou a Leone que havia estado em Porto Alegre e planejava retornar, pois lá estava noivo da filha de um grande construtor italiano e, então, convidou Leone para acompanhá-lo. No dia 7 de maio de 1926, Leone Domenico Lonardi se casou com Maria Carolina Beghini.

O casamento impedia o jovem casal Lonardi de migrar para os Estados Unidos, e talvez por isso Leone tenha decidido ceder ao convite do amigo Pietro. Assim, o casal saiu do porto de Gênova, no dia 17 de novembro de 1927, a bordo do Navio Conte Verde, viajando na segunda classe do mesmo navio em que, na primeira classe, viajava o Conde Francisco Matarazzo com mais cinco membros da sua família que também embarcaram em Gênova e desembarcam no Porto de Santos, segundo consta na lista de

¹⁰ In: Office of the Historian. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>

¹¹ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 03.

¹² Disponível em: http://www.catalogo.beniculturali.it/sigecSSU_FE/dettaglioScheda.action?keycode=ICCD11160482&valoreRicerca=&titoloScheda=monumento%20ai%20caduti&stringBeneCategoria=&selezioneSchede=&contenitore=&flagFisicoGiuridico>

¹³ Nos registros do Brasil o nome aparece abreviado, Pedro Biondani.

passageiros do referido navio. Os Lonardi seguiram viagem e chegaram a Porto Alegre em 29 de novembro de 1927.

Desde a primeira experiência imigratória de Leone, para os Estados Unidos, o apoio das redes sociais fica evidenciado. Leone Lonardi foi ao encontro de seu irmão Luigi, que apesar de não ter a mesma profissão poderia oferecer informações a respeito do “Novo Mundo” e fornecer contatos que poderiam apontar locais de alojamento e referências para emprego. Segundo depoimento de Julio Lonardi, ao surgir uma oportunidade de trabalho na Filadélfia, para produzir capitéis para colunas de grandes bancos, Leone se instalou junto à colônia italiana daquela cidade.

Segundo depoimentos orais, a ideia da imigração de Leone Lonardi para o Brasil surgiu de conversas que este teve com seu novo amigo Pietro Biondani, em sua cidade, Fumane, em 1927. Os fragmentos dos diálogos entre Pietro e Leone são memórias herdadas pelo filho de Leone, Julio Lonardi e do sobrinho de Pietro, Renzo Biondani.¹⁴ Para Michael Pollak, tanto a memória individual quanto a coletiva são constituídas, em primeiro lugar, por acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar, por acontecimentos que ele chama de "vividos por tabela", que são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. Além dos acontecimentos, a memória é constituída de personagens e lugares que também podem ser memórias pessoais ou herdadas (POLAK, 1992. p. 201). Ao utilizarmos depoimentos orais, precisamos ter em mente também que a memória é construída coletivamente e, como tal, sofre constantes mudanças, transformações e flutuações. Pollak lembra também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis (POLAK, 1992. p. 201).

Portanto, os depoimentos orais são utilizados aqui com a mesma lucidez com que utilizamos outras fontes, como documentos escritos e fotografias, por exemplo. Ou seja, devemos ter presente que as fontes não contêm verdades absolutas, que são produzidas pelo homem e que, portanto, estão sujeitas a múltiplas interferências e contradições.

¹⁴ Depoimentos orais de Julio Lonardi e Renzo Biondani, arquivados no LAPHO PUCRS.

Reconhecendo a impossibilidade de atingir a verdade absoluta, meu esforço é, tão somente, de tentar entender o passado, buscando me aproximar ao máximo possível da verdade em relação aos acontecimentos passados, acreditando que esta aproximação se dá a partir do confronto entre diversas fontes, de naturezas também diversas.

Segundo Renzo Biondani, seu tio Pietro chegou a Porto Alegre em 1927, no mesmo ano da chegada de Leone. Julio Lonardi, em seu depoimento, diz que os dois não vieram juntos. Confirmando este depoimento, o nome de Pietro não consta na lista de passageiros do navio em que o casal Lonardi viajou para o Brasil. Portanto, não temos a data exata da chegada de Pietro Biondani. Em 1931, o jornal *A Federação* publica o edital de preparação de casamento de Pietro (Pedro) Biondani e Helenita Coelho Caldas (A FEDERAÇÃO, 09.03.1931, p.03 e 07). O casamento se realizou na igreja São Pedro. Esta era uma das igrejas mais requisitadas para os casamentos da elite porto-alegrense.

Não podemos resgatar, na íntegra, os diálogos entre Leone e Pietro na Itália, mas é possível imaginar que Pedro tenha passado para Leone as informações sobre as oportunidades de trabalho existentes em Porto Alegre, relacionadas ao crescimento urbano da capital, assim como os contatos que viabilizaram moradia e trabalho no primeiro momento da imigração, considerando que Pietro era construtor e conhecia bem este mercado. Os conhecimentos adquiridos em sua experiência anterior, repassados a Leone, caracterizam uma cadeia ou rede migratória, tal como define Oswaldo Truzzi. O autor utiliza os termos para dar conta dos eventos imigratórios apoiados em informações prévias de imigrantes anteriores a respeito de oportunidades e dificuldades relacionadas às questões de emprego, alojamento e recursos para financiar a viagem. Estas cadeias ou redes se formam a partir de laços de parentesco, amizade e vizinhança entre migrantes, migrantes anteriores e não migrantes, nas áreas de origem e de destino (TRUZZI, 2008, p. 203).

Segundo os relatos de Julio Lonardi¹⁵ e Renzo Biondani¹⁶, Leone estava esculpindo um monumento aos mortos da Primeira Guerra, em sua cidade, Fumane, comuna da província de Verona, quando conheceu Pietro Biondani que trabalhava na construção de uma estrada de ferro, próxima dali. Os dois começaram a conversar e se tornaram amigos. Pietro contou que estivera em Porto Alegre, para onde pretendia retornar, pois estava noivo da filha de um grande construtor italiano para o qual trabalhara. E, então, convidou Leone para vir para Porto Alegre com ele. Ao ser questionado sobre a ida de Leone para os Estados Unidos, Julio Lonardi disse que “O serviço ali na Itália parou, diminuiu”. Provavelmente, esta foi a ideia que seu pai lhe passou. Entretanto, não conhecemos as circunstâncias que levaram a esta diminuição de trabalho e se isso era uma realidade do país, da região ou pessoal de Leone.

Sabemos que em 1923, quando Leone foi para os Estados Unidos, a Itália ainda passava por dificuldades, se recuperando lentamente dos prejuízos contabilizados com sua participação na Primeira Guerra Mundial. Porém, em 1927, quando Leone veio para o Brasil, seu país vivia um período de ascensão econômica. Apesar disso, é possível imaginar que o mercado de trabalho para os escultores fosse um tanto saturado naquela região, considerando que Verona formava estes profissionais, além da proximidade com Florença e Veneza, grandes centros artísticos da Itália. Não há relatos ou fontes escritas que mostrem que Leone tivesse vínculo com alguma empresa na Itália, assim como não encontramos nenhum outro escultor na família Lonardi. Podemos imaginar, portanto, que lhe faltasse uma rede de relações forte, ligada a sua profissão, que garantisse seu pleno estabelecimento na Itália e que, por isso, procurasse estabelecer vínculos com profissionais da construção civil, área em que havia trabalhado nos Estados Unidos.

¹⁵ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 02.

¹⁶ Entrevista da autora com Renzo Biondani, realizada em 13 de setembro de 2017. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS.

Logo no início da pesquisa, numa das primeiras conversas com o senhor Julio Lonardi, antes de começar as entrevistas, ele me contou que quem buscou seu pai no porto, na chegada a Porto Alegre, fora um homem do qual ele só lembrava o sobrenome, Sartori. Contou também que logo que seu pai chegou, foi trabalhar na Casa Aloys, uma das maiores marmorarias do Rio Grande do Sul deste período. Examinando o Histórico Comemorativo da Casa Aloys, de 1950, encontrei o nome de Leonildo Sartori, um contramestre da Aloys que, segundo este histórico, teria trabalhado na empresa de 1916 a 1944. No entanto, a assinatura de Leonildo aparece na lista dos funcionários grevistas de 1914, da Casa Aloys¹⁷, o que prova que ele já trabalhava há mais tempo nesta firma.

O jornal *A Federação* do dia 18 de fevereiro de 1928, reproduz um comunicado do Rio de Janeiro de que o Ministro da Justiça havia naturalizado brasileiros, dois italianos residentes no Rio Grande do Sul, entre eles, Leonildo Sartori (*A FEDERAÇÃO*, 16.02.1928, p.06). Na listagem eleitoral de 1929, publicada no mesmo jornal, consta que Leonildo Sartori tinha 46 anos de idade, era marmorista, residia à Avenida Teresópolis, número 2128 e apresentara carta de naturalização (*A FEDERAÇÃO*, 24.09.1929, p.12). Segundo depoimento de Julio Lonardi, seu pai residiu à Rua Santo Antonio, logo que chegou a Porto Alegre, mas, pouco tempo depois, se mudou para o bairro Teresópolis. As coincidências do local de trabalho e de residência entre Leone Lonardi e Leonildo Sartori, levam a crer que tenha sido este o Sartori que buscou Lonardi no porto.

Após trabalhar seis meses na Casa Aloys, em agosto de 1928, como consta no primeiro livro caixa da empresa, Leone se associou a Arlindo Teixeira que fora letrista¹⁸ daquela empresa. Os dois fundaram a Marmoraria Lonardi & Teixeira, instalada na Lomba do Cemitério. Provavelmente, a possibilidade de ser proprietário de uma marmoraria foi a maior motivação da decisão de imigração de Leone Lonardi. O objetivo geral dos imigrantes era de alcançar fortuna. Para Stella Borges, se tornar

¹⁷ Acervo da Casa Aloys – Arquivo DELPHOS – Biblioteca Central – PUCRS.

¹⁸ O letreiro era quem produzia as letras, geralmente em metal, que eram colocadas nos túmulos e nos monumentos.

pequenos e médios proprietários também era um objetivo dos imigrantes urbanos (BORGES, 1995, p. 130).

Nos negócios realizados no segundo mês de funcionamento da marmoraria, os sobrenomes italianos prevalecem. Entre vários registros, na página referente às saídas de caixa de setembro, há o pagamento de 500\$000 (quinhentos mil réis) por conta da construção da marmoraria, pagos a Pedro. Segundo depoimento de Julio Lonardi, este era o amigo, Pedro Biondani, aquele que convidou Leone para vir para Porto Alegre e que agora prestava serviços de construção nas obras da marmoraria Lonardi & Teixeira. No mês seguinte, Julio Brunelli se tornou sócio de Lonardi e seu irmão Luiz emprestou dinheiro para a firma. Segundo depoimento de Julio Lonardi, Julio Brunelli era apenas sócio de capital e resolveu investir na marmoraria por conta de um contrato conseguido para a realização de serviços na Catedral Metropolitana que estava em construção. Julio Lonardi contou também que seu pai conheceu a família Brunelli quando foi morar em Teresópolis e que Brunelli era um capitalista que havia comprado uma pedreira para colocar granito na obra da catedral para a qual havia sido contratado.

Numa segunda fase da pesquisa, quando tomei o depoimento de Renzo Biondani, este mencionou que seu tio Pietro queria casar com a filha de Brunelli. Mas, tanto Julio Lonardi quanto Renzo Biondani, se referiam somente a Julio Brunelli. Porém, observando a idade deste em 1927, ano da chegada de Pietro Biondani, Julio seria muito jovem para ser pai de sua noiva. Segundo a listagem eleitoral de 1929, Julio Brunelli, filho de José Brunelli, tinha 24 anos de idade e era solteiro (A FEDERAÇÃO, 24.09.1929, p.14). Portanto, em 1927, Julio Brunelli tinha apenas 22 anos idade. Surge, então, um novo Brunelli, José Brunelli, o pai de Julio e Luiz. Talvez a jovem em questão fosse irmã de Julio e o Brunelli ao qual Renzo se referiu, fosse seu pai, José. Esta hipótese é reforçada pelo anúncio de nascimento de Othylia, filha de José Brunelli no jornal *A Federação* do dia 04 de novembro de 1907 (A FEDERAÇÃO, 04.11.1907, p.02). Ela teria, portanto, 20 anos de idade quando Pietro retornou para o Brasil. Seria, então, possível que ela

fosse a mencionada noiva do amigo de Leone Lonardi. Esse exemplo nos mostra a necessidade de confrontar diversas fontes, por considerar suas limitações, que, no caso dos depoimentos orais, se deparam com os limites da memória.

Em meu trabalho, os depoimentos orais reforçaram alguns pressupostos teóricos da pesquisa. Apesar de não haver fontes que atestem que Leone financiou sua viagem com recursos próprios, é possível imaginar que isso tenha ocorrido, considerando que realizou os trabalhos acima mencionados em sua cidade antes desse evento migratório. Ao ser questionado a respeito do motivo que levou Leone Lonardi aos Estados Unidos, seu filho Julio Lonardi respondeu:

Para ganhar mais. O serviço ali na Itália parou, diminuiu. Fez aquele monumento, fez mais outro em Castelfranco, uma cidadezinha uns 40 quilômetros de Verona. Depois, viu que... Ele tinha um irmão que era marítimo, trabalhava no Porto, lá em Nova Iorque...¹⁹

Este depoimento do filho de Leone Lonardi evidencia duas das principais características dos imigrantes qualificados: a mobilidade, sempre em busca de melhores oportunidades e o apoio em redes de relacionamento e de parentesco. A qualificação profissional permite que o imigrante se desloque de um local que não o agrada para outro que ofereça melhores condições de trabalho e de vida, quantas vezes ele julgar necessário. Apesar da campanha de Mussolini na Itália já mostrar avanços econômicos neste período, é possível imaginar que o mercado da escultura estivesse um tanto saturado naquele país, considerando o enorme contingente de escultores formados em suas escolas. Procurando uma alternativa, Leone se lembrou da conversa que teve com seu novo amigo Pedro Biondani, antes de viajar para os Estados Unidos. Segundo seu filho, Julio:

Quando ele estava indo para os EUA. Ele estava fazendo o monumento, aquele em frente à prefeitura, o caduti, o monumento aos mortos da guerra de

¹⁹ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 2.

catorze, em Fumane, que era a cidadezinha dele. Passou o Biondani que era pedreiro, tio do Renzo. O pai disse: “Estou com vontade de ir para os Estados Unidos trabalhar”. E ele disse: “Eu estou em Porto Alegre, eu tenho uma noiva lá”. (...)”²⁰

Em 1927, influenciado pelo amigo Pietro Biondani, decidiu migrar para o Brasil. Não conhecemos os detalhes que envolveram esta decisão, os contatos realizados com sua rede de relacionamentos e as tratativas que viabilizaram a sua colocação imediata no mercado. Sabemos que o mercado era promissor, haja vista a grande quantidade de esculturas públicas e funerárias produzidas naquele período e a presença de grandes marmorarias, como Casa Aloys, Marmoraria Floriani, Irmãos Piattelli, Irmãos De Angeli, entre tantas. Sabemos também que a Casa Aloys realizava grande parte de seus trabalhos para a comunidade alemã do Rio Grande do Sul.²¹ Apesar das dúvidas que acompanhavam qualquer imigrante, Leone Domenico Lonardi quando chegou a Porto Alegre em novembro de 1927 tinha como garantia a qualificação profissional e o apoio do amigo Pietro Biondani que provavelmente foi o responsável pelo contato que levou à sua colocação na Casa Aloys.

Recebido no porto por um homem de sobrenome Sartori, como relatou seu filho Julio, logo começou a trabalhar na famosa Casa Aloys, a marmoraria de Jacob Aloys Friederichs, localizada nos números 589 e 630 da Rua Voluntários da Pátria (HISTÓRICO DA CASA ALOYS, 1950, n.p). É

²⁰ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 3.

²¹ Em 1884, o canteiro alemão Miguel Friederichs (1849-1903) fundou uma oficina de cantaria. No mesmo ano, seu irmão mais novo, Jacob Aloys Friederichs chegou da Alemanha para ser seu aprendiz. Em seguida, Miguel fundou a firma construtora “Friederichs & Koch”, na Rua Voluntários da Pátria, nº 54, em sociedade com o arquiteto Gustavo Koch, incorporando a oficina de cantaria. Em 1887 Jacob Aloys se transformara em oficial canteiro. Em 1888 esta firma foi dissolvida e sucedida pela “Bins & Friederichs”. Miguel se associara a Alberto Bins, recém-chegado da Alemanha. Esta firma negociava ferro bruto e materiais de construção, anexada à oficina de cantaria. Em 1891, o jovem Aloys assumiu a pequena oficina de mármore cantaria. Em dezembro 1893 um grande incêndio destruiu as fábricas e as moradias de Aloys Friederichs e Jorge Petersen. Em fevereiro de 1894, Aloys conseguiu se instalar na mesma rua, em prédio cedido pela “Cervejaria Campani”. Em 1897, contava com a colaboração de um grupo de escultores, marmoristas, canteiros e polidores que deu origem ao renome da futura Casa Aloys. Em 1903, viajou para Alemanha e Carrara, na Itália, para negociar mármore. Em 1905, conseguiu comprar o terreno e prédio da antiga “Cervejaria Campani”, com a ajuda do sogro, o canteiro João Grünewald. Em janeiro de 1909, quando comemorava os 25 anos da fundação da oficina, pelo irmão Miguel Friederichs, o mestre Aloys denominou a oficina de “Casa Aloys”. O espanhol André Arjonas foi seu escultor-chefe. (HISTÓRICO DA CASA ALOYS, 1950).

provável que o cicerone de Leone fosse o contramestre italiano da Casa Aloys, Leonildo Sartori e que este tenha sido o contato entre Pietro Biondani e o mestre Aloys, a fim de arranjar a colocação de Leone naquela firma, como acredita seu filho Julio:

Eu acho que o Sartori... Ele estava recomendado... “Oh, vai chegar um homem italiano aí, que é escultor e vamos arrumar pra ele trabalhar na Casa Aloys”. Daí, meu pai trabalhou seis meses.²²

Não temos notícias das obras produzidas por Leone nestes seis meses em que trabalhou na Casa Aloys. Ali, conheceu o letrista²³ Arlindo Teixeira com quem se associou e, em agosto de 1928, fundou a Marmoraria Lonardi & Teixeira, instalada na Lomba do Cemitério. Os recursos financeiros de Leone provinham das economias feitas nos Estados Unidos, conforme relato de seu filho:

O meu pai trabalhou seis meses na Casa Aloys. Ali ele conheceu o Teixeira. (...) Foi sócio dele. Teixeira... Aí o pai conheceu... O pai estava com os dólares que tinha arrumado nos Estados Unidos. Compraram a esquina, ali onde é o motel. Um canto. Depois ampliaram mais tarde.²⁴

Novos desafios, novos riscos e novas incertezas surgiam com a decisão de abrir uma empresa em tão pouco tempo após a chegada ao novo país. Era a primeira experiência de Lonardi como empresário e ele conhecia o seu novo sócio havia tão pouco tempo quanto conhecia Porto Alegre. Além disso, havia a concorrência. A estatística comercial de Porto Alegre, do ano de 1928, mostra que havia nove escultores e oito marmoristas na zona urbana (A FEDERAÇÃO, 15.10.1928, p. 39). Possivelmente, alguns artistas foram contabilizados nas duas categorias. A marmoraria de José Floriani era, provavelmente, a segunda maior marmoraria no que

²² Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 8.

²³ O letreiro era quem produzia as letras, geralmente em metal, que eram colocadas nos túmulos e nos monumentos.

²⁴ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 6.

concerne a produção de esculturas em Porto Alegre, naquele período. O terreno adquirido por Lonardi ficava há poucos metros da Marmoraria Floriani. Segundo relato de seu filho Julio, Leone comprou o terreno na Lomba do Cemitério, para a construção da marmoraria, durante a noite para que José Floriani, que estava instalado na outra esquina, não visse, pois acreditava que Floriani não gostaria de ter mais concorrentes.²⁵

Julio Lonardi conta que o desenho da nova catedral veio da Itália e foi construída com blocos de pedras sobrepostos que se encaixavam perfeitamente. Quando seu pai chegou a Porto Alegre, a construção estava a cerca de dois metros de altura, vista pela Rua Duque de Caxias. Segundo ele, o italiano Sylvio Giusti esculpiu em granito os capitéis das colunas da catedral a partir dos moldes produzidos por seu pai, Leone, primeiro em barro, depois em gesso.²⁶

O trabalho com o granito para a construção da catedral exigia a mão-de-obra de bons canteiros. Talvez este tenha sido o motivo que levou Leone a tomar para sócio o mestre canteiro da marmoraria Keller, o português Agostinho Leite de Farias.²⁷ Os portugueses possuem longa tradição de cantaria. A cantaria é a técnica de trabalhar a pedra bruta dando forma e acabamento para a utilização na construção civil. A maior parte das obras realizadas pelas marmorarias de Porto Alegre, a partir da década de 1920, utilizava o granito. Os blocos de granito eram transformados em arcos, colunas, chapas para revestimento de túmulos, pisos, escadas, paredes de edifícios, etc. Após o corte, a pedra recebia acabamento apicoado, polido ou martelado. Alguns prédios foram construídos com imensos blocos de granito, sobrepostos, como foi o caso da Catedral Metropolitana de Porto Alegre. Quem dirigia as obras da Catedral era o monsenhor João Maria Balen, filho de italianos das colônias de camponeses. Sua família foi grande

²⁵ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 7.

²⁶ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 4.

²⁷ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 9.

colaboradora destas obras (Jornal A FEDERAÇÃO, 09.13.1933. p. 5.). Leone se tornou amigo do monsenhor Balen, como conta seu filho Julio:

Bom, o monsenhor Balen foi quem me batizou, depois ficou amigo do pai, vinha comer perdiz aí. Ele dizia assim: “Bah, aquela cúria metropolitana é só alemão. Dom Vicente Scherer. E eles perseguem os italianos que estão lá”. (...) Aqui tinha a fotografia dele. Não sei onde é que parou. Do lado dos canteiros, aí. E os canteiros, todos com as ferramentas na mão. E o monsenhor Balen no meio.²⁸

Nos primeiros anos de funcionamento da empresa, Leone ainda trabalhou muito com mármore, apesar de estar ocorrendo, neste período, uma transição para o uso de granito e bronze como substituição aquele material que era importado. Em 1940, Leone Lonardi adquiriu o visto de permanência definitiva no Brasil, o que mostra que ele estava inteiramente estabelecido em Porto Alegre. A firma estava em funcionamento havia 12 anos e o volume de serviços aumentava gradativamente. Realizou uma infinidade de trabalhos, tanto para Porto Alegre como para o interior do Rio Grande do Sul e também para outros estados.

Em 1941, Leone ficou viúvo, com quatro filhos. Durante os dois meses em que a sua esposa Maria ficou no hospital, a amizade do sócio português, Agostinho de Farias - padrinho dos quatro filhos de Leone - foi imprescindível, como conta Julio Lonardi. Os quatro ficaram na casa do senhor Agostinho durante esses dois meses, para que Leone pudesse cuidar da esposa. O depoimento a respeito desta passagem de suas vidas também revela que era desejo de Leone e de seu sogro que ele se casasse em segundas núpcias com a cunhada Pasquina, que vivia na Itália, para que essa terminasse de criar os sobrinhos, o que foi impossível em função da guerra:

Agostinho Leite de Farias não teve filhos. Quando a minha mãe foi para o hospital com câncer no seio, nós ficamos lá... Ele morava na Marcilio Dias... Nós

²⁸Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de setembro de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 4-5.

ficamos, nós quatro lá, dois meses, enquanto a minha mãe estava lá. Meu pai, coitado, ficou viúvo com quatro filhos, no tempo da Guerra. Senão, teria vindo a tia Pasquina e teria casado com ele. (...) Ela queria vir pra cá, porque o pai da minha mãe, o vô Albino, ficava louco sabendo que a Maria tinha morrido e tinham ficado quatro netinhos órfãos aqui. Mas era tempo da guerra. Ela foi receber a notícia um ano depois, ou dois anos depois, pela Cruz Vermelha. Então, meu pai ficou viúvo, depois conheceu na praia a Genoveva, professora do Julio de Castilhos.²⁹

A marmoraria estava em pleno funcionamento, e oferecia muitos serviços, como especifica a nota fiscal do túmulo da família Abraão Sada, construído em 1941. Especialista em figuras, a empresa executava trabalhos em mármore, pedra grés, granito e bronze, como: monumentos, mausoléus, túmulos, cruzes, guarnições, estátuas, bustos, placas comemorativas, ornamentos, escadarias, móveis, entre outros. Neste mesmo ano, segundo Julio Lonardi, seu pai construiu a capela das irmãs Bangel no cemitério São Miguel e Almas. Eram quatro irmãs que tinham uma famosa floricultura na Rua da Praia. “Então, nós estávamos colocando até de noite. E se via as luzes do Congresso Eucarístico”.³⁰ Leone esculpiu também, naquele ano, a estátua jacente de Dom Hermeto Pinheiro para o interior da catedral de Uruguaiana. O grande prestígio deste trabalho pode ser percebido em um episódio de 1963. Quando, naquele ano, faleceu o então bispo de Uruguaiana, Dom Luís Filipe De Nadal, novamente, a empresa Lonardi, Teixeira & Cia foi contratada para realizar uma estátua jacente. Porém, Leone já havia falecido. Foi, então, que seu filho Julio teve a ideia de utilizar o mesmo molde produzido por seu pai para a estátua de Dom Hermeto Pinheiro que ficara guardada na marmoraria durante todos aqueles anos. O escultor espanhol André Arjonas ajudou, colocando no molde o rosto de Dom Luís De Nadal. O molde foi serrado ao meio para ser enviado a São Paulo, onde foi fundido em bronze. Porém, o novo bispo, Dom Augusto

²⁹ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 10.

³⁰ Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 10.

Petró, percebeu a montagem e não gostou. Segundo Julio Lonardi, o bispo enviou uma carta reclamando, enquanto reverenciava o trabalho do saudoso escultor Leone Lonardi.³¹

Ainda em 1948, houve em Porto Alegre o V Congresso Eucarístico Nacional. Um evento católico de grandes proporções, ocorrido na última semana de outubro, que movimentou a cidade e encheu as páginas dos jornais à época. Segundo Julio Lonardi, seu pai participou do congresso:

O pai fez os anjinhos no Congresso Eucarístico, em 48. No carro alegórico, ele com a corneta, assim ó. Os barrigudinhos, os anjinhos, né? Anjinho assim, de um metro. O pai também fez. Saiu no jornal. Teve congresso eucarístico em 1948.³²

Segundo Julio Lonardi, seu pai trabalhou muito para as cidades da fronteira, construindo túmulos, principalmente de granito vermelho e cinza. Considera que construíram grande parte do cemitério de Alegrete.³³ Provavelmente, sua fama tenha se espalhado a partir da produção da estátua jacente do bispo de Uruguaiana. As famílias abastadas desta região tinham grande apreço pelos túmulos suntuosos e pelas esculturas.

Em 1952, o irmão de Pedro Biondani, Ghino Biondani chegou a Porto Alegre com a esposa Maria e um casal de filhos, Renzo e Ana Maria. Logo, Ghino se tornou amigo de Leone. Seus filhos, os jovens Renzo Biondani e Julio Lonardi, por sua vez, também se tornaram amigos. A amizade dos dois durou até 2017, quando Renzo faleceu aos 86 anos de idade. Julio Lonardi conta que seu pai e Ghino Biondani ficavam conversando durante horas, no período em que Ghino e Renzo trabalhavam no Cemitério da Santa Casa.³⁴ Segundo Renzo Biondani, ele e o pai construíram a capela e

³¹ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 10.

³² Trecho da entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 10.

³³ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 17.

³⁴ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 5-6.

as galerias de catacumbas do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, onde construíram cerca de quatro mil túmulos.³⁵ Segundo Julio Lonardi, seu pai trabalhou mais para o cemitério São Miguel e Almas do que para o cemitério da Santa Casa, em função da sua amizade com Vitorio Semensato, que por muitos anos foi zelador daquele cemitério.³⁶

Quando Leone Lonardi faleceu, em 1961, segundo conta seu filho Julio, ficaram alguns projetos em sua mesa. Um deles foi do túmulo de Cipriano Michelletto, encomendado pela viúva Elisa Micheletto.³⁷ Cipriano Michelletto foi um rico empresário que possuía uma grande oficina de tornos Mitto³⁸. Outro projeto foi do altar da igreja Sagrada Família, localizada na Rua José do Patrocínio em Porto Alegre.³⁹ Julio Lonardi assumiu a empresa e cumpriu os contratos de seu pai.

Considerações finais

Os depoimentos orais foram de suma importância na análise da trajetória de Leone Lonardi, assim como para a realização das “pequenas biografias” dos indivíduos que se relacionaram com ele, a fim de reconstruir sua rede de sociabilidade. Tais depoimentos foram constantemente confrontados com uma diversificada documentação, como o acervo da família Lonardi, jornais e outros. A análise das entrevistas gerou questionamentos sobre a documentação escrita e iconográfica, assim como, essas deram origem a questões que puderam ser resolvidas através de novos depoimentos.

³⁵ Entrevista da autora com Renzo Biondani, realizada em 28 de setembro de 2017. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p.5.

³⁶ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 17.

³⁷ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 13.

³⁸ Mitto é uma marca de tornos mecânicos para indústria pesada.

³⁹ Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS, p. 16-17.

O trabalho demonstrou que a trajetória de Leone Lonardi esteve relacionada às atividades dos comerciantes, artistas, artesãos e operários inseridos numa dinâmica de história social, das relações internacionais e da imigração da Itália em direção ao Brasil. Sem dúvida, o fato dele possuir a qualificação profissional que o desenvolvimento urbano carecia, de trazer em sua bagagem a cultura clássica italiana e o ideário europeu que satisfazia o gosto das elites e de contar com o apoio de uma rede de relacionamentos, foram elementos determinantes à sua permanência.

Estudar o trabalho dos escultores traz também novas reflexões a respeito dos trabalhos manuais, os manufaturados, que resistiram por algum tempo à concorrência da produção industrial, por carregarem o valor intrínseco do objeto de arte, que conferia *status* a quem o adquiria. Nos dias atuais essa produção se torna cada vez mais rara. E não se trata apenas da substituição do trabalho manual pela produção em série da indústria ou pelas novas tecnologias, como do desenho gráfico que substituiu o desenho e a pintura, realizados manualmente, e a impressora 3D que é capaz de realizar esculturas. Trata-se de novos valores da sociedade. Até o início do século XX, as pessoas eram definidas pelo trabalho. Hoje, cada vez mais, as pessoas são definidas por suas posses, pelos seus bens.

Por fim, é possível dizer que a partir do caso do marmorista italiano Leone Domenico Lonardi foi possível demonstrar, em primeiro lugar, o caráter de mobilidade dos imigrantes qualificados. E, assim como em outros trabalhos sobre imigração urbana, a análise demonstrou a grande importância do papel das redes sociais, tanto no evento migratório, desde as primeiras informações sobre as oportunidades de trabalho, as possibilidades de alojamento e possível financiamento da viagem, quanto na inserção dos imigrantes italianos qualificados na nova sociedade.

Referências

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo. Edições Loyola. 1996.

CANDOU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 7-37, jul. 2007.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Músicos no Novo Mundo: A presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, PUCRS. Porto Alegre, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método de microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. *Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai*. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 417-436, jul.-set. 2016.

MEIHY, Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. Loyola: São Paulo, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, BARBOSA, Fabíola Holanda. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

POLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1992. P. 200-212.

RUGGIERO, Antonio de. Empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914). In: MUSA FAY, Claudia, RUGGIERO, Antonio de. (org.) *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 9-14.

RUGGIERO, Antonio de. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1992.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 2008. P. 199-218.

VENDRAME, Máira Ines et al. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VENDRAME, Máira Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)* / Máira Ines Vendrame. – São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

Fontes orais:

Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 01 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS.

Entrevista da autora com Julio Lonardi, realizada em 29 de agosto de 2018. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS.

Entrevista da autora com Renzo Biondani, realizada em 13 de setembro de 2017. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS.

Entrevista da autora com Renzo Biondani, realizada em 28 de setembro de 2017. Transcrita e depositada no acervo do Lapho, PUCRS.

Fontes da imprensa

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940.

Jornal **A Federação**, Porto Alegre.

**Um *Lucano* no Novo Mundo:
a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco
em Porto Alegre**

*Leonardo de Oliveira Conedera*¹

A vida não é aquela que se viveu, mas aquela que se lembra e como a recorda
para contá-la.
Gabriel Garcia Márquez

No presente capítulo propõe-se analisar a trajetória do imigrante italiano Giuseppe Antonio Marramarco, em Porto Alegre. Giuseppe encontra-se entre os inúmeros imigrantes peninsulares que desembarcaram no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. Logo, procura-se corroborar com os estudos a respeito do processo migratório italiano no contexto brasileiro.

A partir da trajetória desse imigrante proveniente da Basilicata pretende-se contextualizar a imigração italiana no período do pós-guerra (1946-1976) em Porto Alegre. Além disso, visa-se apresentar a trajetória de um empreendedor italiano na capital gaúcha, que se caracteriza por uma imigração espontânea; por último, pretende-se tratar a questão do percurso social e comunitário realizado pelo imigrante na sociedade que o acolheu.

Portanto, a reflexão que aqui se apresenta propõe uma análise interdisciplinar que se aproveita de aportes de distintas áreas do conhecimento,

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente, realizando Estágio de Pós-doutoramento na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: leocone5@hotmail.com.

privilegiando a metodologia da História Oral para a compreensão do fenômeno migratório italiano e as suas especificidades no Brasil.

A migração italiana no após a Segunda Guerra (1948-1976)

A emigração, para muitos italianos, alcançou grande estímulo após o final da Segunda Guerra Mundial. As adversidades econômicas, políticas, sociais e de infraestruturas existentes na península posteriormente ao encerramento do conflito propiciaram o recomeço dos deslocamentos.

Durante o período do pós-guerra (1946-1976) partiram da Itália cerca de 7.447.370 peninsulares. Um novo momento nos fluxos constituiu-se, primeiramente, nas regiões do Norte da península. Em seguida, os deslocamentos recomeçaram de maneira acentuada também no *Mezzogiorno*², que tinha as províncias mais populosas do país (DE CLEMENTI, 2010).

Além disso, a partir de 1945, desencadeou-se uma progressiva erosão dos impérios coloniais na Ásia e na África. Esse acontecimento promoveu o aumento de novos êxodos populacionais. Em um primeiro momento, a mobilidade foi fomentada pelo retorno de europeus para seus países de origem (CORTI, 2007).

Os desdobramentos no novo contexto internacional, desde meados do novecentos, com o processo de descolonização, engendraram diversas movimentações populacionais e o recrudescimento do número de migrantes, devido a três elementos, que se mantiveram regulares nas dinâmicas de diversos fluxos migratórios no contexto contemporâneo. O primeiro foi o fim do domínio das antigas potências; o segundo, o paralelo aparecimento de novos países; e, o terceiro, a explosão demográfica transcorrida nos países em desenvolvimento (CORTI, 2007).

Sabe-se que a reabertura das fronteiras de inúmeros países no período do pós-guerra fomentou o alvorecer de um novo ciclo migratório, especialmente no ocidente. Entre 1947 e 1951, na Europa, mais de 460.000

² A palavra *Mezzogiorno* refere-se ao Sul da Itália (as Regiões do Abruzzo, Campania, Basilicata, Calábria, Puglia, Molise, Sicília e Sardegná).

indivíduos migraram, dos quais 218.000 deixaram a sua própria pátria de maneira espontânea, enquanto 242.000 seguiram conduzidos e assistidos por organizações internacionais de refugiados; entretanto, essas acabaram dissolvidas em 1951 (CORTI, 2007).

Os destinos escolhidos pelas novas mobilidades vincularam-se a algumas tendências embasadas em ondas migratórias precedentes. Grande parte dos migrantes da Europa Setentrional encaminharam-se para Estados de cultura anglo-saxã, como Estados Unidos, Canadá e Austrália; em contrapartida, os provenientes dos países meridionais dirigiram-se especialmente para Estados da América do Sul, como Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, entre outros (CONEDERA, 2018).

O aumento da atividade do setor secundário foi bastante significativo, sobretudo na Argentina, no Brasil e no Uruguai, por intermédio da expansão verificada no panorama da Segunda Guerra Mundial e mantido posteriormente, por meio de uma forte influência dos Estados Unidos nas economias desses países. Todavia, a distinção com o passado é que as novas ondas não se deslocavam somente para os maiores países de imigração, assim como se disseminaram por todos os Estados latino-americanos. Argentina, Brasil e Uruguai permaneceram tendo um papel importante, já que possuíam um crescimento na sua produção industrial em meados do século passado (CORTI, 2007).

No entanto, um evento considerável na década de 1950 foi que alguns Estados da Europa Centro-Setentrional não readquiriram as posições econômicas ulteriores à Guerra, mas ainda apresentaram um aumento que os colocou a níveis superiores aos resultados industriais atingidos pelos Estados Unidos, tornando-se inquestionáveis protagonistas na economia mundial. Vários casos corroboraram para o recrudescimento da estabilidade monetária, que foi por fim alcançada depois dos altos índices inflacionários do pós-guerra – os incentivos na industrialização, que foram oportunizados pelas políticas econômicas nacionais e pelos subsídios internacionais, e a positiva atuação praticada para a formação do mercado econômico europeu (CORTI, 2007, p. 90).

Assim, os italianos cuja meta era os Estados distantes da Europa distinguiram-se por uma migração de caráter definitivo. Enquanto aqueles que se deslocaram para os Estados europeus se caracterizaram por uma duração temporária. A proximidade dos migrantes das suas cidades de origem e o fato de se deslocarem desacompanhados de seus familiares colaboraram para que a mobilidade perdurasse por uma curta duração.

O Brasil acolheu em torno de 12,6% dos peninsulares que migraram para a América Latina no período do pós-guerra. Trento (1989, p. 408) sublinha que “[...] o fluxo de emigrantes da Itália teria podido ser mais consistente, especialmente durante os primeiros anos posteriores à guerra, se um acordo emigratório entre os dois países tivesse sido firmado a tempo”.

Durante o pós-guerra os peninsulares apresentavam uma maior escolaridade que a de seus patrícios desembarcados no final do oitocentos. A maioria havia terminado os seus estudos primários e sabia ler e escrever (FACCHINETTI, 2004). Nesse sentido, dentre vários outros elementos, Angelo Trento (1989, p. 421) destaca que:

O emigrante do pós-guerra não se parecia em nada com o de décadas atrás; ele era portador de exigências bem diferentes e tinha consciência de seus direitos e uma dignidade humana totalmente desconhecidas dos trabalhadores que abandonaram a pátria no início do século.

Na esfera das relações diplomáticas entre Brasil e Itália, a temática da migração era um assunto assíduo nas tratativas entre os dois Estados. Os dois governos pretendiam providenciar tratados para promovê-la; entretanto, o entendimento demorou muito para ocorrer. Então, a estrada diplomática pouco incentivou a migração de italianos para o contexto brasileiro no período do pós-guerra (CERVO, 1992).

A respeito das viagens dos migrantes, a maior parte dos desembarques dos peninsulares em território brasileiro, como também os demais migrantes de outras nacionalidades, transcorreu nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Em meados de 1950, o porto de Santos foi o espaço onde

aportaram mais de 50% dos estrangeiros que chegavam ao Brasil, ao passo que o Rio de Janeiro absorveu pouco mais de 30%; os remanescentes dispersaram-se entre os portos de Paranaguá e Porto Alegre, entre outros lugares (DIÉGUES JUNIOR, 1964).

Sabe-se que nos Censos dos decênios de 1940 e 1950 os peninsulares despontavam como a etnia com a maior quantidade de estrangeiros inseridos na sociedade brasileira. A maioria dos italianos morava em Estados das Regiões Sudeste e Sul do país (ZAMBERLAM, 2004).

É preciso lembrar que no Rio Grande do Sul existiam aproximadamente 24.549 e 15.003 peninsulares, respectivamente, de acordo com os registros dos Censos de 1940 e de 1950. Os dados indicavam os migrantes da península como o maior contingente de estrangeiros existentes no Estado. Nos Censos seguintes, os peninsulares continuaram com números significativos na comparação com os demais estrangeiros; no entanto, terminaram sobrepujados pelos contingentes de uruguaios e alemães (CONEDERA, 2018).

Em síntese, o Brasil, como outros países americanos, foi uma das principais metas para vários italianos no período do pós-guerra. Sobre tudo por intermédio de atos de chamadas ou por Agências internacionais, como o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME)³.

A entrevista

Como já assinalado no princípio deste texto, a intenção foi tratar o processo migratório italiano no Brasil e em Porto Alegre a partir da trajetória do Giuseppe Antonio Marramarco. Nesse sentido é importante apontar algumas informações acerca da História Oral e a entrevista produzida com a colaboração do depoente.

Sabe-se que os desafios dos historiadores que empregam a História Oral é justamente encontrar pessoas dispostas a falarem para o gravador,

³ O CIME foi fundado em 1951, em Bruxelas, e se encarregou do recrutamento e transporte de imigrantes de diversas nacionalidades europeias. O órgão responsabilizava-se pela pré-seleção e dos cursos profissionalizantes na pátria de origem do imigrante. No Brasil, o CIME assumiu a maioria das funções anteriormente realizadas pelas autoridades brasileiras. Na Itália, era responsável pela seleção técnica dos candidatos (FACCHINETTI, 2004).

já que muitas expressam timidez ou receio de se expor. O diálogo com o Giuseppe configurou-se em entre/vista. A saber, Alessandro Portelli (2010, p.213) frisa que “[...] a entre/vista, afinal, é uma troca de olhares. É bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”.

É oportuno esclarecer que a entrevista com o depoente ocorreu nas dependências da Paróquia Nossa senhora da Pompeia, onde o Giuseppe comparecia regularmente para exercer suas funções voluntárias como Presidente do Instituto de Assistência Social dos Italianos (IASI), no dia 30 de março de 2011. O interesse em entrevistar Giuseppe Antonio Marra-marco era justamente conhecer o instituto, bem como um pouco da trajetória do imigrante que foi um dos seus idealizadores.

Então, para a estruturação da entrevista selecionou-se a modalidade da História Oral Temática. Núncia Santoro de Constantino (2004b, p. 64) destaca que essa modalidade:

[...] preocupa-se com o testemunho sobre algum assunto específico. O testemunho é usado como qualquer outro documento, é equiparado ao código escrito, com preciso recorte temático. Busca-se principalmente a informação do depoente. Organiza-se roteiro e a inferência do investigador é mais clara e objetiva. As entrevistas tornam ser mais curtas e, quanto mais as pessoas repetirem as mesmas formas, quanto mais forem constatadas as mesmas informações, quanto maior for o prestígio do depoente, mais sentido terá a entrevista.

Ainda a respeito da realização da entrevista, essa transcorrerá a partir do contato prévio, por telefone, e o local escolhido foi pensado a fim de conhecer o ambiente do IASI.

A entrevista ocorreu de forma tranquila, pois o senhor Giuseppe, na ocasião com 82 anos, era um narrador acostumado a compartilhar as suas histórias e experiências e se exprimia com facilidade e clareza a respeito das curiosidades do seu entrevistador.

O uso da História Oral possibilita a intermediação entre a micro e a macro história, permitindo a análise das experiências de vida em relação às estruturas do contexto social. Constituindo-se conexões entre a história narrada e as manifestações sociais, econômicas e políticas na qual o indivíduo encontra-se posto, para assim se avaliar a narrativa propriamente dita, a contar do presente do depoente (CONEDERA, 2018).

Assim, as histórias relatadas pelos narradores viabilizam, como outras fontes investigadas, a observação de indícios por parte dos pesquisadores. Carlo Ginzburg (2007, p. 178-179) sublinha que “[...] a realidade é opaca, mas existem certos pontos privilegiados – indícios, sintomas – que nos permite decifrá-la”. As experiências narradas pelos migrantes encontram-se repletas de marcas e ordinários indícios que podem apontar para fenômenos sociais mais vastos e complexos. Além disso, Constantino (2004a, p. 34) lembra que a narrativa cruza dois imprescindíveis aspectos, visto que durante a entrevista:

[...] narra-se uma vida concreta, uma existência, uma trajetória pessoal. Narra-se também os nexos e os símbolos, que medeiam culturalmente a vivência relacionados à memória coletiva que, construída sobre vivências comuns adquire sentidos e reorganiza temporalidades.

Dessa forma, a memória permite a apreensão e a condensação de percepções dos sentidos e dos processos psíquicos de maneira inconsciente (BAUER, 2007). O caráter involuntário da lembrança é único. Logo, lembrar é reelaborar as vivências de um tempo pregresso com as percepções do hodierno.

Em síntese, o indivíduo que narra a sua própria história, ou conta acerca de sua trajetória de vida, não reconstrói, ele mesmo, o objeto de pesquisa; compõe um testemunho, a matéria-prima para o conhecimento histórico e social que busca, por meio do entrevistado e da experiência por ele vivida, compreender as relações sociais que ocorreram no seu percurso (BAUER, 2007).

Entre Itália e Brasil: a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco

Giuseppe Antonio Marramarco nasceu em 1928, em Corleto Perticara, província de Potenza, localizada na área Central da Basilicata. Giuseppe vivenciou os anos do pós-Segunda Guerra na Itália, um período difícil, no qual o país apresentava a realidade de um Estado que sofreu duras perdas e dificuldades em meio aos anos do conflito, bem como durante o período subsequente.

Figura 1 - Mapa da Itália com destaque para a Região da Basilicata



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Basilicata> acessado em 20 de maio de 2019.

É importante referir que, na província de Potenza, da qual o imigrante é originário, a experiência migratória era uma constante desde o oitocentos. Vittorio Cappelli (2007, p. 11), em seus estudos sobre a imigração italiana para as zonas periféricas da América Latina, frisa que:

Essa emigração espontânea é constituída frequentemente por correntes migratórias que partem de uma pequena área na Itália meridional, no limite entre as províncias de Cosenza, Potenza e Salerno, portanto entre três regiões italianas: Calábria, Basilicata e Campânia. Trata-se de uma parte do Apenino

meridional, onde o fenômeno da emigração para as Américas manifesta-se de forma precoce, já a partir da década de 1860, estimulando uma ativa experiência de mobilidade, relacionada a hábitos dos vendedores ambulantes e, sobretudo, ao articulado mundo dos artesãos: douradores, artífices em estanho e em cobre, cinzeladores, prateiros, ourives, caldeireiros, fabricantes de instrumentos de corda, tintureiros, alfaiates, sapateiros.

No período do pós-guerra (1946-1976), o trajeto realizado por inúmeros peninsulares até Porto Alegre era feito por trem. Entretanto, o deslocamento para a capital gaúcha também poderia ser realizado por intermédio do transporte marítimo e aéreo. Giuseppe chegou ao Brasil em março de 1951 e narra que:

Eu vim como imigrante, mas com passagem paga por mim, não vindo através da passagem paga pelo governo. Eu paguei a minha passagem da Itália para o Brasil, até Santos. E depois de São Paulo para Porto Alegre. Eu tinha um tio que morava em Porto Alegre que me pagou e mandou uma passagem de avião. Então, vim de avião de São Paulo para Porto Alegre, naquelas primeiras linhas de viagem de avião da Varig.

O destino escolhido foi a capital do Rio Grande do Sul, onde Giuseppe encontraria seu tio que, posteriormente à segunda Guerra Mundial se deslocara para a capital do Rio Grande do Sul. Sobre sua vinda o depoente comenta que:

Desde criança, já tinha este irmão do meu pai que vivia aqui no Brasil, eu dizia: “um dia eu vou ir para o Brasil!” E eu, quando tinha 4-5 anos dizia, com aquela mentalidade de criança, eu olhava o mapa que era redondo e dizia: “se eu começar a cavar um buraco aqui na minha terra vou acabar saindo lá no Brasil!” [risos] Eu tinha 3-4 anos e eu já dizia isso! Mas naquele tempo o meu tio já morava no Brasil. Mas naquela época vivia em São Paulo, e ele teve uma desavença com outros conterrâneos da Itália, e por isso decidiu vir para Porto Alegre. E por isso, quando eu vim, ele fez um ato de chamada para que eu viesse para Porto Alegre.

Giuseppe Marramarco, como diversos conterrâneos da Península Itálica, efetuou uma imigração espontânea, motivado por uma cadeia migratória. De acordo com a tipologia proposta de Charles Tilly, o tipo de

imigração em cadeia particulariza-se por “[...] envolver o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino” (TILLY apud TRUZZI, 2008, p. 200).

É preciso referir que o intercâmbio de informações propiciou a dinâmica migratória italiana que causou muitas modificações para a mentalidade das famílias e sociedades que tiveram contato com esse fenômeno social. Piero Bevilacqua (2002, p. 110) destaca que:

Os americanos⁴, quando voltavam nos *paesi* de origem para se estabelecer ou passar provisoriamente, traziam ares de novidade no âmbito comportamental e de hábitos que provocavam rumores. Estes haviam, geralmente, abandonado a antiga frugalidade vegetariana de um tempo e se tornaram generosos apreciados da carne, mas bebiam também licores e cafés, transformaram-se frequentadores de bares e estalagens.

Sabe-se que o processo migratório propiciava modificações tanto nas sociedades de destino como naquelas de origem, pois era normal os deslocamentos e a longevidade dessas dinâmicas. Os migrantes eram os responsáveis por comunicar suas cidades natais com outras dispersas pelo globo onde conseguiam se estabelecer.

Durante os anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial (1946-1976), a maior parte dos italianos existentes na capital gaúcha continuava sendo constituída por migrantes provenientes do Sul da Itália. As investigações históricas revelam que a maioria do peninsulares era oriunda da Calábria (especialmente da província de Cosenza). Mantinha-se, em números, como o contingente mais representativo, sendo acompanhada em menor medida por indivíduos da Campania (sobretudo da província de Salerno) e Sicília (principalmente das províncias de Enna e Catania) (CONEDERA, 2013, p. 428).

Giuseppe foi recebido por seu tio que já habitava na sua meta de imigração. Quando desembarcou no Brasil era um jovem de 22 anos com

⁴ Aqui a palavra “Americanos” refere-se aos italianos que emigraram para América.

muitas expectativas, e seu primeiro emprego foi como frentista no posto Sagol na área central de Porto Alegre. E, após trabalhar como empregado, expõe que:

Percebi que para me tornar independente, precisava fazer outra profissão. Então, fui aprender a profissão de açougueiro. Então, trabalhei na Frangosul por 3 meses e depois arrumei um açougue arrendado, no bairro Petrópolis, de um senhor que estava doente e não podia mais trabalhar. Então, arrendei este açougue.

O imigrante *lucano*⁵ optou por desempenhar a profissão de açougueiro que inúmeros italianos meridionais desempenharam em Porto Alegre. Sabe-se, também, que a atividade comercial caracterizou os migrantes originários do *Mezzogiorno* nas cidades gaúchas (DE RUGGIERO, 2015).

Como empreendedor, Giuseppe, a partir do seu primeiro açougue no Bairro Petrópolis de Porto Alegre, sempre administrou seu próprio negócio. Mas ele se estabeleceu em diferentes bairros na capital gaúcha. Seu segundo foi na Rua Duque de Caxias (Centro Histórico), durante os anos de 1960. Já na década de 1970, adquiriu uma lancheria na Praça XV (também no Centro Histórico). Ulteriormente, Giuseppe comprou um açougue na rua Getúlio Vargas, na esquina com a Botafogo (no Bairro Menino Deus), e encerrou seu percurso como açougueiro e proprietário na Rua Florêncio Ygartua (Bairro Moinhos de Vento) em meados da década de 1980, quando se aposentou.

O entrevistado em sua trajetória profissional revela o seu caminho enquanto migrante-empendedor. Sabe-se que, ao longo dos anos de 1950, havia uma ampla oferta de trabalho fabril com uma baixa remuneração; no entanto, oferecia uma renda segura para os indivíduos que residiam nos arredores do Quarto Distrito da capital gaúcha (FORTES, 2004).

⁵ A palavra *lucano* refere-se aos italianos nascidos na Basilicata.

Entrementes, Giuseppe, como grande parte de seus patrícios, prosseguiu trabalhando no comércio da cidade. O depoente, assim como outros peninsulares – que desembarcaram na capital do Rio Grande do Sul – transformou-se, na sociedade receptora, o comerciante empreendedor e proprietário do próprio estabelecimento.

Entre italianos e brasileiros: trabalho assistencial e pastoral

Em 1985, Giuseppe aposentou-se e, neste mesmo ano, o imigrante *lucano* comenta que:

Começou a transformação da minha vida. No dia 2 de junho de 1985, conheci, em Santa Maria, o diácono João Luis Pozzobom, que carregava a imagem da mãe peregrina por mais de 25 anos. Ele andou por mais de 150 km carregando a imagem da mãe peregrina, ele também levou a imagem até a Alemanha. E eu olhando aquele *uomo* (homem) rústico, um agricultor, que mal conseguia escrever o nome dele, que tinha problema de visão. E eu visitei com ele um dia com a minha esposa e mais um casal junto. E peguei na mão dele e ele me levou até o sacrário. E eu imagino que ele pediu para a mãe peregrina que pegasse esse burrinho (Giuseppe), que era igual a mim. A mão dele até era parecida com a minha, grande como raquete de tênis. E nos abraçamos, e acredito que a partir daquele momento aconteceu uma transformação na minha vida. Eu continuei trabalhando por mais três anos (depois deste encontro).

O entrevistado questionava-se acerca de sua vida e de seu futuro. No dia 11 de junho de 1988 comprometeu-se com a imagem peregrina como auxiliar do Santuário de Schoestatt de Porto Alegre e, daquele momento em diante, percebeu que não poderia servir a Deus e ao trabalho, ao mesmo tempo, retirando-se de suas atividades comerciais, iniciando sua vida missionária, visitando hospitais, famílias e doentes.

Todavia, prosseguiu a se questionar sobre qual seria sua verdadeira missão, a quem deveria realmente levar a imagem da Mãe Peregrina. Nesse sentido, expandiu seus horizontes e a vontade de carregar a imagem aos mais desfavorecidos de todos, que foram os presos em seus presídios, e entrou em contato com a equipe da Pastoral Penitenciária.

Posteriormente, Giuseppe foi chamado para entrar, em novembro de 1988, pela primeira vez no Presídio Central de Porto Alegre com a imagem da Santa. Desde o final da década de 1980, o imigrante italiano permaneceu realizando visitas frequentes ao Presídio de Charqueadas, que prosseguiram até o primeiro decênio do século XXI. Sobre a sua experiência nos presídios Giuseppe comenta que:

Nos presídios eu era o “padre José” para eles! Logo, quando cheguei no presídio comecei a ver as vidas dos presos, com a presença de muitos pais de família, e ainda hoje continua a mesma coisa. Começa que um pai de família fica desempregado 3 a 4 meses, ele vende tudo, e termina com tudo que tem dentro da casa dele e ele vai fazer o quê? [breve silêncio] Ele então tem que roubar!

A partir da descoberta dessa realidade dos presidiários do Rio Grande do Sul Giuseppe visualizou a realidade de inúmeros presos e suas famílias. Sobre isso, o imigrante italiano observou que as famílias dos presos estavam efetivamente abandonadas, com esposas e crianças enfrentando uma situação de duras adversidades. Giuseppe começou a falar com membros do Governo e do Ministério Público do Rio Grande do Sul a fim de sensibilizar as autoridades sobre a necessidade de atender as famílias dos presos.

Figura 2: Giuseppe Antonio Marramarco



Fonte: Disponível em: <https://www.schoenstatt.org/pt/vida-em-alianca/2016/03/giuseppe-marramarco-um-fiel-missionario-de-maria/> acessado em: 16 de ago. 2020.

Em 1997, ocorreu a Campanha da Fraternidade, que trazia o seguinte lema: “Jesus e os Encarcerados”. Durante uma palestra proferida por Giuseppe no Tribunal de Justiça, as esposas dos desembargadores de justiça e juízes ficaram sensibilizadas pelo argumento e pela situação exposta a respeito dos egressos do Sistema Penitenciário. Ocorreu, então, a iniciativa de criar a FAESP (Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário), na qual Giuseppe seria membro da diretoria, desde sua criação até o ano de 2004.

Em 2004, após o seu desempenho em prol das famílias de diversos presos da FAESP, Giuseppe foi nomeado pela CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil) Coordenador da Pastoral Penitenciária da Regional Sul III, que abrangia todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em sua atividade voluntária e pastoral junto aos presos e suas famílias Giuseppe permaneceu trabalhando por mais de 15 anos. O imigrante aponta que quando se despediu de suas atividades para a Pastoral Carcerária atendia uma média de 30 famílias, alcançando um universo superior a 200 pessoas.

Após se aposentar – além de se dedicar a levar a imagem da Mãe Peregrina – Giuseppe foi eleito como conselheiro do Primeiro COMITES⁶ do Rio Grande do Sul em 1986. Ao lado de seu colega Ferruccio Bianchino assumiu o encargo da assistência social e assim contribuiu para a idealização e formação do Instituto de Assistência Social aos Italianos (IASI). O instituto seria uma forma de organizar uma entidade que auxiliasse os cidadãos italianos que se encontrassem em uma situação de adversidades de saúde e financeiras, principalmente.

Sobre o início da instituição, em 1986, o depoente narra que:

A senhora [Leonarda] Mastrogiacomio na presidência, e então a instituição começou a funcionar. Mesmo que nos primeiros tempos recebíamos uma verba muito pequena da Itália. E nós fazíamos 2 a 3 almoços e jantares aqui (Igreja Pompéia) para angariar fundos para o IASI. Também tínhamos

⁶ Em 1985, os Comitês dos Italianos no Exterior (COMITES) são órgãos que representam os italianos que residem fora da Itália. Essas instituições encontram-se circunscritas aos consulados que têm, pelo menos, três mil cidadãos italianos. No Brasil, existem seis circunscrições: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife (CONEDERA, 2018).

artesanato de Natal e alguns industriais aqui do Rio Grande do Sul que nos ajudavam. E o IASI foi funcionando alguns anos assim. Aí, em 1993, a Sr^a. Leonarda não quis mais a presidência do IASI, e, então, eu assumi a presidência.

Em 1994, Giuseppe procurou ampliar a rede de assistência, quando assumiu a presidência do IASI, e comenta que:

Comecei a visitar um por um os italianos que eram ajudados pelo IASI, que moravam aqui em Porto Alegre, na grande Porto Alegre, e depois comecei a andar pelo interior. Até a questão dos italianos, que estavam no interior em dificuldade, nós ficávamos sabendo através de cartas mandadas para o IASI pelos prefeitos de algumas cidades do interior. E assim eu ia visitando um por um.

Durante a gestão do imigrante *lucano* na presidência do IASI, o instituto recebia o pedido de auxílio de italianos em situação de vulnerabilidade por intermédio de cartas que eram encaminhadas para o próprio IASI por prefeitos de cidades do interior gaúcho, bem como por familiares ou mesmo pelo próprio italiano que pedia ajuda. Em algumas oportunidades os encaminhamentos de auxílios também decorriam via Consulado italiano.

O IASI, desde o seu princípio até hoje, é uma entidade que surgiu para auxiliar os cidadãos italianos residentes no Rio Grande do Sul. Ainda hoje funciona nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Pompeia na área Central de Porto Alegre.

É necessário assinalar que o fato de o IASI funcionar nas dependências da Paróquia não foi por acaso. Sabe-se que a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia⁷ era um espaço de encontro para os imigrantes italianos do pós-guerra. A paróquia foi fundada e prossegue mantida pela ordem de São Carlos (os Scalabrinianos) (CONEDERA, 2012).

⁷ A Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia localiza-se na Rua Barros Casal. A instituição foi fundada em 1959 ((ZAMBERLAM, 2010).

O IASI funcionou sempre com o auxílio de pessoas da comunidade que apoiavam a instituição (comparecendo em almoços e rifas promovidos pela diretoria, organizados pela entidade para angariar fundos), bem como a ajuda de empresas e empresários que queriam contribuir com a entidade e, claro, com o apoio de recursos financeiros do *Ministero Affari Esteri* (Ministério das Relações Exteriores da Itália), por intermédio do Consulado Italiano em Porto Alegre.

A partir da existência e atividade do IASI é possível visualizar um aspecto da dificuldade que um migrante pode enfrentar durante a sua trajetória migratória. A maioria dos indivíduos assistidos pelo IASI eram de pessoas idosas que se encontravam em situação de vulnerabilidade (portadores de doença incurável ou excepcional), ou de famílias italianas que tinham membros com alguma excepcionalidade médica ou havia alguma necessidade de tratamento médico especial). Nesse sentido, a entidade ajudava os migrantes e suas famílias por meio do pagamento de tratamento de saúde ou, mesmo em alguns casos, o pagamento de casas geriátricas.

Então, o trabalho desempenhado pelo IASI aponta que, como no caso da migração, nem sempre a experiência de mobilidade revela-se exitosa, e o migrante e seus familiares necessitam da colaboração e apoio de entidades, com a disposição de ajudar o próximo, como foi o caso de Giuseppe Antonio Marramarco, que, mesmo tendo construído uma trajetória de trabalho tendo o seu próprio negócio e formando a sua família, também dedicou muitos anos de sua vida ao trabalho voluntário no IASI, como também levando uma palavra de consolo com a imagem da Mãe Peregrina em hospitais e presídios do Rio Grande do Sul.

O trabalho voluntário de Giuseppe não passou despercebido pelas autoridades políticas de Porto Alegre. Em 2005, a partir da proposta do Vereador conhecido por Professor Garcia, filiado ao PMDB, através do processo nº 1065/06, em 2005, para conceder o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre para o imigrante italiano.

Figura 2: Giuseppe Antonio Marramarco recebendo homenagem na Câmara de Porto Alegre



Fonte: Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/giuseppe-marramarco-e-cidadao-de-porto-alegre> acessado em: 25 de ago. 2020.

Considerações finais

A partir do uso das fontes orais é viável, utilizando-se a metodologia da História Oral, a investigação das migrações contemporâneas, que oportuniza ao historiador observar a complexidade do fenômeno social por intermédio da narrativa do indivíduo que vivenciou a experiência migratória e como ela disserta a respeito dessa sua vivência.

Giuseppe Antonio Marramarco realizou um percurso semelhante a de seus conterrâneos originários do Sul da Itália, que se radicaram em Porto Alegre, alcançando êxito na sua trajetória profissional, como proprietário do seu próprio empreendimento e formando sua família no Brasil.

No entanto, a trajetória do migrante *lucano* não se limitou somente a sua vida laboral e familiar. Giuseppe constitui-se em um indivíduo caridoso que buscou ajudar seus patrícios em dificuldades, bem como levar um pouco de esperança para enfermos e presidiários no Estado no qual escolheu viver.

Além disso, a partir da narrativa do imigrante italiano foi possível visualizar como os migrantes são atores importantes na sociedade receptora, pois Giuseppe não só contribuiu como empreendedor que construiu

a sua vida com trabalho no seu destino migratório, como também procurou assistir aqueles que precisavam de auxílio, sendo eles seus conterrâneos por intermédio do IASI, ou nos presídios a partir das ações na Pastoral Carcerária.

A trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco, portanto, viabiliza compreender como são multifacetados os itinerários migratórios, bem como um migrante pode ser ativo e participativo no interior de distintas esferas onde ele se estabelece.

Referências

- BAUER, Babet. A caminho da “história das vivências”? História oral na Alemanha. In: GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (org.). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF/EDUNISC, 2007. p. 60-80.
- CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 7-27, jul. 2007.
- CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UNB, 1992.
- CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976)*. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- CONEDERA, Leonardo de Oliveira. A presença italiana em Porto Alegre no pós-guerra (1946-1976). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgard da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.) *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2013. p. 427-437
- CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Entre Itália e Brasil: a trajetória de um alfaiate calabrés em Porto Alegre. In: DE RUGGIERO, Antonio (org.). *A voz do imigrante: memória e oralidade nos estudos históricos das migrações*. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 115-142.

- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no porão: vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: Biblos, 2004a.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo. Pesquisa. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A aventura (auto)biográfica: fundamentos e metodologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 37-74.
- CORTI, Paola. *Storia degli migrazioni internazionali*. Bari: Laterza, 2007.
- DE CLEMENTI, Andreina. *Il prezzo della ricostruzione: le emigrazione italiana nel secondo dopoguerra*. Bari: Laterza, 2010.
- DE RUGGIERO, Antonio (org.). *A voz do imigrante: memória e oralidade nos estudos históricos das migrações*. Porto Alegre: Fi, 2018.
- DE RUGGIERO, Antonio Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Máira Inês et al. (org.). *Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 162-181.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.
- FACCHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: Garamond, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Contexto, 2010.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* *50 anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia – Missão Scalabriniana*. Porto Alegre: IMPA, 2010.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil: e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

Entrevista

MARRAMARCO, Giuseppe Antonio. Imigração e História do IASI [mar. 2011]. Entrevista-dor: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

**“Eu ficava ali, olhando o céu”¹:
Narrativas, imagens, objetos, personagens e
lugares em pesquisas etnográficas com descendentes
de imigrantes italianos no Brasil e na Itália**

*Maria Catarina Chitolina Zanini*²

Introdução: caminhos de pesquisa

Partindo de pesquisas etnográficas que vêm sendo por mim realizadas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil (desde 1997) e na Itália (desde 2012), este artigo tem por objetivo analisar o importante papel desempenhado pelas imagens, objetos, lugares e personagens nas narrativas acerca do pertencimento ao “mundo italiano” advindo de suas ascendências. Trata-se de uma experiência compartilhada entre pesquisadora e colaboradores de pesquisa ao longo dos anos, seja no Brasil ou na Itália³, havendo a constante presença de materialidades e imaterialidades que acompanham as narrativas sobre o processo migratório, seja dos próprios descendentes ou aquelas relativas a seus antepassados. Falar de si é, também, falar da família, das origens, dos lugares, dos valores e elementos que estiveram presentes nas trajetórias e itinerários de cada um. Tempos e espaços que se cruzam nas narrativas e nas corporalidades (LE BRETON,

¹ Fala de uma ítalo-descendente por mim entrevistada em Roma no ano de 2016.

² Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Minhas pesquisas na Itália se centraram entre ítalo-brasileiros, ou seja, brasileiros descendentes de italianos, com cidadania italiana reconhecida ou em processo de reconhecimento. Também entrevistei migrantes brasileiros sem ascendência italiana, para melhor compreender algumas questões da vida cotidiana italiana.

2007) repletas de sentidos e significações que se processam durante o encontro etnográfico⁴, coetaneamente ou não, por vezes (FABIAN, 2006)⁵.

Muitos dos objetos, lugares e imagens que conheci durante as pesquisas são por mim compreendidos como portadores de *mana* (Mauss, 1974)⁶, de uma energia especial, de uma força e poder simbólico imenso e potencializador de narrativas e pertencimentos. Trata-se de patrimônios familiares e que, muitas vezes, possuem guardiões “oficiais” que por eles zelam (ZANINI, 2006). Os objetos, em suas complexidades, como salienta Miller (2013), são, em meu ponto de vista, um caminho para os antropólogos melhor compreenderem a “vida dos outros” e o poder de alguns elementos materiais, imateriais ou virtuais nas construções narrativas e nas experiências de vida dos indivíduos. Pode-se pensar, como ressalta Halbwachs (1990), que a materialidade espacial traz alguma fixidez. Desta forma, em contextos de ruptura provocados pelos processos migratórios, determinados objetos podem possibilitar alguma noção de estabilidade, continuidade e pertencimento entre trânsitos e permanências. O que se leva consigo quando se parte? Por quê? Como ressaltam Berger e Luckmann (1997, p.180), as biografias subjetivas não são completamente sociais, pois cada indivíduo “aprende-se a si próprio como um ser ao mesmo tempo interior e exterior à sociedade”. Durante minhas pesquisas, ao longo dos anos, fui apresentada a fotografias, livretos de orações, livros de família, santinhos, santos, roupas, objetos domésticos, cartas, escritos, pedaços de papel e de embalagens, utensílios de cozinha, documentos dos antepassados, louças, joias, cadernos de receitas, utensílios de carpintaria, ferramentas de trabalho diversas, maquinários de agricultura, vídeos, enfim, uma infinidade de objetos e imagens que muitas vezes me causavam surpresa porque alguns estavam ressemantizados, colocados em

⁴ Para Elias (1994), o corpo permite ao indivíduo se conceber como imagem espaço-temporal entre outras imagens similares.

⁵ Fabian (2006) nos alerta acerca da importância de se pensar o tempo e suas complexidades no fazer etnográfico. De qual tempo falamos? E o tempo para o outro? Quais tempos compartilhamos? O que é possível compartilhar?

⁶ Para Mauss, “o mana é exatamente o que dá valor às coisas e às pessoas – valor mágico, valor religioso, até mesmo valor social” (1974, p.138).

dispendiosas molduras, digitalizados, pintados, remontados, revitalizados e restaurados, ocupando espaços especiais nas casas urbanas ou rurais, nos celulares ou computadores dos descendentes, seja no Brasil ou na Itália. Havia, igualmente, a vida de gerações sendo ali narradas e décadas de história familiar e individual também. O bilhete de viagem já ilegível, o documento apagado e incompreensível, o pano de louça encardido pelo tempo, mas com o crochê da *nonna*,⁷ a tigela quebrada, a panela sem tampa, o sapatinho usados pelos filhos quando bebês, enfim, objetos que, para os narradores, eram potencialmente repletos e plenos em si mesmos. Traços e fixidez de um tempo que não voltaria mais a não ser pela narrativa, revivido em cada palavra.

Algumas vezes havia objetos que estavam guardados em caixas simples (mas especiais), muito bem cuidados, aguardando o momento de serem novamente manuseados e narrados. Eram uma evocação ao vivido e experienciado, seja dos próprios descendentes ou das narrativas acerca dos antepassados, das origens, da família, de acontecimentos ou ciclos de vida. Também conheci alguns objetos que nem sequer podiam ser tocados, tamanha sua força, sacralidade e poder nos domínios familiares. Eram para serem contemplados, admirados e reverenciados. Enfim, impossível generalizar o papel, a importância e o significado que cada um destes adquiria na experiência de vida dos descendentes de italianos entrevistados ao longo dos anos. Mas, com certeza, sua relevância nos processos de identificação, de construção de memórias e narrativas é muito constante. Para além dos valores mercantis, penso que os objetos devem ser observados e analisados em todas as suas complexidades, sua “vida social”, como ressalta Appadurai (2008). E, nas situações por mim presenciadas, do importante papel das origens familiares, da família como importante valor e das narrativas acerca do pertencimento do “mundo italiano” advindo do processo migratório dos antepassados.

⁷ *Nonna* é a terminologia para designar a mãe dos pais, ou seja, avó.



Fonte: Acervo da autora. Objetos familiares guardados por uma descendente de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul.

E, entre os ítalo-brasileiros na Itália, pude conhecer o poder das imagens e das novas tecnologias de comunicação nos processos de identificação e nos pertencimentos, especialmente na manutenção de vínculos afetivos, familiares e nas construções das memórias e das narrativas.⁸ Cada fotografia compartilhada virtualmente, cada imagem, áudio ou vídeo era recebido pelos descendentes que lá estavam com muita emoção e narrativas. Conheci muitas famílias extensas ao longo dos anos de pesquisa. Neste aspecto, também se observa a importância das paisagens (SANSOT,1983) e de seu relevante papel nos pertencimentos, construções identitárias e emoções. Os cenários, os personagens, a vida que se expressava por meio destas trocas virtuais era algo muito significativo para os descendentes (ítalo-brasileiros) que estavam habitando na

⁸ Fato analisado e também observado por Elhadjji et al (2016), Cogo et al (2012) em seus estudos sobre mídias e por Zanini entre descendentes de imigrantes italianos (2012).

Itália. Da saudade de casa (brasileira), da família, dos amigos, dos lugares e sentidos, das comidas, as imagens e áudios via aplicativos (Facebook, Instagram, Whatshapp e outros), emails e outras novas tecnologias de comunicação, possibilitavam a noção de estar/ser em tempos e espaços diferentes. Num transnacionalismo⁹ vivido cotidianamente, entre mundos, o processo migratório parecia mais fácil e mais viável para os ítalo-brasileiros que rumaram do Brasil para a Itália, fazendo o caminho inverso de seus antepassados (ZANINI et al, 2013). A maior parte das entrevistas na Itália foi efetuada em locais considerados especiais para os entrevistados: em Roma, pude conhecer estações de trem e metrô, locais históricos, ruas e avenidas, cafés, monumentos, livrarias, restaurantes, mercados, lojas, feiras, igrejas, casas, partes da cidade que traziam memórias e algum vínculo de pertencimento para os ítalo-brasileiros que lá estavam habitando. Dentro de uma perspectiva de não-lugares (Auge, 1994), fui apresentada a alguns destes cenários da metrópole urbana como lugares, repletos de significados. Aquele café, no qual se ficava um pouco, na saída de uma estação de metrô, entre o trabalho da manhã e o trabalho da tarde, quando se tinha um pouco de tempo de não-trabalho e uma pausa para olhar o céu e a paisagem. Depois de algumas entrevistas, era comum me convidarem para passear por determinados lugares, salientando a importância que tiveram em seu processo “migratório” e na nova vida na Itália. Seja de metrô, de ônibus, de carro ou a pé, fiz muitos passeios na Itália com meus entrevistados. Assim, cidades, vilas, ruas, prédios, restaurantes, lanchonetes e praças também entram nestas materialidades narrativas de pertencimentos e nas complexidades dos processos de mobilidade e suas narrativas. Se no Brasil eu era convidada a conhecer jardins, hortas, galpões, mobílias, pedaços de terra, capitéis e casas, na Itália também fui convidada a fazer passeios por paisagens exteriores e interiores dos descendentes de imigrantes italianos. Nos entrecruzamentos entre

⁹ Por transnacionalismo, segundo Glick-Schiller et al (1992), compreendem-se as práticas estabelecidas pelos migrantes e que possibilitam os vínculos entre seu mundo de origem e o país hospedeiro, para além das fronteiras dos Estados nacionais. Neste sentido, as novas tecnologias de comunicação têm desempenhado importante papel facilitador destas vivências.

exterioridades e interioridades, as narrativas se tornam possíveis ou mais absorvíveis, por vezes. Assim, este olhar mais sensorial na pesquisa etnográfica deve ser exercitado e as caminhadas (MAUSS, 1974; INGOLD e VERGUNBST, 2008; DE CERTEAU, 1994,1996) com nossos interlocutores são espaços privilegiados para melhor se conhecer determinados processos pelos quais passaram, como os de mobilidade, por exemplo. Bachelard (1996, p.28) chega a declarar que o calendário de nossa vida só poderia ser estabelecido em seu processo produtor de imagens. Imagens estas que são tanto interiores quanto exteriores, muito além dos marcos demarcatórios dos Estados nacionais e suas fronteiras.



Fonte: Acervo da autora. *Fontana di Trevi*, em Roma.

Em Roma, uma entrevistada (íalo-brasileira) me levou para o local no qual começou sua estadia na cidade, há décadas atrás, em tempos que, para ela, foram muito difíceis e me mostrou os lugares nos quais caminhava nos horários de folga do trabalho, quando saía para estar um pouco “consigo mesma”. Não eram locais de consumo, mas de passeio contemplativo. Andamos bastante pela cidade e pude compreender, por meio da narrativa e da caminhada, como teria sido sua experiência de íalo-

brasileira na Itália. Anos narrados em palavras, compreensíveis e agora também, reflexivamente, olhados pela interlocutora. Eu visitei seu passado pelas ruas de Roma e ela também. Fizemos juntas. E esta possibilidade do encontro etnográfico é sempre surpreendente. Como salienta Ricouer (1994), o mundo exibido pelas narrativas é sempre um mundo temporal, na tentativa de poder expressar o caráter temporal da experiência humana. Desta forma, há uma circularidade entre narratividades e temporalidades. É também uma possibilidade de partilha de significados que se estabelece no tempo e no espaço do encontro entre um eu e um “outro” (RICOUER, 1991)¹⁰. Neste espaço, como ressalta Ricouer (Idem, p.191), há lugar para “um misto instável entre fabulação e experiência viva”, para atualizações e reconstruções do vivido. Como bem reflete Portelli (1996) em seu estudo sobre a trajetória de Alfredo Filipponi, o passado pode ser reinventado, dependendo de fatores pessoais e coletivos (idem, p.43). E, cabe lembrar, como salienta Bachelard (1994, p.88), que o tempo pensado e o tempo vivido não são sincrônicos. O tempo é, antes, como ressalta o autor, lacunar e dialético (Idem, p.87) no qual o devaneio se torna, em si mesmo, “uma melodia espiritual, com os incidentes paradoxalmente livres e fundidos (Idem, p.104)”. Assim, pelas ruas de Roma, conheci um pouco dos ciclos de vida de uma ítalo-brasileira, relatados como fatos da juventude (no passado) e fatos da maturidade (no presente da narrativa).

Na região do Vêneto italiano¹¹ e seus interiores, fui apresentada a casas, espaços de trabalho, paisagens encantadoras e a cenários diversos, em diálogos nos quais muitas vezes eu era alertada acerca da semelhança entre o Rio Grande do Sul e aquele pedaço da Itália, especialmente. Na casa dos ítalo-brasileiros, um dos objetos mostrados eram a cuia e a bomba¹² para chimarrão, hábito que tinham no Brasil, especialmente os

¹⁰ Como aponta Paul Ricouer (1991, p.168): “A natureza verdadeira da identidade narrativa só se revela, em minha opinião, na dialética da ipseidade e da mesmidade”. Ou seja, entre um eu e um outro.

¹¹ Minhas pesquisas na Itália se centraram na região do Lázio e do Vêneto.

¹² Cuia é o recipiente no qual se prepara o chimarrão. Na cuia se deposita a erva-mate e, posteriormente, a água quente. A bomba é o utensílio com o qual se bebe esta mistura.

descendentes provindos do sul do Brasil. E me mostravam porque, como também sou originária do sul do Brasil, talvez esperassem que eu compreendesse o ritual, a sociabilidade e demais elementos que estão presentes na prática de “beber o chimarrão”¹³ e da falta que sentiam deste hábito cotidianamente. Embora eu tenha entrevistado ítalo-brasileiros de regiões diversas do Brasil, foi com os descendentes do sul que minha rede de pesquisa mais se estendeu e com quem tive mais tempo de convivência presencialmente e hoje virtualmente. Em minhas viagens do Brasil para a Itália, quase sempre levei com muito gosto erva-mate para chimarrão e outros produtos que me eram solicitados. Compreendia que era um gesto de retribuição e carinho pelo tempo que minhas perguntas de pesquisa tomavam das pessoas, sempre sobrecarregadas com muito trabalho e afazeres. Também era interessante observar as redes de comunicação que se estabeleciam virtualmente para saber onde se encontrar na Itália erva-mate, feijão preto, farofa e outros elementos considerados típicos da “comida brasileira”.

A imigração italiana para o Brasil e suas memórias

Para melhor se compreender a migração italiana para o Brasil, deve-se observar que ela começa ainda no Brasil Império e se estende no Brasil República havendo, entre ambos os governos, diferentes negociações ao longo das décadas em que esta mobilidade vai se estabelecendo. Os emigrados italianos que se dirigiram ao sul do Brasil em finais do século XIX, ancestrais dos descendentes de imigrantes italianos que pesquisei, eram predominantemente do Norte da Itália, católicos, camponeses e migravam em família.¹⁴ Havia, entre eles, aqueles com algum capital

¹³ Beber chimarrão é um hábito comum no sul do Brasil. Trata-se de uma bebida que se consome quente e que é preparada com erva-mate e água. Pode-se “beber” individualmente ou coletivamente, fazendo “rodas”, como se chama. Ou seja, círculos. É um hábito que foi introduzido entre os imigrantes italianos e seus descendentes muito cedo no processo colonizador em terras brasileiras (ZANINI, 2006).

¹⁴ Isto pode ser observado com relação à emigração italiana para outras partes do Brasil também, como salienta Trento (1988, p.41): “A propósito da proveniência regional, devemos sublinhar que a predominância de trabalhadores setentrionais também correspondia às preferências manifestadas pelos fazendeiros por vênetos e lombardos, devido à sua parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade. Em alguns contratos de introdução de emigrantes

econômico, instrução e influência política, salientando o quanto foi uma migração diversificada e que ainda merece maiores estudos em suas temporalidades, espacialidades e especificidades. Partiam da Itália recém-unificada em família (nuclear e extensa), em sua maioria com poucos bens e objetos, fazendo a travessia transoceânica e depois rumando para as colônias. Algumas localidades na Itália ficavam praticamente vazias, como relata o jovem emigrado Julio Lorenzoni em suas memórias (LORENZONI, 1975). Franzina (2006), em seus estudos acerca do mundo camponês do norte italiano, também salienta isto, mostrando dados quantitativos acerca desta mobilidade. As memórias escritas deixadas por Julio Lorenzoni (idem) e Andrea Pozzobon (1997) relatam com detalhes este processo, desde a saída da Itália até o processo colonizador no sul do Brasil.

A migração massiva para o Rio Grande do Sul começou em 1875, para as colônias de Conde D'Eu (hoje Garibaldi), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Caxias. Para a região central do Rio Grande do Sul, lócus maior de meus estudos, a vinda dos imigrantes italianos teria começado em 1877 (ANCARANI, s.d). Variados foram os motivos que influenciaram aquelas famílias para a empreitada emigratória, não podendo haver generalizações. A literatura acerca daquele período, contudo, aponta para aspectos comuns que se desenvolveram tanto na saída da Itália quanto na chegada em terras brasileiras (vide ALVIM, 1986; HUTTER, 1972; GROSSELLI, 1987; LORENZONI, 1975; POZZOBON, 1997; FRANZINA, 2006; TRENTO, 1988; GANDINI, 2000; DE BONI e COSTA, 1984; CENNI, 1975, entre outros). No Rio Grande do Sul os emigrados italianos terão acesso à propriedade da terra, podendo, por meio do trabalho familiar, reproduzir a condição camponesa e ascender socialmente ao longo dos anos.

Importante neste artigo retomar a concepção de Sayad (2006) acerca da migração como um fato social total, observando quem o migrante é historicamente como indivíduo membro de uma sociedade (anterior ao

eram explicitamente excluídos emigrantes provenientes da Sicília, da Romanha e das Marcas, porque eram considerados rebeldes e mais prontos e repelir o arbítrio”.

processo migratório), como subjetividade e como corpo que migra. E os valores atribuídos aos objetos e imagens aqui discutidos, fazem parte de uma subjetividade coletivamente exercitada e aprendida que deve ser compreendida por meio dos vínculos entre a terra de origem, a Itália, e o mundo brasileiro e, no caso dos descendentes atuais que se deslocam para a Itália, numa releitura e trânsitos destes pertencimentos, muitas vezes. São mobilidades que se fazem entre Estados nacionais, mas também entre mundos, entre condições “objetivas” e “subjetivas”, dialogicamente. Observando o poder atribuído a objetos, imagens e lugares e sua capacidade de gerar memórias, compreende-se o quanto fizeram parte de processos socializadores (BERGER e LUCKMANN, 2008) e coletivos, na formação das experiências e trajetórias de vida, na composição de um *habitus* e de gostos (BOURDIEU, 1983), seja entre os descendentes advindos do mundo urbano ou aqueles do mundo rural. Por memória, compreendo, conforme Halbwachs (1990), a leitura sobre o passado que é elaborada no presente. Falo aqui do tempo presente vivenciado durante as conversas, prosas e entrevistas. O tempo do encontro entre pesquisador e colaboradores de pesquisa e suas narrativas, propiciadas pela troca de experiências (BENJAMIN, 1994). São releituras sobre o passado, negociações entre sentidos e valores que se processam na possibilidade do encontro etnográfico, sempre único e irrepetível. Conforme salienta Halbwachs (1990), por mais que a memória seja coletiva, quem lembra é o indivíduo. E é este, com sua subjetividade socialmente construída, que narra por meio de gestos, corporalidades, sentimentos e emoções ali contidas (CANDAUI, 2012). Como ressalta De Certeau (1998, p.163), as memórias são também tocadas pelas circunstâncias, “como o piano que “produz” sons aos toques das mãos”. Enfim, são construções inacabadas sempre.

Toda narrativa é sempre uma negociação entre o dizível e o indizível, bem como as memórias, que passam por seleções (POLLAK, 1989), aproximações, durações e distanciamentos, no tempo e no espaço vivido e narrado (BACHELARD, 1994; ECKERT, 1993). Foram estes descendentes

e suas narrativas que me permitiram entrar em suas vidas (tempos e espaços) e conhecer as multiplicidades e variedades das italianidades no sul do Brasil (ZANINI, 2006) e também na Itália (ZANINI, 2013, 2014, 2018). Dentre as memórias que eu mesma construí do processo de pesquisa ao longo dos anos, posso dizer, que tive (e tenho) um prazer imenso em conhecer hortas, saber acerca das plantas para alimentação, as plantas medicinais, o que é produzido para consumo doméstico e o que é para comercialização, como e quando consomem, quando plantam, como as sementes e as mudinhas de plantas circulam e quais são as lógicas de reciprocidade e também de mercado nestes espaços.¹⁵ Também aprendi muitas receitas culinárias e ainda tenho a pretensão de, em algum momento de minha vida acadêmica, poder me dedicar mais enfaticamente à análise destas comensalidades e destas práticas alimentares e de saúde também. Como passei anos de minha infância numa zona colonial rural, hortas e jardins são lugares repletos de significados, lógicas e sentidos. Aprendi, desde muito pequena, a “ler” hortas e jardins e a classifica-los dentro de uma perspectiva familiar de descendentes de imigrantes italianos. Havia hortas grandes, pequenas, caprichadas, bem ou mal cuidadas, bonitas e feias, enfim, há uma série de adjetivos classificatórios pelos quais se pode “ler” estes espaços.



¹⁵ Neste aspecto, tenho o privilégio de desenvolver, desde 2011, pesquisa etnográfica com feirantes descendentes de migrantes italianos em Santa Maria e região.

Fonte: Acervo da autora. Horta de uma família no interior de Santa Maria-RS.

Objetos perdidos, encontrados, guardados e narrados

Importante salientar que os períodos do Estado Novo (1937-1945) e da II Guerra Mundiais (1939-1945) foram tensos para os italianos e para seus descendentes no Rio Grande do Sul (ZANINI, 2005, 2006; DAL MOLIN, 2005; SGANZERLA, 2001) e no Brasil também (CANCELLI, 1993), fazendo com que muitas famílias se desfizessem de objetos (fotografias, quadros, documentos, móveis, cartas, entre tantos outros) que remetessem ao pertencimento italiano, uma vez que, em 1942, o Brasil ingressa na II Guerra Mundial lutando contra o Eixo, formado por Itália, Japão e Alemanha¹⁶. Os imigrantes e descendentes eram, assim, do ponto de vista político, considerados “inimigos” de guerra. Denominei tal processo de “varredura cultural” (ZANINI, 2006) e muitas foram as narrativas que tive acerca deste período e dos procedimentos que cada família teve para se proteger, esconder ou destruir objetos com receio de represálias, prisões ou perseguições. Estas ofensivas foram mais comuns na zona urbana, contudo, em muitas localidades rurais também estiveram presentes. Não se pode generalizar e nem afirmar que foram perceptíveis para todos da mesma forma. Pode-se dizer que, naquele período, houve uma vigilância que se deu por meio do aparato policial e outra, mais sutil e danosa, pela invocação da sociedade civil como cúmplice, solicitando a vigilância de uns sobre outros (ZANINI, 2005, 2006, 2015).

Nas construções identitárias atuais dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, minhas pesquisas tem apontado que os sinais diacríticos constituintes do pertencimento étnico (BARTH, 2000) se ressemantizam e atualizam, em constante negociação nos processos interativos aos quais os imigrantes e descendentes foram expostos e se expuseram. Também se atualizam devido às mudanças nas trajetórias de vida dos descendentes, de questões de classe, gênero, geração e também

¹⁶ Como ressalta Seyferth (1999), este período foi tenso para vários outros grupos também considerados ameaças ao Estado nacional brasileiro.

de vínculos com outros pertencimentos sociais, como trânsitos religiosos, por exemplo. Estes objetos e imagens, desta forma, podem invocar narrativas diferenciadas no interior da mesma família e dos próprios descendentes em momentos diferentes de sua existência. Visitei casas nas quais havia imagens de santos católicos convivendo em harmonia no espaço com objetos do budismo ou de religiões afro-brasileiras.

Alguns destes objetos são potencialmente polissêmicos e capazes de gerar disputas familiares tensas também. Quem tem o direito de ficar com a máquina de costura da *nonna*? E os bordados e crochês? E os documentos antigos para uma possível tentativa de reconhecimento da cidadania italiana? E as fotos dos pais? E as louças? E as joias? E os escritos? E os livros de receitas? E as mobílias? E os santos e objetos religiosos? E os quadros? Pode-se dizer, como ressaltai em outros escritos (ZANINI, 2006), que após 1975, quando se comemorou o Centenário da Imigração Italiana, havendo a visibilidade e reconhecimento público da contribuição desta imigração, fez-se uma valorização dos elementos de pertencimento à italianidade no mercado de bens simbólicos regional e nacional. Foi elaborada e legitimada uma narrativa positiva acerca da imigração italiana para o Brasil. Esta foi considerada desenvolvimentista, os “italianos” (os imigrantes e seus descendentes) vistos como empreendedores, trabalhadores, valorizadores da família, da religiosidade e do trabalho. Desta forma, invocar pertencimento e origem italiana traz distinção em contextos interativos específicos que devem ser analisados situacionalmente pelo pesquisador. Esta valorização da italianidade faz com que alguns destes objetos legitimadores da ascendência gerem disputas tensas e sofridas, por vezes.

As surpresas, as reflexividades e aquilo que nos move nas pesquisas empíricas

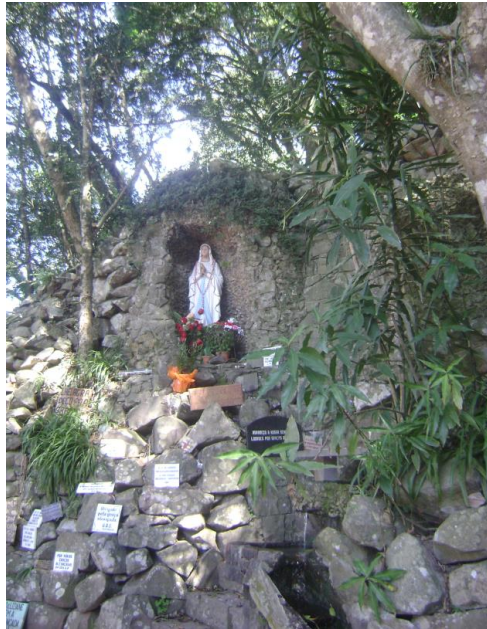
Por vezes eu conto em aulas nas disciplinas de Memória e de Metodologia alguns eventos que marcaram minha vida de pesquisadora.

E como cada ser humano, apesar das construções coletivas que são as memórias e seu processo narrativo por meio da linguagem comum, podem estabelecer vínculos com determinados objetos para acessá-los ou fazer com que sejam partilhados na família e nas coletividades de formas específicas. Foram muitas as surpresas que tive ao longo dos anos de pesquisa e que, de certa forma, faziam-me repensar o quanto o contato constante com os colaboradores de pesquisa e com a pesquisa empírica é relevante e transformador de nossos pontos de vista acadêmicos, sejam teóricos ou metodológicos. A teoria, desta forma, acaba dialogando e se transformando com a empiria e com as experiências e trajetórias de vida dos interlocutores. Por entre fotografias, objetos variados e narrativas, pude entrar e conhecer muitas casas em seus interiores, muita mobília antiga, muita vida presente nestes espaços. O espaço é habitado também pelo tempo e por personagens, por meio do que ali está, sejam objetos materiais ou imaterialidades também. Alguns destes objetos também se relacionam com as pessoas (algumas vivas, outras já falecidas), com suas temporalidades, processos de identificação e com noções de ser/estar no mundo.

Eu já fui apresentada a roupas íntimas, a vestuário dos antepassados, pedaços de tecidos que hoje são mais memória do que vestimenta, partes de objetos e elementos, seja do mundo masculino ou feminino que só eram compreensíveis em suas importâncias quando ouvidas as narrativas acerca de “seu lugar no mundo” do pesquisado e, algumas vezes, das famílias destes também. Conheci muitas ferramentas de trabalho, brinquedos feitos pelos antepassados, já quebrados e sem cor, um mundo de coisas guardadas que contavam um pouco da vida de seus guardadores. Algumas ferramentas haviam sido inventadas pelos próprios descendentes, guardadas em galpões, enfeitando paredes, num zelo imenso. Mas o que muito me marcou foi, certa vez, quando fui apresentada a roupas íntimas femininas das antepassadas que eram guardadas e muito bem cuidadas por uma senhora e tudo o que isto provocou em mim. Ao olhar uma roupa íntima usada no passado, muito limpa e bem zelada e

apresentada a mim com naturalidade, senti que eu estava entrando no domínio da intimidade. Tive pudor e algo de estranhamento, o que me fez pensar o quanto não estamos, às vezes, preparados para algumas situações. Era um dom da entrevistada para comigo. E me senti responsável por tudo o que aprendi sobre o mundo das “antigas”. Por antigas se entende a geração considerada pela senhora como distante temporalmente da sua, no tempo presente. Aqui falava de sua mãe e de sua avó, mais especificamente. Como estas produziam suas roupas, como se cuidavam, como cuidavam do corpo. Enfim, por meio de uma roupa íntima ingressei no mundo narrativo das mulheres do passado. Aprendi muito sobre o mundo masculino e feminino dos imigrantes e seus descendentes por meio de objetos, tanto com entrevistadas mulheres quanto com entrevistados homens. Aprendi também sobre o mundo do trabalho, do cotidiano, da saúde, do lazer e dos cuidados. Fiquei atenta para olhar com mais atenção para as particularidades e para as generalidades também

Durante as pesquisas, pude também conhecer lugares considerados sagrados por alguns descendentes, como a gruta a Nossa Senhora de Lourdes em Vale Vêneto. Depois de saber de sua importância para muitos descendentes e também da beleza do lugar, eu a tornei um passeio obrigatório quando apresentava a região para pessoas vindas de fora. Também eu hoje tenho muitas memórias sobre a Gruta e os passeios e preces que pude lá fazer.



Fonte: Acervo da autora. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, em Vale Vêneto (localidade no interior de São João do Polésine), na região central do Rio Grande do Sul. As placas são formas de agradecimento por graças e bênçãos recebidas.

Conheci, igualmente, alguns capitéis, que eram pequenas capelas que os imigrantes e seus descendentes construíam nas estradas ou nos caminhos entre propriedades para que, eles mesmos ou as pessoas que ali passassem pudessem fazer alguma prece. Muitos destes capitéis foram construídos como forma de agradecimento por graças recebidas, por fé e devoção. E alguns eram muito bem cuidados. Na fotografia abaixo, mostra-se o interior de um destes capitéis na região central do Rio Grande do Sul. Apresentei também muitos destes capitéis para visitantes que vinham conhecer a região. Alguns são de uma beleza ímpar. A migração italiana foi marcada também pela migração do catolicismo vivido pelos imigrantes que, em terras brasileiras, desenvolveu-se e fez com que várias congregações religiosas logo para cá viessem também. A religiosidade se fez presente de formas variadas, seja na vida cotidiana ou institucionalmente, merecendo, com certeza, estudos mais pontuais e situacionais.



Fonte: Acervo da autora. Interior de capitel no município de Silveira Martins, na região central do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Este artigo procurou salientar o quanto objetos, lugares e imagens são importantes e se fizeram presentes nos processos narrativos acerca das memórias, pertencimentos e trajetórias por mim pesquisados. No caso aqui analisado, com pesquisas realizadas com descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil, relativas ao pertencimento ao “mundo italiano”, advindo das origens dos antepassados. Esta origem está assentada no processo de imigração italiana para o Brasil ocorrido em finais do século XIX. Tanto entre descendentes residentes no Brasil ou naqueles que rumaram para a Itália, observa-se o importante papel das “origens” nas construções narrativas.

A pesquisa etnográfica nos possibilita ter acesso ao teor de algumas destas construções, seja em suas particularidades como em suas similaridades com outros processos migratórios. Por meio de observação participante, entrevistas e conversas, pode-se estabelecer relações de confiança que me permitiram o acesso ao mundo doméstico, cotidiano e, em algumas vezes, das intimidades destes descendentes. Assim, as narrativas possibilitadas pelo encontro pesquisador/pesquisados,

analisadas como construções possíveis e permeadas pela historicidade e subjetividade estabelecidas pelo momento da pesquisa, tornam-se fontes extremamente ricas para o estudo dos processos migratórios, sejam os históricos ou contemporâneos. Entre imagens, lugares, objetos a “vida dos outros” (pesquisados) e seus cotidianos e trajetórias se tornam compreensíveis no limite da nossa capacidade de traduzi-los em linguagem antropológica. As experiências de vida dos colaboradores de pesquisa e suas trajetórias são, com certeza, muito mais ricas do que qualquer texto acadêmico poderia querer ser. Além disto, a pesquisa etnográfica nos possibilita reflexivamente o encontro conosco mesmos e nossas próprias historicidades e subjetividades. De nossos limites e constrangimentos, por vezes. O que, com certeza, é sempre muito positivo.

Em suma, objetivou-se, por meio deste artigo, refletir brevemente sobre como a pesquisa etnográfica por mim realizada ao longo dos anos com descendentes de imigrantes italianos foi possibilitada e enriquecida pela presença de objetos, imagens, personagens, lugares e suas narrativas. Conviver com estes descendentes no Brasil e na Itália muito me alertou acerca das multiplicidades dos elementos que envolvem os processos de identificação e de reconhecimento das alteridades. E, por meio das novas tecnologias de comunicação, diferentes formas de acesso ao passado e suas narrativas tem se tornado possíveis, bem como os vínculos que estas propiciam, seja nos domínios familiares ou coletivos mais amplos. Desta forma, estar atento, nos momentos empíricos da pesquisa, acerca destas presenças e destes movimentos de significação, é algo muito enriquecedor para melhor se compreender os processos que procuramos estudar e como podemos interpretá-los.

Referências

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. *Revista Comemorativa do Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria-RS 1814-1914*. [S.L:s.d]
- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política do valor. IN: APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, Editora EDUFF, 2008. pp 15-88.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A Polícia da Era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, v.39, n.1, p.13-37, 1998.
- BACHELARD, GASTON. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221
- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CANAU, Joel. A memória e o princípio da perda. *Diálogos (Maringá)*, v.16, n.3, p.843-872, set-dez, 2012.

- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. “Andiamo in Mérica...” 2 ed. Fac-similar comemorativa do Centenário da Imigração Italiana no Brasil 1875-1975. São Paulo: EDUSP, 1975.
- COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo. (Org.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação*. 1ed. Barcelona (Espanha): Editora Bellaterra, 2012, v. 1.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DE CERTEAU, Michel et al. *A invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 2 v.
- ECKERT, Cornélia. *Memória e identidade*. Cadernos de Antropologia, Porto Alegre n.11, 1993.
- ELHAJJI, Mohammed e ESCUDERO, Camila. Webdiaspora: migrações, TICs e memória coletiva. *Revista Observatório*, vol2, n.5, set-dez, 2016.
- FABIAN, Johannes. A prática da etnografia como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, Rio de Janeiro, 2, p.503-520, 2006.
- GANDINI, Marco. *Questione sociale ed emigrazione nel mantovano 1873-1896*. Associazione mantovani nel mondo. 2 ed. Mantova: Editoriale Sometti, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.
- GROSSELI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

- INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (Ed.). *Ways of walking: ethnography and practice of foot*. Surrey: Ashgate, 2008.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol1. São Paulo: EPU, 1974.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 337-391, jul/dez, 2014.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2.n.3., p.3-15, 1989. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/aru/43pdf. Acesso em jul 2020.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos. Memória e possíveis mundos dos trabalhadores. *Historia*, São Paulo (10), 41-58, dez 1993.
- POZZOBON, Andréa. Uma Odisseia na América. IN: POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisseia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RICOUER, Paul. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papirus, 1991.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.
- SANSOT, Pierre. Identité et paysage. In: *Les Annales de la recherche urbaine*, N°18, 1983. Des paysages. pp. 65-72; doi : <https://doi.org/10.3406/aru.1983.1069> https://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1983_num_18_1_1069. Acesso jul 2020.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.199-228.

SGANZERLA, Claudia Mara. *A lei do silêncio*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural ítalo-brasileiro, 1988.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. IN: DALMOLIN, Cátia (org). *Mordaça Verde e Amarela*. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Entre memórias e identidades (étnicas). *História Unisinos*, v. 11, p. 40-48, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana* (Rio de Janeiro), v. 13, p. 521-547, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Mídias, italianidades e pertencimentos étnicos no sul do Brasil (Brasil) - Ebook. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo. (Org.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação*. 1ed. Barcelona (Espanha): Editora Bellaterra, 2012, v. 1, p. 283-298.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luiz Fernando. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: 'retorno' à terra dos antepassados, impasses e expectativas. *REMHU (Brasília)*, v.XXI, p.139 - 162, 2013.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Jovens ítalo-brasileiros na Itália: projetos em evidência. IN: SANTOS, Miriam et al. (org). *Recortes Interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p.75-88.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Os ítalo-brasileiros, a dupla cidadania e a reivindicação das origens. IN: MEJIA, Margarita Rosa Gaviria (org). *Migrações e Direitos Humanos*. Problemática Socioambiental. Lajeado: Ed. Da Univates, 2018. p.53-66.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org